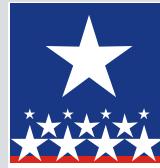




ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XXXV - Nº 069 - SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2007. EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS
67.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	INDICAÇÃO	12
ORDEM DO DIA	04	ATAS	30
PAUTA	06	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	33
SESSÃO ORDINÁRIA	07	RESENHA	34
PROJETO DE LEI	07	OFÍCIO	35
REQUERIMENTO	07		

MESA DIRETORA

Deputado João Evangelista (PSDB)
Presidente

- 1.º Vice-Presidente: Deputado Pavão Filho (PDT)
2.º Vice-Presidente: Deputado Jura Filho (PMDB)
3.º Vice-Presidente: Deputado Carlos Filho (PV)
4.º Vice-Presidente: Deputada Graciete Lisboa (PSDB)
- 1.º Secretário: Deputado César Pires (DEM)
2.º Secretário: Deputado Antônio Bacelar (PDT)
3.º Secretário: Deputado Nonato Aragão (PSL)
4.º Secretário: Deputada Fátima Vieira (PP)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP
PSDB - PDT - PSB - PT - PT do B - PTC - PSC - PSL - PRTB - PMN - PPS

1. Deputado Afonso Manoel (PSB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antônio Bacelar (PDT)
4. Deputado Arnaldo Melo (PSDB)
5. Deputado Camilo Figueiredo (PDT)
6. Deputada Cleide Coutinho (PSDB)
7. Deputado Edivaldo Holanda (PTC)
8. Deputada Eliziane Gama (PPS)
9. Deputada Graciete Lisboa (PSDB)
10. Deputada Graça Paz (PDT)
11. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
12. Deputado João Evangelista (PSDB)
13. Deputado José Lima (PSB)
14. Deputado Marcelo Tavares (PSB)
15. Deputado Marcos Caldas (PT do B)
16. Deputado Mauro Jorge (PMN)
17. Deputado Nonato Aragão (PSL)
18. Deputado Pavão Filho (PDT)
19. Deputado Paulo Neto (PSB)
20. Deputado Pedro Veloso (PDT)
21. Deputado Penaldo Jorge (PSC)
22. Deputado Rigo Teles (PSDB)
23. Deputado Rubens Pereira Júnior (PRTB)
24. Deputado Soliney Silva (PSDB)
25. Deputado Stênio Resende (PSDB)
26. Deputado Valdinar Barros (PT)

Líder

Deputado Marcelo Tavares

Vice-Líderes

Deputado Rigo Teles
Deputado Rubens Pereira Júnior
Deputado Marcos Caldas

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO
DEM - PMDB - PP - PV

1. Deputado Antônio Pereira (DEM)
2. Deputado Carlos Alberto Milhomem (DEM)
3. Deputado Carlos Filho (PV)
4. Deputado César Pires (DEM)
5. Deputada Fátima Vieira (PP)
6. Deputado Francisco Gomes (DEM)
7. Deputado Fufuca (PMDB)
8. Deputado Hélio Soares (PP)
9. Deputado Joaquim Nagib Haickel (PMDB)
10. Deputado João Batista (PP)
11. Deputado Jura Filho (PMDB)
12. Deputada Maura Jorge (DEM)
13. Deputado Max Barros (DEM)
14. Deputado Raimundo Cutrim (DEM)
15. Deputado Ricardo Murad (PMDB)
16. Deputado Victor Mendes (PV)

Líder

Deputado Ricardo Murad

Vice-Líderes

Deputado Joaquim Nagib Haickel
Deputado Francisco Gomes
Deputado Victor Mendes

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado Edivaldo Holanda

Vice-Líderes

Deputado Afonso Manoel
Deputado Arnaldo Melo
Deputado Valdinar Barros

LICENCIADO

Deputado Domingos Paz
Deputado Carlos Braide



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Titulares

Deputado Arnaldo Melo - PRESIDENTE
 Deputado Edivaldo Holanda - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Paulo Neto
 Deputado Joaquim Nagib Haickel
 Deputado Victor Mendes

Suplentes

Deputado Rubens Júnior
 Deputado Marcelo Tavares
 Deputada Helena Barros Heluy
 Deputado Carlos Alberto Milhomem
 Deputado Ricardo Murad

Reuniões:

3.ª Feiras às 08:30hs
 Glacimar Fernandes Sampaio
 Secretária

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização

Titulares

Deputada Graça Paz - PRESIDENTE
 Deputado Carlos Alberto Milhomem - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Rigo Teles
 Deputado Edivaldo Holanda
 Deputado Francisco Gomes

Suplentes

Deputado Pedro Veloso
 Deputado Arnaldo Melo
 Deputado José Lima
 Deputado Joaquim Nagib Haickel
 Deputado Ricardo Murad

Reuniões:

2.ª Feiras às 15:00hs
 Regina Maria Marinho de Paula
 Secretária

III - Comissão de Política Agrária, Produção e Desenvolvimento Sustentável

Titulares

Deputado Francisco Gomes - PRESIDENTE
 Deputada Maura Jorge - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Valdinar Barros
 Deputada Helena Barros Heluy
 Deputado Mauro Jorge

Suplentes

Deputado Penaldon Jorge
 Deputado Paulo Neto
 Deputado Rigo Teles
 Deputado Raimundo Cutrim

Reuniões:

2.ª Feiras às 15:00hs
 Valdenise Fernandes Dias
 Secretária

IV - Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto

Titulares

Deputado José Lima - PRESIDENTE
 Deputado Rubens Júnior - VICE-PRESIDENTE
 Deputada Eliziane Gama
 Deputado Fufuca Dantas
 Deputado Victor Mendes

Suplentes

Deputado Alberto Franco
 Deputado Valdinar Barros
 Deputado Afonso Manoel
 Deputado Joaquim Nagib Haickel
 Deputado Francisco Gomes

Reuniões:

2.ª Feiras às 15:00 hs
 Maria das Dores Pinto Magalhaes
 Secretária

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública

Titulares

Deputado Valdinar Barros - PRESIDENTE
 Deputado Marcelo Tavares - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Mauro Jorge
 Deputado Victor Mendes

Suplentes

Deputado Camilo Figueiredo
 Deputado Marcos Caldas
 Deputado Pedro Veloso
 Deputado Fufuca Dantas
 Deputado Carlos Alberto Milhomem

Reuniões:

3.ª Feiras às 08:00hs
 Lucimar Ribeiro de Melo
 Secretária

VI - Comissão de Saúde

Titulares

Deputado Antonio Pereira - PRESIDENTE
 Deputada Cleide Coutinho - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Arnaldo Melo
 Deputado Stênio Rezende
 Deputado Ricardo Murad

Suplentes

Deputado Afonso Manoel
 Deputado Valdinar Barros
 Deputado Marcos Caldas
 Deputada Maura Jorge
 Deputado Victor Mendes

Reuniões:

4.ª Feiras às 08:30hs
 Silvia Tereza Nogueira Marques
 Secretária

VII - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

Titulares

Deputado Hélio Soares - PRESIDENTE
 Deputado Joaquim Nagib Haickel - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Marcos Caldas
 Deputado Rigo Teles
 Deputado Penaldon Jorge

Suplentes

Deputado Paulo Neto
 Deputado Mauro Jorge
 Deputado Stênio Rezende
 Deputada Maura Jorge
 Deputado Fufuca Dantas

Reuniões:

4.ª Feiras às 08:00hs
 Elizabeth Lisboa Ribeiro
 Secretária

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor

Titulares

Deputado Fufuca Dantas - PRESIDENTE
 Deputado Joaquim Nagib Haickel - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Paulo Neto
 Deputado Valdinar Barros
 Deputado Alberto Franco

Suplentes

Deputada Cleide Coutinho
 Deputada Graça Paz
 Deputada Eliziane Gama
 Deputada Maura Jorge
 Deputado Antonio Pereira

Reuniões:

5.ª Feiras às 08:30hs
 Silvana Roberta A. Almeida
 Secretária

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos

Titulares

Deputada Helena Barros Heluy - PRESIDENTE
 Deputado Rubens Júnior - VICE-PRESIDENTE
 Deputado José Lima
 Deputado Antonio Pereira

Suplentes

Deputado Edivaldo Holanda
 Deputado Marcelo Tavares
 Deputado João Batista
 Deputado Victor Mendes

Reuniões:

5.ª Feiras às 08:30hs
 Leilemar Vieira Ribeiro
 Secretária

**X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação****Titulares**

Deputada Maura Jorge - PRESIDENTE
 Deputado Afonso Manoel - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Camilo Figueiredo
 Deputado Marcos Caldas
 Deputado Ricardo Murad

Suplentes

Deputado Stênio Rezende
 Deputado Alberto Franco
 Deputado Rigo Teles
 Deputado Francisco Gomes
 Deputado Victor Mendes

Reuniões:
 3.ª Feiras às 08:30 hs
 Dulcimar Mendonça Cutrim
 Secretária

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia**Titulares**

Deputado Penaldon Jorge - PRESIDENTE
 Deputado Arnaldo Melo - VICE-PRESIDENTE
 Deputado José Lima
 Deputado João Batista
 Deputado Antonio Pereira

Suplentes

Deputado Mauro Jorge
 Deputado Alberto Franco
 Deputada Cleide Coutinho
 Deputado Victor Mendes
 Deputado Francisco Gomes

Reuniões:
 3.ª Feiras às 08:00 hs
 Eunes Maria Borges Santos
 Secretária

XII - Comissão de Ética**Titulares**

Deputado Edivaldo Holanda - PRESIDENTE
 Deputado Carlos Alberto Milhomem - VICE-PRESIDENTE
 Deputada Eliziane Gama
 Deputado Marcelo Tavares
 Deputado Francisco Gomes

Suplentes

Deputada Graça Paz
 Deputada Helena Barros Heluy
 Deputada Cleide Coutinho
 Deputado Joaquim Nagib Haickel
 Deputado Raimundo Cutrim

Reuniões:
 4.ª Feiras às 14:00 hs
 Célia Pimentel
 Secretária

XIII - Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo**Titulares**

Deputado Afonso Manoel - PRESIDENTE
 Deputado Pedro Veloso
 Deputado Alberto Franco
 Deputado Hélio Soares
 Deputado João Batista

Suplentes

Deputado Camilo Figueiredo
 Deputado Stênio Rezende
 Deputado Rigo Teles
 Deputado Fufuca Dantas

Reuniões:
 4.ª Feiras às 08:30 hs
 Lúcia Maria Oliveira Furtado
 Secretária

XIV - Comissão de Legislação Participativa**Titulares**

Deputado Alberto Franco - PRESIDENTE
 Deputado Stênio Rezende - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Pedro Veloso
 Deputado Fufuca Dantas
 Deputado Carlos Alberto Milhomem

Suplentes

Deputado Camilo Figueiredo
 Deputado Paulo Neto
 Deputado Rubens Júnior
 Deputado Victor Mendes
 Deputado Antonio Pereira

Reuniões:
 4.ª Feiras às 08:30 hs
 Suly Rose Coutinho Ferreira
 Secretária

XV - Comissão de Previdência, Assistência Social e da Família**Titulares**

Deputada Cleide Coutinho - PRESIDENTE
 Deputada Graça Paz - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Soliney Silva
 Deputado Hélio Soares

Suplentes

Deputado José Lima
 Deputado Mauro Jorge
 Deputado Arnaldo Melo
 Deputado João Batista
 Deputado Fufuca Dantas

Reuniões:
 4.ª Feiras às 08:30 hs
 Leibe Prazeres Barros
 Secretária

XVI - Comissão de Segurança Pública e Cidadania**Titulares**

Deputado Raimundo Cutrim - PRESIDENTE
 Deputado João Batista - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Camilo Figueiredo
 Deputado Marcelo Tavares
 Deputado Rigo Teles

Suplentes

Deputado José Lima
 Deputado Arnaldo Melo
 Deputado Afonso Manoel
 Deputado Francisco Gomes
 Deputado Fufuca Dantas

Reuniões:
 4.ª Feiras às 07:30 hs
 Iranise Lemos de Castro
 Secretária

XVII - Comissão da Infância, Juventude e Idoso**Titulares**

Deputado Rubens Júnior - PRESIDENTE
 Deputada Graça Paz - VICE-PRESIDENTE
 Deputado Afonso Manoel
 Deputado Raimundo Cutrim
 Deputado Victor Mendes

Suplentes

Deputado Edivaldo Holanda
 Deputado Valdinar Barros
 Deputada Eliziane Gama
 Deputado Hélio Soares
 Deputado João Batista

Reuniões:
 4.ª Feiras às 08:30 hs
 Maria Helena Bandeira Tribuzzi
 Secretária

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**Titulares**

Deputada Eliziane Gama - PRESIDENTE
 Deputada Cleide Coutinho - VICE-PRESIDENTE
 Deputada Helena Barros Heluy
 Deputada Maura Jorge
 Deputado Raimundo Cutrim

Suplentes

Deputado Penaldon Jorge
 Deputada Graça Paz
 Deputado Marcos Caldas
 Deputado João Batista
 Deputado Hélio Soares

Reuniões:
 4.ª Feiras às 08:30 hs
 Antonia Andrade
 Secretária



SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18/06/2007 - 2.ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

1. BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 23 MINUTOS
 2. BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 37 MINUTOS

ORDEM DO DIA

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18.06.07. – SEGUNDA-FEIRA

I – PROJETO DE LEI
EM VOTAÇÃO – DISCUSSÃO ENCERRADA
ÚNICO TURNO – REGIME DE PRIORIDADE

1. PROJETO DE LEI N° 072/07, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, ACATANDO A EMENDA OFERECIDA PELO RELATOR SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA, APRESENTADA NA PRIMEIRA FASE, E PARECER FINAL DA REFERIDA COMISSÃO REJEITANDO AS EMENDAS APRESENTADAS PELO SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD NA SEGUNDA FASE. TRANSFERIDA A VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

II – PROJETOS DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
2º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1. PROJETO DE LEI N° 045/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO JURA FILHO, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE RECICLAGEM DE MATERIAIS. COM PARECER FAVORÁVEL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. RELATOR DEPUTADO VICTOR MENDES; E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, MINAS E ENERGIA, ACATANDO SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

2. PROJETO DE LEI N° 050/07, DE AUTORIA DA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY, QUE INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ACUPUNTURISTA. COM PARECER FAVORÁVEL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. RELATOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

3. PROJETO DE LEI N° 051/07, DE AUTORIA DE AUTORIA DA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY, QUE INSTITUI O DIA ESTADUAL DE COMBATE Á TORTURA. COM PARECER FAVORÁVEL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. RELATOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

4. PROJETO DE LEI N° 052/07, DE AUTORIA DE AUTORIA DA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY, QUE ASSEGURA AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL O DIREITO DE RECEBER BOLETOS DE PAGAMENTO DO CONSUMO MENSAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELEFONE, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA, CONFECIONADOS EM SISTEMA

BRAILE. COM PARECER FAVORÁVEL, OFERECIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, ACATANDO SUBSTITUTIVO DO RELATOR SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA; E COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RELATOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

5. PROJETO DE LEI N° 067/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO VICTOR MENDES, QUE DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS E PRÊMIOS DE MILHAGENS AÉREAS ADQUIRIDAS COM RECURSOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. RELATOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA; E COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RELATOR DEPUTADO CAMILO FIGUEIREDO. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

III – PROJETOS DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
2º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1. PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO STÊNIO REZENDE, QUE INSTITUI A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REGIÃO DO CERRADO E SUL MARANHENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. RELATOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA.

IV – PROJETOS DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N° 010/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO MARCOS CALDAS, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO BISPO DE BREJO, DOM VALTER CARRIJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL OFERECIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. RELATOR DEPUTADO VICTOR MENDES. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

V - REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

1. REQUERIMENTO N° 273/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO MARCELO TAVARES, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA AMPLIADO PARA 7 (SETE) O NÚMERO DE MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA ANALISAR O PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA ALUMAR, BEM COMO DISCUTIR OS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIOECONÔMICOS E TRABALHISTAS EM NOSSO ESTADO. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

2. REQUERIMENTO N° 278/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO JOSÉ LIMA, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA DISPENSADO DOS TRÂMITES REGIMENTAIS, PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, EM REGIME DE URGÊNCIA, EM UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAR-SE LOGO APÓS A PRESENTE SESSÃO, O PROJETO DE LEI N° 114/2007, QUE ESTABELECE O DIA DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

3. REQUERIMENTO N° 279/07, DE AUTORIA DA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJAM ENVIADAS MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES DESTA CASA AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, REUNIDOS EM BRASÍLIA, NO PERÍODO DE 11 A 15 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, PARA A REALIZAÇÃO DO 5º CONGRESSO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, QUE TEM COMO LEMA “REFORMA AGRÁRIA: POR JUSTIÇA SOCIAL E SOBERANIA POPULAR”. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

4. REQUERIMENTO N° 280/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO ILUSTRÍSSIMO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR, CEL. QOPM ANTÔNIO PINHEIRO FILHO, PELA PASSAGEM DO 171º ANIVERSÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, INSTITUIÇÃO SECULAR DO NOSSO ESTADO, DE HONROSAS TRADIÇÕES E RELEVANTES SERVIÇOS PRESITADOS AO PVO DO NOSSO ESTADO.

5. REQUERIMENTO N° 283/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENVIADO MENSAGEM DE APLAUSO E CONGRATULAÇÕES AO SENHOR ILSON MATEUS RODRIGUES, PRESIDENTE DO GRUPO MATEUS, PELA SUA ELEIÇÃO COMO EMPRESÁRIO DO ANO DE 2006, CONFERIDO PELA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO.

6. REQUERIMENTO N° 285/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA DISPENSADO DOS TRAMITES REGIMENTAIS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, EM REGIME DE URGÊNCIA, EM UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE LOGO APÓS A PRESENTE SESSÃO, O PROJETO DE LEI N° 120/07, QUE ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI N° 8.541, DE 26.12.06, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO.

7. REQUERIMENTO N° 286/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RICARDO MURAD, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA CONVOCADO O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, DR. JOÃO RIBEIRO FILHO, PARA COMPARÉCER NA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRÓXIMO DE 29 DO CORRENTE MÊS, ÀS 10H, A FIM DE APRESENTAR E PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE A PROGRAMAÇÃO DO PERÍODO JUNINO, BEM COMO SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA ESSE PERÍODO, INCLUSIVE AS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES.

8. REQUERIMENTO N° 287/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RICARDO MURAD E OUTROS, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENVIADO TELEGRAMA DE FELICITAÇÕES AO DEPUTADO FEDERAL, JOSÉ SARNEY FILHO PELO TRANSCURSO DE SEU ANIVERSÁRIO NATALÍCIO QUE ACONTECE NESTA QUINTA-FEIRA, 14/06.

VI - REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DA MESA

1. REQUERIMENTO N° 275/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO PEDRO VELOSO, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA REALIZADA UMA VISITA “IN LOCO”, AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA, A SER PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, MINAS E ENERGIA DESTA CASA, OBJETIVANDO VERIFICAR IRREGULARIDADES NA EXTRAÇÃO DE AREIA NA ÁREA URBANA DO CITADO MUNICÍPIO (CENTRO DA CIDADE) PELA MINERADORA SÃO

PEDRO. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR EM PLENÁRIO.**

2. REQUERIMENTO N° 281, DE AUTORIA DO DEPUTADO CÉSAR PIRES, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA CONCEDIDO O ABONO DE FALTAS RELATIVAS ÀS SUAS AUSÊNCIAS NAS SESSÕES DOS DIAS 15, 23 E 24 DE MAIO DE 2007, POR ESTAR REPRESENTANDO ESTE PARLAMENTO NO SEMINÁRIO PARA PRESIDENTES DE COMISSÕES DE EDUCAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS, EM BRASÍLIA E NA XI CONFERÊNCIA DOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS DA UNALE, EM PORTO ALEGRE. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR EM PLENÁRIO.**

3. REQUERIMENTO N° 282/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO CÉSAR PIRES, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA CONCEDIDO O ABONO DE FALTA RELATIVA À SUA AUSÊNCIA NA SESSÃO DO DIA 07 DE JUNHO DE 2007, POR ESTAR REPRESENTANDO ESTE PARLAMENTO NA INAUGURAÇÃO DA TV ASSEMBLÉIA EM TERESINA-PI. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR EM PLENÁRIO.**

4. REQUERIMENTO N° 250/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO MARANHÃO, NEY BARROS BELO, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE TIMON.

5. REQUERIMENTO N° 251/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO, DR. EDMUNDO GOMES, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE PARNARAMA.

6. REQUERIMENTO N° 252/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO MARANHÃO, NEY BARROS BELO, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE PARNARAMA.

7. REQUERIMENTO N° 253/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO, DR. EDMUNDO GOMES, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE TIMON.

8. REQUERIMENTO N° 254/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO, DR. EDMUNDO GOMES, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA



SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE PORTO RICO DO MARANHÃO.

9. REQUERIMENTO N° 255/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO MARANHÃO, NEY BARROS BELO, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE PORTO RICO DO MARANHÃO.

10. REQUERIMENTO N° 256/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO, DR. EDMUNDO GOMES, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE PIO XII.

11. REQUERIMENTO N° 257/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO MARANHÃO, NEY BARROS BELO, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE PIO XII.

12. REQUERIMENTO N° 288/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO À SECRETÁRIA DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO MARANHÃO, SRA. TELMA PINHEIRO, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE ICATU.

13. REQUERIMENTO N° 289/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO À SECRETÁRIA DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO MARANHÃO, SRA. TELMA PINHEIRO, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA GRANDE.

14. REQUERIMENTO N° 290/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE, DR. EDMUNDO GOMES, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA GRANDE.

15. REQUERIMENTO N° 291/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, DR. EDMAR CUTRIM, REQUISITANDO QUE SEJA ENCAMINHADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS ATOS REFERENTES A DOCUMENTOS RELATIVOS A OBRAS NO ESTADO DO MARANHÃO, O QUAL DISCRIMINA O REQUERIMENTO.

16. REQUERIMENTO N° 292/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO À SECRETÁRIA DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO MARANHÃO, SRA. TELMA PINHEIRO, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE BACABAL.

17. REQUERIMENTO N° 293/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO A SRA. TELMA PINHEIRO, SECRETÁRIA DE ESTADO DAS CIDADES, REQUISITANDO QUE SEJA ENCAMINHADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS ATOS REFERENTES A DOCUMENTOS RELATIVOS A OBRAS NO ESTADO DO MARANHÃO, O QUAL DISCRIMINA O REQUERIMENTO.

18. REQUERIMENTO N° 294/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE, DR. EDMUNDO GOMES, REQUISITANDO QUE SEJA ENVIADA A ESTA CASA LEGISLATIVA, CÓPIA INTEGRAL DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS, FIRMADOS NOS ANOS 2005 E 2006, ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DESSA SECRETARIA E O MUNICÍPIO DE ICATU.

19. REQUERIMENTO N° 295/07, DE AUTORIA DO DEPUTADO JURA FILHO, QUE REQUER, DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA ENCAMINHADO OFÍCIO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, CONSELHEIRO EDMAR SERRA CUTRIM, SOLICITANDO-LHE INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL, REFERENTE A 2006.

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

DATA: 18/06/2007 – 2ª FEIRA:

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI N° 136/07, de autoria do Senhor Deputado Raimundo Cutrim, que dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo na carteira de identidade.

2. PROJETO DE LEI N° 137/07, de autoria da Senhora Deputada Helena Barros Heluy, que considera de Utilidade Pública, a Agência de Notícias da Infância Matraca, com sede e foro em São Luis-MA.

3. PROJETO DE LEI N° 138/07, de autoria do Senhor Deputado Hélio Soares, que considera de Utilidade Pública, a União de Moradores do Bairro Ivar Saldanha, com sede e foro em São Luis-MA.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI N° 131/07, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Murad, que dispõe sobre incentivo à cultura, na forma que especifica.

2. PROJETO DE LEI N° 132/07, de autoria da Senhora Deputada Fátima Vieira, que dispõe sobre a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, para os acompanhantes das pessoas portadoras de deficiência.

3. PROJETO DE LEI N° 133/07, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Murad, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Artesãos da Rua-MA-ADAR, com sede e foro em São Luis-MA.

4. PROJETO DE LEI N° 134/07, de autoria do Senhor Deputado Alberto Franco, que considera de Utilidade Pública, a Associação Municipal dos Estudantes de Raposa, com sede e foro no Município de Raposa-MA.

5. PROJETO DE LEI N° 135/07, de autoria do Senhor Deputado Mauro Jorge, que denomina de Centro de Ensino Médio Professora Maria das Neves Santos Nascimento a Unidade de Ensino Médio do Estado localizada à avenida Roseana Sarney, localizada no município de Lago da pedra-MA.



SECRETARIA GERAL DA MESA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 14.06.2007.

Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada quatorze de junho de dois mil e sete.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Pavão Filho.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Stênio Rezende.

Segundo Secretário Senhor Deputado Antônio Bacelar.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Antônio Bacelar, Arnaldo Melo, Cleide Coutinho, Edivaldo Holanda, Eliziane Gama, Francisco Gomes, Fufuca, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Marcos Caldas, Maura Jorge, Mauro Jorge, Max Barros, Nonato Aragão, Pavão Filho, Pedro Veloso, Raimundo Cutrim, Ricardo Murad, Stênio Rezende e Valdinar Barros. Ausentes: Afonso Manoel, Alberto Franco, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Filho, César Pires (com justificativa), Fátima Vieira, Graciela Lisboa, Graça Paz, João Batista, João Evangelista (com justificativa em missão deste Poder), Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Jura Filho, Marcelo Tavares, Paulo Neto, Penaldo Jorge, Rigo Teles, Rubens Pereira Júnior, Soliney Silva e Victor Mendes.

I-ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura do texto bíblico e do resumo da Ata da Sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO DEPUTADO ANTONÍO CARLOS BACELAR (lê texto bíblico e Ata) - Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Ata lida e considerada aprovada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Com a palavra, o Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO STÊNIO REZENDE - (lê expediente).

II-EXPEDIENTE.

PROJETO DE LEI N° 136 / 07

Dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo na carteira de identidade.

Artigo 1º - As cédulas de identidade emitidas pela Secretaria de Segurança Cidadã do Estado do Maranhão, deverão conter impresso, no verso do documento, obrigatoriamente, campo específico destinado à anotação do tipo sanguíneo do cidadão.

Artigo 2º - O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei no prazo de noventa dias.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade facilitar e ampliar o trabalho das equipes de resgate do Corpo de Bombeiros e das Prefeituras, bem como os serviços de emergência dos hospitais do Estado do Maranhão, no atendimento às vítimas de acidentes ou outras ocorrências, nas vias públicas das cidades e nas rodovias.

No momento de um acidente de trânsito, por exemplo, o acidentado pode necessitar de uma rápida transfusão de sangue. Com a inscrição do tipo sanguíneo na Cédula de Identidade, as equipes de salvamento terão dados mais precisos para o primeiro atendimento que, muitas das vezes, é fundamental para salvar a vida do acidentado.

Buscamos, com este Projeto de Lei, dar maior proteção à vida e à saúde dos cidadãos, reduzindo dessa forma o número expressivo de mortes em acidentes de trânsito e outras ocorrências de rua.

Pela importância de que se reveste este assunto, peço o apoio dos meus pares nesta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei. RAIMUDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual - DEM

PROJETO DE LEI N° 137 / 07

Considera de Utilidade Pública a Agência de Notícias da Infância Matraca

Art.1º – Fica considerada de utilidade pública a Agência de Notícias da Infância Matraca, com sede e foro na comarca de São Luis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis, 13 de junho de 2007. – “Justiça pra toda vida” – HELENA BARROS HELUY – Deputada Estadual.

PROJETO DE LEI N°. 138 / 07

CONSIDERA, de Utilidade Pública a União de Moradores do Bairro Ivar Saldanha.

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Ivar Saldanha, com sede e foro no município de São Luis, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALADAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. 13 de junho de 2007. - Hélio Soares - Deputado Estadual.

REQUERIMENTO N° 250 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Senhor **Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão**, Ney Barros Belo, requisitando seja enviada a esta Casa Legislativa, cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de TIMON.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.



Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 30 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07
EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 251/07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao **Secretário de Saúde do Estado do Maranhão**, Dr. Edmundo Gomes, requisitando seja enviada a esta Casa Legislativa, cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de **PARNARAMA**.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 30 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07
EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 252/07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Senhor **Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão**, Ney Barros Belo, requisitando seja enviada a esta Casa Legislativa, cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria e o Município de **PARNARAMA**.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória

a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 30 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

REQUERIMENTO N° 253/07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao **Secretário de Saúde do Estado do Maranhão**, Dr. Edmundo Gomes, requisitando seja enviada a esta Casa Legislativa, cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de **TIMON**.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 30 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07
EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 254/07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Senhor **Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão**, Dr. Edmundo Gomes, requisitando seja enviada a esta Casa Legislativa, cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de **PORTO RICO DO MARANHÃO**.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória

a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 30 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 255 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Senhor **Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão**, Ney Barros Belo, requisitando seja enviada a esta Casa Legislativa, cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de **PORTO RICO DO MARANHÃO**.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 30 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 256 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao **Secretário de Saúde do Estado do Maranhão**, Dr. Edmundo Gomes, requisitando seja enviada a esta Casa Legislativa, cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de **PIO XII**.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 30 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 257 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Senhor **Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão**, Ney Barros Belo, requisitando seja enviada a esta Casa Legislativa, cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de **PIO XII**.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 30 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 287 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a V. Exa. em meu nome e em nome dos deputados do Bloco Parlamentar de Oposição - BPO que,



depois de ouvido o Plenário, seja enviado telegrama de felicitações ao Deputado Federal, José Sarney Filho pelo transcurso de seu aniversário natalício que acontece nesta quinta-feira, 14/06.

Requeiro, ainda, que a decisão desta Casa seja comunicada ao ilustre parlamentar maranhense.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 14 de junho de 2007. - RICARDO MURAD - Deputado Estadual - Líder do BPO.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 288 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão, Sra. Telma Pinheiro, requisitando o envio a esta Casa Legislativa, de cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de Icatu.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLÉNARIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 24 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 289 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Maranhão, Sra. Telma Pinheiro, requisitando o envio a esta Casa Legislativa, de cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de Cachoeira Grande.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLÉNARIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 24 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 290 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Secretário de Saúde do Estado do Maranhão, Dr. Edmundo Gomes, requisitando o envio a esta Casa Legislativa, de cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de Cachoeira Grande.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLÉNARIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 24 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 291 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a mesa, seja encaminhado ofício ao Excentíssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Senhor Edmar Cutrim, requisitando o envio, a esta Casa Legislativa, de cópia integral de todos os atos referentes aos documentos abaixo listados:

1. Ordem de Serviço n° 009/2006

a. Objeto: serviços para restauração, substituição e implantação de obras de artes especiais do programa de perenização de

travessias do Estado do Maranhão, ponte mista em concreto/ aço sobre o Rio Munim com extensão de 200m (duzentos metros) na rodovia MA – 110, no trecho Presidente Juscelino/ Cachoeira Grande – Ma, no valor global de R\$ 5.922.023,56 (cinco milhões, novecentos e vinte e dois mil e vinte e três reais e cinqüenta e seis centavos).

- b. Cópia do Contrato 005/2004 – ASSJUR/GEINFRA;
 - c. Edital de Concorrência n.º 086/2003 CCL – processo administrativo n.º 3.511/2003 – Geinfra;
 - d. Notas de Empenhos;
 - e. Ordens de Pagamentos ou Ordens Bancárias;
 - f. Termo de Medição;
 - g. Termo de Recebimento;
 - h. Termos Aditivos (se houver)
2. Cópias do Edital de Licitação, contratos, pagamentos e medições referentes aos empenhos 06NE00905 - Construtora Gautama Ltda; 06NE00953 - Construtora Gautama Ltda; 06NE01160 - Construtora Gautama Ltda; 06NE01243 - Construtora Gautama Ltda; 06NE01402 - Construtora Gautama Ltda; e 06NE01816 - Construtora Gautama Ltda.
3. Cópias do Edital de Licitação, contratos, empenhos, medições da Unidade Gestora 180101 referentes aos pagamentos 2006OB00352, 2006OB00354, 2006OB00356, 2006OB01135, 2006OB01765, 2006OB02187, 2006OB02599, 2006OB03113, 2006OB03582, 2006OB03727, 2006OB3728, com sua respectiva indicação do favorecido.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

O Excelentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o Sr. Francisco Falcão, em voto no Julgamento do REsp. 2002.0100074-9-MG da 1ª Turma, afirma, com um preciosismo invulgar, que “publicidade, enfim, é o instrumento pelo qual a Administração Pública torna “público”, dando divulgação à sociedade ou prestando informações aos interessados, todo o conteúdo da atividade administrativa não sigilosa: regulamentos, programas, planos, atos administrativos (...), licitações, contratos administrativos (de obras públicas, de prestação de serviços, de fornecimentos de coisas móveis, de concessão de obras, serviços e uso de bem público, etc.) e informações constantes de seus arquivos. “(MARINO PAZZAGLINI FILHO, in Princípios constitucionais reguladores da administração pública, Editora Atlas, pág. 30)”.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 13 de junho de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - DEPUTADO ESTADUAL - DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 292 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício a Secretaria de Estado das Cidades e da Infra-Estrutura – SECINFRA, Senhora Telma Pinheiro, requisitando o envio a esta Casa Legislativa, de cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de BACABAL.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 24 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 293 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a mesa, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado das Cidades e da Infra-Estrutura – SECINFRA, Senhora Telma Pinheiro, requisitando o envio, a esta Casa Legislativa, de cópia integral de todos os atos referentes aos documentos abaixo listados:

- 1. Ordem de Serviço n° 009/2006
 - a. Objeto: serviços para restauração, substituição e implantação de obras de artes especiais do programa de perenização de travessias do Estado do Maranhão, ponte mista em concreto/ aço sobre o Rio Munim com extensão de 200m (duzentos metros) na rodovia MA – 110, no trecho Presidente Juscelino/ Cachoeira Grande – Ma, no valor global de R\$ 5.922.023,56 (cinco milhões, novecentos e vinte e dois mil e vinte e três reais e cinqüenta e seis centavos).
 - b. Cópia do Contrato 005/2004 – ASSJUR/GEINFRA;
 - c. Edital de Concorrência n.º 086/2003 CCL – processo administrativo n.º 3.511/2003 – Geinfra;
 - d. Notas de Empenhos;
 - e. Ordens de Pagamentos ou Ordens Bancárias;
 - f. Termo de Medição;
 - g. Termo de Recebimento;
 - h. Termos Aditivos (se houver)
2. Cópias do Edital de Licitação, contratos, pagamentos e medições referentes aos empenhos 06NE00905 - Construtora Gautama Ltda; 06NE00953 - Construtora Gautama Ltda; 06NE01160 - Construtora Gautama Ltda; 06NE01243 - Cons-



trutura Gautama Ltda; 06NE01402 - Construtora Gautama Ltda; e 06NE01816 - Construtora Gautama Ltda.

3. Cópias do Edital de Licitação, contratos, empenhos, medições da Unidade Gestora 180101 referentes aos pagamentos 2006OB00352, 2006OB00354, 2006OB00356, 2006OB01135, 2006OB01765, 2006OB02187, 2006OB02599, 2006OB03113, 2006OB03582, 2006OB03727, 2006OB3728, com sua respectiva indicação do favorecido.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

O Excelentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o Sr. Francisco Falcão, em voto no Julgamento do REsp. 2002.0100074-9-MG da 1ª Turma, afirma, com um preciosismo invulgar, que “publicidade, enfim, é o instrumento pelo qual a Administração Pública torna “público”, dando divulgação à sociedade ou prestando informações aos interessados, todo o conteúdo da atividade administrativa não sigilosa: regulamentos, programas, planos, atos administrativos (...), licitações, contratos administrativos (de obras públicas, de prestação de serviços, de fornecimentos de coisas móveis, de concessão de obras, serviços e uso de bem público, etc.) e informações constantes de seus arquivos. (MARINO PAZZAGLINI FILHO, in Princípios constitucionais reguladores da administração pública, Editora Atlas, pág. 30)”.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 13 de junho de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - DEPUTADO ESTADUAL - DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 294 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Secretário de Saúde do Estado do Maranhão, Dr. Edmundo Gomes, requisitando o envio a esta Casa Legislativa, de cópia integral de todos os Convênios e Contratos, firmados nos anos de 2005 e 2006, entre o Estado do Maranhão, através dessa Secretaria, e o Município de Icatu.

O art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, assegura, a todos, o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse geral, que deverão ser prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade. Tratando-se de convênio ou contrato administrativos, é obrigatória a observância do princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Carta Magna e no art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ademais, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, nos termos do art. 31, XX, da Constituição do Estado do Maranhão.

Para tanto, o art. 12, XII, e o art. 151, VII, ambos da Resolução 449/2004/AL/MA, conferem à Mesa desta Casa a atribuição de encaminhar àquele Poder requerimentos de informações.

Em verdade, conforme preceitua o art. 10, VII, da Resolução 448/2004/AL/MA, é direito de todo e qualquer Deputado examinar, em qualquer repartição, documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar, inclusive, a que concerne na fiscalização dos atos do Executivo.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 24 de maio de 2007. - RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual – DEM.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

REQUERIMENTO N° 295 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência, após ouvida a Mesa seja enviado ofício ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Edmar Serra Cutrim, solicitando-lhe a seguinte informação:

1. Se a Prefeitura Municipal de Bacabal apresentou a prestação de contas referente ao exercício de 2006;

2. Em caso afirmativo, enviá-la a esta Assembléia Legislativa.

Plenário “Deputado Gervásio Santos”, do Palácio “Manoel Bequimão”, em 11 de junho de 2007. - JURA FILHO - Deputado Estadual - PMDB - 2º Vice-Presidente.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.07

EM: 14.06.07

INDICAÇÃO N.º 688 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência, que depois de ouvida a Mesa, seja enviado expediente ao **Ilustríssimo Senhor Geroncio Paes de Luna Filho, Superintendente Regional do Banco do Brasil no Maranhão**, solicitando providências no sentido de **viabilizar a criação e implantação de uma agência do Banco do Brasil no município de Santa Luzia do Paruá, neste Estado.**

Justifica-se tal solicitação, considerando o grande número de pessoas que residem e transitam no referido município e que necessitam dos serviços bancários, principalmente os beneficiários de programas sociais, previdenciário e o comércio local. A implantação de agência bancária será um grande apoio para o desenvolvimento do município acima citado.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão” em 14 de junho de 2007. - PENALDON JORGE - Deputado Estadual.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N.º 689 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência, que depois de ouvida a Mesa, seja enviado expediente ao **Ilustríssimo Senhor Geroncio Paes de Luna Filho, Superintendente Regional do Banco do Brasil no Maranhão**, solicitando providências no sentido de



viabilizar a criação e implantação de uma agência do Banco do Brasil no município de Governador Nunes Freire, neste Estado.

Justifica-se tal solicitação, considerando o grande número de pessoas que residem e transitam no referido município e que necessitam dos serviços bancários, principalmente os beneficiários de programas sociais, previdenciário e o comércio local. A implantação de agência bancária será um grande apoio para o desenvolvimento do município acima citado.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio “Manuel Bequimão” em 14 de junho de 2007. - PENALDON JORGE - Deputado Estadual.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N° 690 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência, que após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Luis, **Doutor Tadeu Palácio**, solicitando que determine a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, a mandar executar serviços de recuperação da Praça que fica localizada no triângulo compreendido pela Av.16, Av. 17 e Rua da União, no Bairro da Cohab, 3º Conjunto, dotando-a de equipamentos urbanos e comunitários.

O referido logradouro está encravado entre os Bairros da Aurora; do Planalto Anil IV; e da Nova Aurora e é cercada por diversos colégios, entre os quais: Cônego José Ribamar Carvalho, Rubens Goulart, Almirante Tamandaré, Centro de Ensino Cidade de São Luis, e outros, cujos alunos se utilizam daquela Praça, para suas reuniões e lazer.

Por essa razão faz-se necessária a intervenção do poder público no sentido de recuperar a referida praça, dotando-a de equipamentos comunitários, a fim de que às populações residentes naquela área, possam usufruir dos benefícios a que tem direito.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 12 de junho de 2007. - EDIVALDO HOLANDA - Deputado Estadual – PTC

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N.º 691 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor **Rubem Brito**, Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – CAEMA, solicitando providências no sentido de mandar estender rede de esgoto às Ruas do **Conjunto Geniparana**, localizado na área da Cidade Operária. A rede deverá contemplar as Ruas Rio Acaraú, Rio Pindaré, Rio Mearim, Rio Parnaíba, e Rio Cedro.

O Conjunto Geniparana é um dos mais populosos da área da Cidade Operária e de há muito reclama por essa melhoria.

Justifica-se, assim, esta solicitação a fim de que as centenas de moradores daquele bairro possam a ter acesso à rede de coleta de esgoto, condição básica de saneamento, indispensável à melhoria de qualidade de vida daquela população.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 12 de junho de 2007. - Edivaldo Holanda - Deputado Estadual – PTC.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N° 693 / 07

Senhor Presidente,

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno, requeiro a V.Exa., após aprovação da Mesa, que seja encaminhado expediente ao Dr. Augusto Miranda, Diretor de Engenharia da CEMAR-Companhia Energética do Maranhão, solicitando determinação de providências, com vista à instalação de 02 (dois) transformadores, sendo um em Barão de Tromay e outro em Carará-Mirim, localidades pertencentes ao município de Cândido Mendes (MA).

Nossa solicitação torna-se necessária, tendo em vista que a energia disponível na rede de distribuição desses dois povoados é muito baixa (157 V) e insuficiente para ligar a bomba de abastecimento de água da CAEMA, o que já resultou na queima de uma bomba d'água. Adite-se a isso, os enormes prejuízos e dificuldades que tem passado essa população, com a freqüente oscilação e queda de energia.

Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 13 de junho de 2007. - Maura Jorge - Deputada Estadual.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N° 694 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao **EXMO. SR. PREFEITO DE SÃO LUÍS, DR. TADEU PALÁCIO**, solicitando providências, em caráter de urgência, no sentido de determinar a **CONSTRUÇÃO de UMA ESCOLA de ENSINO FUNDAMENTAL, COM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA e QUADRA DE ESPORTES POLIVALENTE**, no BAIRRO da VILA RIOD, próximo à CIDADE OPERARIA, no MUNICÍPIO de SÃO LUÍS-MA, considerando a grande demanda de crianças e jovens que residem na comunidade e comunidades circunvizinhas e que estão fora das salas de aula.

A ausência do Poder Público nos bairros que ficam mais distantes do perímetro urbano da cidade “Patrimônio da Humanidade” tem causado enormes prejuízos às populações mais pobres, sobretudo no tocante à execução de um programa arrojado de construção de escolas que possa dar as crianças e aos jovens a oportunidade de terem um futuro melhor.

É sabido por todos nós que não há desenvolvimento social e econômico sem investimentos pesados em Educação. Em lugar algum do mundo, um país conseguiu atingir um nível de desenvolvimento desejável sem investir substancialmente em educação.

Educação se constitui um motor para a expansão econômica e, ao mesmo tempo, mola propulsora de desenvolvimento social e político.

Para construirmos o Maranhão do futuro, é necessário que os gestores dos recursos públicos destinem mais recursos para serem investidos em saber e tecnologia, melhorando a qualidade do ensino público e qualificando ainda mais nossas crianças e jovens, para poderem enfrentar o competitivo mercado de trabalho.

Encaminhamos em anexo, cópia do pleito dos moradores daquela comunidade representada pelo **CENTRO COMUNITÁRIO DA VILA RIOD**.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 13 de junho de 2007. - ALBERTO FRANCO - DEPUTADO ESTADUAL PSDB - ascomalbertofranco45@al.ma.gov.br - www.albertofranco.com.br.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.



INDICAÇÃO Nº 695 / 07

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja enviado ofício ao Secretário de Estado do Turismo, Sr. João Pereira Martins Neto, solicitando-lhe que inclua nas peças de propaganda do estado espaço para divulgação do CEPRAMA – Centro de Produção Artesanal do Maranhão.

A reivindicação parte dos artesões e artesãs que sobrevivem do comércio realizado no CEPRAMA e que buscam meios de divulgar seus trabalhos para obter aumento nas vendas de suas peças. Tal divulgação é importante também para mostrar ao restante do país as belezas produzidas em nosso estado.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis, 21 de maio de 2007. – “Justiça pra toda vida” – HELENA BARROS HELUY – Deputada Estadual.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 696 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Exa. que após ouvida a Mesa, que seja encaminhado ofício ao Senhor Governador Jackson Lago, solicitando que determine urgentes e inadiáveis providências no sentido da recuperação da MA-307, iniciando na BR 316 cortando as Sedes dos Municípios de Maranhãozinho, Presidente Médice e Centro do Guilherme, abrangendo também a Zona Rural.

A execução das obras se faz necessário devido essa rodovia encontrar-se em péssimas condições de tráfego, ocasionando acidentes, prejuízos e situações adversas à sobrevivência dos produtores e ao comércio local, buscando uma melhor condição social haja vista que as famílias de agricultores teriam escoamento de sua produção ao centro de consumo e consequentemente o desenvolvimento sócio-econômico da região.

SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 06 de junho de 2007. - HÉLIO SOARES - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 697 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a V. Exa. que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Senhor Governador Jackson Lago, solicitando que determine urgentes e inadiáveis providências no sentido da recuperação da MA-209, que liga a BR principal as sedes dos Municípios de Turilândia a Turiaçu.

Essa rodovia encontra-se num lastimável estado de conservação e quase sem condições de tráfego, fato que vem causando enormes prejuízos aos produtores e ao comércio local, portanto, se faz necessário e urgente a sua recuperação. Por estes motivos e considerando sua importância como escoadouro da produção agrícola desses municípios é que fazemos o presente apelo que tem por objetivo garantir condições de desenvolvimento sócio-econômico da região. A execução da obra é uma necessidade para a comunidade, visando melhorar a qualidade de vida, assegurando-lhes seu direito constitucional.

SALAS DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 06 de junho de 2007. - HÉLIO SOARES - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 698 / 07

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a V. Exa. que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Senhor Governador Jackson Lago, solicitando que determine urgentes e inadiáveis providências no sentido da recuperação da MA-106, nos Municípios de Santa Helena, Turilândia a Nunes Freire, e à BR-316, que liga o Maranhão ao Estado do Pará.

Essa rodovia encontra-se num lastimável estado de conservação e quase sem condições de tráfego, principalmente em consequência da estação invernal, fato que vem causando enormes prejuízos aos produtores e ao comércio local. Por estes motivos e considerando sua importância como escoadouro da produção agrícola desses municípios é que fazemos o presente apelo que tem por objetivo garantir condições de desenvolvimento sócio-econômico da região. A execução da obra é uma necessidade para a comunidade, visando melhorar a qualidade de vida, assegurando-lhes seu direito constitucional.

SALAS DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 06 de junho de 2007. - HÉLIO SOARES - Deputado Estadual.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO STÊNIO REZENDE - Expediente lido, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Expediente lido à publicação.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Gostaríamos de comunicar que o nosso Presidente Deputado João Evangelista está representando o parlamento no encontro de administradores, ele foi convidado para representar esta Casa e está representado o parlamento no evento que acontece aqui na nossa cidade de São Luís, só justificando a ausência do Presidente da Casa na Sessão.

III - PEQUENO EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Deputado Valdinar Barros, V. Exa. dispõe de cinco minutos sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, demais membros da Mesa, senhores e senhoras funcionários desta Casa, Senhores e Senhoras Deputados e Deputadas, senhores e senhoras da galeria, senhores e senhoras da imprensa. Senhor Presidente, nós estamos trazendo um assunto hoje, pois quero pedir o apoio desta Casa. Na Região Tocantina precisamente de Imperatriz ao Piquiá dos Baianos que fica no município de Açaílândia, a nossa população Senhores Deputados, tínhamos trens de passageiros da Vale, da Companhia Vale do Rio Doce e há alguns anos a Companhia Vale do Rio Doce, contrariando a nossa população retirou, Senhor Presidente, o trem de passageiros. E nós agora, não só Imperatriz, mas Governador Edison Lobão, Divinópolis, Ribamar Fiquene, Campestre do Maranhão, Porto Franco e até o município de Estreito, estamos reivindicando a volta do trem de passageiro da Companhia Vale do Rio Doce. Porque a ferrovia Norte-Sul naquela época só ia até Imperatriz, hoje já entrou no Estado do Tocantins e, portanto, Senhor Presidente, o trem dez passageiro indo até o município de Estreito atenderia uma população grandiosa de todos esses municípios que eu citei aqui. Lá em Porto Franco tem o porto modal aonde o trem da Vale recebe o carregamento de soja que é transportado, senhores,

através de carretas, caminhões lá da região de Balsas e aí no depósito, o armazém de um porto modal da estrada ferrovia Norte-Sul fica no município de Porto Franco. Então o trem de passageiro pegando do município de Estreito atenderia todos esses municípios, inclusive Imperatriz, São Francisco do Brejão, ou seja, mais de 8 municípios seriam atendidos com esse veículo que é mais barato, tem uma segurança Senhor Presidente, grandiosa, o trem é muito mais seguro do que a van, do que o ônibus, portanto, toda aquela população está reivindicando que a Companhia Vale do Rio Doce, que está no bojo do seu projeto uma ação social para com a população em torno das ferrovias, não pode deixar de atender essa reivindicação. E ontem nós ficamos tristes, Senhor Presidente, com a declaração do coordenador institucional da Vale em uma reunião com os representantes da Famem, vários prefeitos da região estavam lá e ele veio dizer que era inviável para a Companhia Vale do Rio Doce, a volta desse trem de passageiro, deputada Helena Heluy. Então é um absurdo, os prefeitos estão dispostos a lutarem, nós vamos mobilizar a população para que a gente possa fortalecer essa luta. E eu, Senhor Presidente, peço o apoio desta Casa, vamos mobilizar a nossa bancada federal a Companhia Vale do Rio Doce senhores, não pode querer somente lucro as nossas custas, precisa também prestar esse serviço, que é um serviço social, deputado Stênio Rezende. A Companhia Vale do Rio Doce que ano passado teve mais de R\$ 30 bilhões de lucro, e está se negando a estabelecer esse serviço que para a população deputada Helena Heluy, nós víamos na época que o trem ia até Imperatriz, muita gente Senhor Presidente, pobre que não podia pagar uma passagem de ônibus, mas vinha no trem para São Luis, vinha e voltava. Então, queremos dizer aos colegas que precisamos a Região Tocantina e agora não é só mais Imperatriz, volto a repetir é Divinópolis, Governador Edson Lobão, Ribamar Fiquene, Campestre, Porto Franco é o Município de Estreito, a linha deputado Stênio Rezende, passa beirando todos esses municípios, e é um absurdo deputado Antônio Bacelar, a Vale quer carregar a Soja lá do Porto Modal, leva a mercadoria, mas o essencial deputado Edivaldo Holanda, seria prestar esse serviço à população, é um serviço seguro, barato e que pode contribuir com a nossa região. Então, era essa a nossa preocupação e que queremos socializar aqui com todos os colegas deputados e deputadas dessa Casa, obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Concedo a palavra ao deputado Francisco Gomes, cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, senhoras e senhores da galeria, imprensa. Senhor Presidente venho hoje aqui para fazer o registro do aniversário de São João Batista, que completa hoje 49 anos de emancipação, em que o povo daquelas comunidades teve o privilégio de decidir o futuro daquela parte tão importante da Baixada Maranhense do nosso Estado, povo que se tornou conhecido pela sua garra, pela sua luta, naquele pedaço de terra em que eu tenho muito orgulho de representar aquela terra, terra onde nasceu a minha inesquecível mãe Dinorah Castro Gomes falecida ano passado e onde eu tenho muitos parentes, muitos amigos, São João Batista tem se destacado ao longo desses 49 anos da sua existência com a formação de valores intelectuais, culturais que enobrecem o Estado do Maranhão e as diversas repartições públicas da nossa terra. Aqui nesta Casa nós temos que destacar a presença de dois Joaninos que representam hoje o Maranhão na Assembléia Legislativa é o Presidente desta Casa Deputado João Evangelista, nascido em São João Batista, nascido ali em Santana que eu conheço tão bem e o Deputado Raimundo Cutrim que faz parte da nossa bancada e quem nos orgulhamos de ser parte da nossa bancada e que também é Joanino, que também poderia contar, só ele contando a história da sua vida, já é contar uma parte da história de São João Batista, ele que como tantos meninos pobre, de uma família pobre que veio, que lutou que se formou, não podemos dizer venceu na vida, porque senão ele não estaria hoje aqui para que ele pudesse ter muitas e muitas conquistas ainda e eu sei hoje dedicadas ao seu povo, dedicadas a sua gente que ele representa tão bem. São muitos valores desembargadores, secretários de

Estado, quantos nós tivemos nascidos ali naquela terra, e aquela terra formada de uma gente guerreira, de uma gente de luta, de uma gente valente como é conhecida, mas de uma gente que sabe receber, de uma gente que sabe respeitar os direitos das pessoas, os direitos das famílias como aquele nosso povo de São João Batista o sabe fazer. São João Batista se desmembrou de São Vicente de Ferrer em 1958, exatamente São Vicente de Ferrer foi criada por dois distritos, era um distrito que veio de São Bento dos Perizes e um distrito que veio de Viana, esse distrito de São Bento dos Perizes tinha sede em Flexeira, que hoje é a cidade de São Vicente de Férrer, e o distrito que veio de Viana tinha sede em Jabutituba que não é hoje a sede de São João Batista. São João Batista se desenvolveu, cresceu antes de ser município com o seu Porto da Raposa, que hoje não serve mais para nada está desativado, porque deixaram que fosse destruído, um importante porto daquele que por ali escoava toda a produção da Baixada eu vi escoando por São João Batista e que fez aquela cidade crescer e ser o que é hoje em dia. Mas queremos parabenizar ao povo de São João Batista pelo seu aniversário e, eu como municipalista que sou que advogo e que o município que tem que ter a sua prerrogativa de escolher os seus representantes, de definir os destinos daquela terra, de alocar os recursos através de seus representantes vereadores para o futuro da sua terra. Então, eu quero parabenizar a todos, os políticos de São João Batista, aos vereadores, a todos os meus companheiros do meu grupo político de São João Batista liderado por Rico Pinheiro, quero parabenizar a todos por este aniversário, aquele povo tão aguerrido, tão lutador, tão trabalhador que é São João Batista, que se espalham hoje por aqueles campos hoje ainda inundados, agora mais de uma vegetação ímpar em termos de beleza com seus pássaros, com suas plantas, suas criações e tudo aquilo que São João Batista soube cultivar. A sua cultura, o seu Baile de São Gonçalo, tambor de crioula, bumba-meuboi e todas as suas festas que fazem à alegria daquele povo que nasceu nesta miscigenação das raças, que construíram ao longo do tempo o Maranhão do passado que construíram e contribuíram para edificar São Luís através do seu trabalho, parabéns então a todo povo de São João Batista. Obrigado Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Murad por cinco minutos sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD (sem a revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Queria Senhor Presidente nesse Pequeno Expediente pedir de novo ao meu querido Líder Edivaldo Holanda aquelas explicações a respeito da CEM, da obra da barragem e do Tenente Machado, e aguardar as explicações normais do governo, vamos dizer, se recebe deputado Antônio Bacelar, estado pelos seus correligionários para receber uma explicação, tem que receber explicação, eu disse aqui que uma pessoa chamada Burrego é quem auxilia a polícia, o tenente Machado já há 10 anos lá em Dom Pedro, e este Burrego vive ao redor dele e todo tempo com ele, bebe com ele, dirige carro para ele e quando chegou para buscar os bandidos, para perseguir os bandidos no assalto ao banco lá de Santo Antônio, ele estava na diligência com o tenente Machado. E eu pedi que o deputado Edivaldo Holanda solicitasse ao secretário explicações para que a gente possa ouvir o lado do governo. Também solicitei ao deputado Edivaldo que me explicasse qual é o embasamento que a CEM, a empresa que doou R\$ 400 mil para o governador Jackson Lago está trabalhando na Barragem do Bacanga porque não se sabe onde está publicado no Diário Oficial, eu quero saber, é normal querer saber, ter as informações, acho que essa é a nossa função aqui. Também lembrar a minha querida deputada Eliziane Gama se tem alguma resposta do nosso prefeito, para a MACAIB se temos audiência ou se não temos e se V. Ex^a. no dia de hoje, se a gente pode dar uma resposta lá para a associação. E eu queria aproveitar este Pequeno Expediente também para fazer um registro de que ontem nós dissemos que o ex-governador José Reinaldo e o governador Jackson estariam denunciados já ao Ministério Público. Adiantamos-nos em função de uma notícia que recebemos do Bom Dia Brasil e do Sistema de Comunicação Nacional O Globo e todos os órgãos, mas o fato é que



o Ministério Público ainda não concretizou a denúncia. Segundo estamos informados o fará por toda esta semana. E acho que a situação que iremos tratar hoje ainda, desta a situação do ex-governador José Reinaldo em razão, inclusive, da denúncia que fizemos do gasto que ele fez no apartamento em que mora de R\$ 850 mil, que é um assunto que vamos tratar daqui a pouco em função do tempo que é curto, toda essa situação vai culminar, Senhor Presidente, com o que aconteceu ontem lá na presença do ministro Fernando Haddad. Quando o governador visivelmente constrangido e um secretário de Estado raivoso, perdeu a cabeça no seu discurso dando uma demonstração de desequilíbrio, se você tem de um lado em uma relação os professores que estão sendo prejudicados por um projeto de lei draconiano pela chamada "Lei da Maldade", não se pode inverter a situação, não se pode ter um secretário completamente despreparado, um sujeito emocionalmente desequilibrado, gritando no microfone na presença do ministro, fazendo um discurso e sendo vaiado o tempo inteiro e ele gritando, querendo gritar mais do que as vaias, as vaias subindo e ele aumentando a voz e a cara transtornada de ódio, essa não é a situação que se espera deputada Helena Heluy, de uma administração que tem ao longo dos meses em que já está infelicitando a vida do Maranhão, o que se pode esperar dela. A cena patética ontem do constrangimento do Governador, do desespero da raiva do secretário de educação, da disposição forte e ferrenha e determinada dos professores mostra Senhor Presidente, da necessidade que nós temos de fazer com que haja uma solução para as voltas às aulas e ontem eu pedi a Mesa, que dissesse ou do fim da participação dela, porque eu não entendi, ontem não teve a justificativa da intermediação da Assembléia para as voltas às aulas, eu queria saber se nós ainda estamos negociando, a Assembléia ainda está dentro da negociação ou se Assembléia saiu da negociação, como está isso? Porque há uma determinação, nós do Bloco de Oposição vamos fazer uma reunião e é muito importante que a gente saiba se Assembléia está ou não está ainda intermediando um processo de negociação com os professores, porque pelo que se viu ontem, Presidente, não há mais a menor condição deste secretário descontrolado, uma pessoa completamente desequilibrada, tratar mais deste assunto Deputada Helena, não há mais o que fazer professores e Secretaria de Educação, acabou o diálogo. Não tem mais! O homem perdeu a cabeça, o homem gritou, o homem se destemperou e aí sobra como interlocutor vale o da Assembléia ou então, outras providências que deverão ser tomadas para que se tenha a volta às aulas. E eu queria que a Mesa posicionasse a liderança e os deputados naturalmente, se ainda estamos no processo de negociação, se o Presidente Evangelista não tiver, mais poderá ser compactado pelo telefone, porque essa informação é muito importante para nós.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - No final do pequeno expediente a Mesa dará explicações a V. Ex^a, como tenho feito todas às vezes. Concedo a palavra ao Deputado Edivaldo Holanda por cinco minutos sem direito aparte.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Senhor Presidente, ao deputado Ricardo Murad antes estrepitoso e raivoso na tribuna naquelas denúncias seríssimas e agora o Deputado Ricardo Murad manso, aquele leão da Metro-Goldwyn-Mayer rugindo baixinho, eu só responderei no Tempo dos Partidos. Eu quero aproveitar estes cinco minutos para... É porque deputado, eu preciso discorrer sobre a atitude de V. Ex^a, nesta Casa e na tribuna e eu nem ia fazer isto hoje, mas eu resolvi alinhar alguns temas para me deleitar na tribuna e recordar as galerias, os internautas, por que é bom que se mostre também o reverso da moeda, sobretudo quando o cidadão joga e joga mal, e começa a perder no jogo. Mas, Senhor Presidente, eu quero tratar aqui de um dos fatos mais importantes deste ano acontecido no Maranhão, que foi a presença de S. Ex^a e que ainda o é Fernando Haddad, Ministro da Educação do Brasil, acompanhado, Dr^a. Helena Heluy, de assessores diretos da mais alta competência. Nós tivemos a oportunidade, não sei se V. Ex^a, esteve lá no plenário, de ouvir aqueles técnicos da educação do Brasil e eu comentava com o deputado Pavão Filho, a extraordinária competência o conhecimento profundo daque-

les técnicos no que diz respeito à educação. O deputado Pavão Filho me confirmava dizendo: São técnicos de ponta, é o que há de melhor em educação no Brasil. Nós sentimos ali, e ver aquele ministro jovem, lançando metas para a educação brasileira os seus técnicos auxiliares jovens, deputado Chico Gomes, mostrando uma visão de educação para 15 anos, 17 anos e mostrando que educação não se faz para um quadriênio, nem se faz em um governo, mas deputado Ricardo Murad, para muitos governos, sucessivos governos, plano que não pode ser interrompido, senão, não haverá consequência de resultado positivo, sobretudo quando o assunto é educação. Ali foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação, que é uma espécie de PAC, dentro deste segmento é um Programa arrojado de implantação de um novo sistema de ensino no Brasil, inclusive com a criação do IDEB que é o novo índice que vai medir a qualidade do ensino na Escola Pública. Nós vimos ali senhores deputados, senhoras a preocupação com o ensino de qualidade, isso pode pensar em desenvolver um Estado, um país, um continente hoje sem educação diferenciada e a educação diferenciada requer em primeiro lugar a presença da família interagindo na sala de aula, a mãe, e o pai, não pode se omitir do processo educativo como vem ocorrendo hoje talvez Senhor Presidente, pelo fato de que a família hoje para se sustentar tem que trabalhar pai e mãe, tem que passar o dia inteiro fora de casa para trazer o sustento para sua família e com isso as crianças ficam à mercê apenas dos professores das escolas, e não é isto o suficiente, não basta, é necessário que o pai abra o caderno da criança, examine os deveres que foram passados para casa, demonstre interesse no aprendizado do seu filho, o estimule para que ele chegue a sala de aula e possa ter gosto com a aula que o seu professor lhe transmite. Mostrando também a preocupação senhoras e senhores deputados, com a alfabetização. O Maranhão é um dos campeões do analfabetismo do Brasil, uma vergonha para todos nós, mas a preocupação do Senhor Ministro da Educação, da sua equipe técnica, preocupação que bate também com o plano de metas do senhor Governador Jackson Lago e do seu Secretário Dr. Lourenço Vieira da Silva na erradicação do analfabetismo nesse Estado, e dizer as senhoras e aos senhores, o que nós vimos ali ontem deputado Ricardo Murad, por parte dos professores deputada Helena Heluy, foi um momento democrático, eu imaginava outros governos do passado, a diferença dos governos do passado eu ficava olhando comentei com o deputado presidente Pavão Filho, a diferença é a seguinte: Outros governos para trás estariam violentando o direito destes professores talvez impedindo eles de entrarem aqui, tomado as faixas, os governos do deputado Ricardo Murad. O Jackson não! O governador Jackson recebeu os professores com parcimonia, com calma, com tranquilidade, no seu pronunciamento elogiou os professores, disse que aquele gesto deles era gesto de um novo momento de um governo novo que sabia conviver com o contraditório, e que aquilo era normal numa democracia como esta que nós estamos vivendo. Os professores puderam chegar até a Mesa Diretora da Casa com faixas, com cartazes reivindicando os seus direitos, ou seja, a mudança que querem, e foram recebidos de forma elegante, não houve uma palavra que ofendesse aquele grupo de professores que fazia a sua reivindicação justa. O Dr. Lourenço Vieira da Silva fez um pronunciamento normalíssimo, não agrediu ninguém, foi aplaudido de pé. Então, o que vimos foi um grande gesto democrático de um Governo, quer dizer, o governador, os secretários, os deputados, os prefeitos, os vereadores, todos desta Maranhão, ministros, técnicos recebendo com elegância a todos e a preocupação única de todos: uma melhor educação para o Maranhão e para o Brasil. Muito Obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Concedo a palavra ao deputado Nonato Aragão por cinco minutos, sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO NONATO ARAGÃO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, galeria, imprensa, internautas. Eu já deveria ter vindo a esta tribuna na terça-feira, após o pronunciamento do nobre deputado Ricardo Murad, mas não o fiz porque, logo após o seu pronunciamento, o deputado se afastou do plenário. E digo: deputado Ricardo Murad,

V.Ex^a. é um homem muito elegante, muito cortês com os colegas deputados, admiro o Senhor, acho até que V.Ex^a. seria um grande exemplo para esta Casa se não fosse a forma como trata os seus colegas aqui, às vezes. Acho até deselegante, em alguns momentos, e V.Ex^a. demonstra aquela calma, aquela tranqüilidade e passa a imagem de um perfeito cavalheiro. Já discuti com algumas colegas deputadas, isso seria um grande exemplo, uma grande figura se não fizesse V.Ex^a. tratamento diferente quando se trata do governador Jackson Lago. De repente, V.Ex^a. perde toda aquela compostura, aquela elegância! Isso, deputado, V.Ex^a. poderia tratar dos assuntos, como fez agora nesta manhã, sem perder o respeito com a pessoa pública de um homem sério como é o Dr. Jackson Lago, homem que tem passagem pública ilibada, que foi prefeito por três mandatos aqui em nossa cidade, que enfrentou dificuldades da oposição e continua a enfrentar, e que V.Ex^a. está condenando antes do julgamento. Ontem, aqui na tribuna, antecipou novamente que o nosso governador seria denunciado e que seria, com certeza, até cassado o seu mandato, mas isso não é verdade, e o povo do Maranhão acredita no Jackson Lago e o defende. Tivemos exemplo disso em várias manifestações públicas, porque nós, deputado, acreditamos e defendemos o nosso governador que, até se prove o contrário, o Dr. Jackson Lago é merecedor de todo o nosso apoio, de todo o nosso respeito. V.Ex^a. foi muito contundente aqui quando afirmou que o governador mente. São palavras muito difíceis para um parlamentar, para fazer acusação tão difícil, tão severa contra um homem, sendo que até agora nada se provou contra ele. E aquela afirmação que V.Ex^a. faz de que ele tinha o apoio no primeiro turno do governador, para nós também que apoiamos o Dr. Jackson Lago, achávamos que foi traição do governador, e foi dito isso aqui na tribuna. No primeiro turno, o ex-governador José Reinaldo Tavares não estava apoiando o Jackson Lago, até porque o seu partido tinha um candidato, que era o Dr. Edison Vidigal. Então, V.Ex^a. não poderia dizer que o governador está mentindo quando ele afirma que não era candidato do governador no primeiro turno, e realmente não era, porque existia uma formalização da campanha do candidato do PSB. Então, continuamos e vamos defender o nosso governador contra tudo e contra todos até que se prove o contrário. Dificilmente isso será provado, mas o tempo é o senhor da verdade e, com certeza, em muito pouco tempo, tudo isto será dirimido e o nosso governador merecerá as desculpas que espero que V.Ex^a. terá que pedir. Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Concedo a palavra ao deputado Raimundo Soares Cutrim por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO RAIMUNDO SOARES CUTRIM (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores da imprensa e da galeria. Primeiramente, gostaria de parabenizar o nosso colega Francisco Gomes que já me antecipou, já que também é da região da baixada, quanto ao aniversário hoje de 49 anos em São João Batista. Ele já falou e deixo aí por conta do nosso amigo, mas ouvi ainda há pouco o nosso amigo deputado falando em relação ao deputado Ricardo Murad. Concordo em parte, mas no Maranhão todos sabem que, às vezes, falamos e as palavras são direcionadas para outro lado. A gente sabe que a eleição passada foi feita com vários deputados e várias pessoas contra um, Roseana contra várias outras, no caso de Edson Vidigal, que todo o Maranhão sabia que ele não teria mais de 10%, seria um milagre se tivesse! E foi um grupo de pessoas de oposição para tentar sair no segundo turno. Então, realmente, a diferença do primeiro para o segundo colocado foi muito grande e, no segundo turno, o resultado das eleições o Maranhão todo está acompanhando e foi quase um bilhão de convênios. Isso é uma realidade que até hoje não está bem explicada. Há as operações e nós estamos acompanhando, mas o que eu fico triste é que muitas vezes nós deputados não podemos fazer acusações sem provas, vir para cá e ficar achando porque a oposição tem que agredir o governador, os deputados, os secretários. Ontem o fato do secretário de educação foi vergonhoso para o Maranhão e todos nós assistimos a isso justamente quando vem um ministro e o governador ficou em uma situação vexatória. Isso é uma realidade, embora o doutor Edivaldo Holanda queira... Mas a

gente sabe, todos nós assistimos na imprensa, quem estava lá viu que o governador ficou em uma situação muito difícil. O que nós queremos aqui na Assembléia Legislativa, aqui no artigo 10, inciso VII da Resolução 448 que especifica as prerrogativas do deputado, e aqui ficamos tristes porque a gente veio para cá porque o povo quis, tivemos expressão de voto muito boa de todas as alas e a gente entra com requerimentos e a Mesa não dá satisfação. São fatos! Eu estou com alguns requerimentos querendo alguns documentos porque eu tenho provas, acredito que são concretas, mas eu quero checar. Eu jamais viria para cá... Eu tenho uma Ordem de Serviço, como eu disse, foram pagos R\$ 6 milhões e levantei isso junto aos órgãos. Hoje, para terem uma idéia, foi feito um contrato de quase R\$ 200 milhões, mas o Tribunal não tem como identificar se aquele valor foi pago referente àquela obra. Então, fica difícil, o próprio sistema do Estado não tem como identificar o pagamento de uma obra. Eu entrei com alguns requerimentos, desde o dia 30 de maio de 2007, e ontem eu entrei com outro requerimento para o presidente do Tribunal de Contas para que pudesse fornecer esses dados aqui bem fundamentados, o número de empenho com todos os dados para que nós pudéssemos ter certeza se esses valores realmente foram pagos. Eu tenho um outro serviço que leva a crer que foi pago cerca de seis milhões de reais, mas eu não tenho... Há algumas notas de cinco milhões e quatrocentos, cinco milhões e novecentos, cinco milhões de reais, mas eu não sei se são referentes àquela obra, àquela construção. Já vim aqui várias vezes pedir para que a Mesa encaminhe, mas eu não sei com quem é que fica aqui. Encaminho para a Mesa, mas, se a Mesa indeferiu meus requerimentos, recorrerei ao Poder Judiciário. É um direito que me assisti. Eu não posso ter meu direito cerceado e parar uma investigação, um trabalho que tem custos pessoais porque, se eu dei entrada ao requerimento, é porque eu mandei alguém fazer o levantamento, é porque eu mandei alguém ir ao município. Eu tenho alguns documentos que me deixam dúvidas e eu estou querendo que a Mesa se pronuncie e que diga que não vai dar entrada ao documento, então, eu não vou levar à Mesa os requerimentos. Se a Mesa não aprovar, eu acho que é um cerceamento do direito do deputado. A Constituição do Estado, o Regimento Interno e o Código de Ética me garantem que eu tenho direito e acesso a esses documentos. Agora, se os documentos do Estado são sigilosos, eu não sei por que existe deputado. Eu estou precisando que a Mesa se pronuncie e, se não se pronunciar, eu vou ter que procurar outra esfera. Eu fico muito triste de ter que recorrer ao Judiciário porque o funcionário da Assembléia não trouxe os meus requerimentos para que a Mesa pudesse deferir ou indeferir. Então, eu preciso dos documentos e, para que eu possa chegar e dizer e fazer uma crítica construtiva, concreta, eu tenho que ter os documentos para fazer o cruzamento de análise. Eu já tenho todo o trabalho, mas eu estou precisando cruzar esses documentos. Então, eu gostaria que a Mesa, que o funcionário da Assembléia, que a Mesa determinasse que viessem até a Mesa esses requerimentos para que pudessem ser deferidos ou indeferidos. Eu não vou recorrer ao Plenário porque, se for para o Plenário, é porque a maioria vai achar que eu estou perseguindo o governador. Eu quero ter os documentos para que, se esse dinheiro foi desviado, entrar com uma ação no Ministério Público para que tome as providências. Então, era só isso, Senhor Presidente.

O ENHOR RPESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - A Mesa quer informar o seguinte: o deputado Ricardo Murad não se encontra aqui, mas fica a explicação que a Mesa vai dar. Eu quero dizer a ele que quem assumiu o comando da intermediação em nome desta Casa foi o presidente João Evangelista. O Presidente não pôde comparecer porque está numa missão oficial do Parlamento representando essa Casa num encontro que está acontecendo aqui no Estado dos administradores como justifiquei no início da Sessão. Então, quando o deputado João Evangelista estiver aqui na segunda-feira, prestará pessoalmente ao deputado Ricardo e a toda esta Casa todas as informações com relação à condução da intermediação entre os professores e o Governo, porque foi ele que assumiu pessoalmente essa missão de intermediar. Então, estão prestadas as informações devidas com relação aos questionamentos feitos pelo deputado Ricardo Murad. Com relação às colocações do deputado Raimundo Cutrim, eu acabei



de ser informado aqui pela Secretaria Geral da Mesa, deputado Cutrim, que já foram localizados os requerimentos a que V.Ex^a. deu entrada no Parlamento, que é um direito seu. Esta Presidência está autorizando que eles sejam colocados para serem lidos no Expediente e depois publicados no Diário. O Parlamento apreciará nas suas instâncias regimentais. Primeiro, a Mesa Diretora e a ela cabem os recursos ao Plenário, que é soberano, e na decisão do parlamento nada pode ultrapassar. Na minha concepção, o limite desta Casa está no fato de que seu órgão soberano tem que apreciá-lo, que é o Plenário desta Casa, como qualquer Parlamento do mundo que funciona dentro do regime democrático. Uma outra solicitação que a Mesa quer fazer aos senhores líderes de blocos, ao líder do bloco da oposição e ao líder do bloco que apóia o governo, que por gentileza indiquem os membros para a Comissão Especial que vai acompanhar a reforma política e que foi aprovada aqui pelo Plenário, da nossa autoria, juntamente com o deputado César Pires. O requerimento está aprovado. Se os blocos não indicarem, é claro que a Mesa fará na forma regimental. Os cinco membros da Comissão Especial, deputado Arnaldo, que vai acompanhar a reforma política que já começou se desenrolar, já foi para a ordem praticamente, está sendo discutida já na Câmara Federal. Ontem saiu de pauta pelo requerimento por parte dos deputados, mas já está havendo um processo de discussão e votação. Então, eu peço que as lideranças indiquem os membros da comissão que vão compor a Comissão Especial para acompanhar, para convidar os deputados federais do Maranhão, que eles têm posições diferentes, quer dizer, uns são a favor da lista fechada, outros são contra a lista fechada, Senadores acompanhar essa questão da reforma política que é muito importante para o Maranhão e para o Brasil. Pediria que as lideranças indicassem os membros da comissão.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO - Uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Questão de ordem, deputado Arnaldo Melo.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO (questão de ordem) - Só para justificar a sua preocupação para que realmente se inicie muito rapidamente essa discussão até porque na Câmara já se começa a tratar dos dois temas mais complexos. Lá vamos fazer exatamente o inverso do que se deveria fazer, ou seja, vamos discutir logo hoje a lista fechada e o financiamento de campanha, que são os dois aspectos mais completos dessa matéria, e que acho que não se consegue encontrar uma solução. Então, acho que daríamos a nossa contribuição e estou inclusive a sua disposição, como acredito que também todos os colegas.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Muito bem, deputado Arnaldo. Então, eu peço que as lideranças indiquem os membros para a Comissão Especial dentro do Regimento, pois, se eu não fizer, a Mesa o fará. Então, estão feitas as explicações a V.Ex^a., deputado Raimundo Cutrim, com relação ao direito de V.Ex^a. como parlamentar de que as suas proposições tramitem dentro dos órgãos que têm a competência de apreciá-las dentro do Parlamento. Esta Presidência gostaria de registrar, a pedido do deputado Hélio Soares, a presença do ex-prefeito de Turilândia, Teodoro, que se encontra na galeria. Seja bem-vindo.

IV - ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. Peço ao Senhor Secretário que faça a verificação do quórum. Não há quórum regimental. Só para informar que nos prestigia e para nós é um prazer muito grande sempre ter aqui o povo do Maranhão participando das sessões. O Parlamento só pode apreciar qualquer matéria quando existem, no mínimo, 22 deputados em plenário. Com menos de 22 não se pode apreciar nenhuma matéria, que é competência do Plenário, porque a maioria é absoluta, a metade mais um do Parlamento. Requeri-

mentos à deliberação da Mesa. A matéria que está constando na Ordem do Dia da competência do Plenário fica em pauta para a sessão de segunda-feira. Matérias à deliberação da Mesa: Requerimento nº. 275, de autoria do deputado Pedro Veloso. Ausente do plenário. Em pauta. Requerimento nº. 281, de autoria do deputado César Pires. Ausente. E o Requerimento 282, de autoria do deputado César Pires. Ausente. Esse requerimento do deputado César Pires está justificando falta. Esta Mesa sempre adotou o seguinte critério: quando se trata de justificativa de falta com relação a motivo de saúde, nós sempre adotamos aqui o princípio de apreciá-los, porque a pessoa está doente e está mandando um atestado médico. Mas, quando a justificativa de falta é com relação à missão oficial da Casa, é claro que vai ser apreciado com a presença do autor, portanto, ficam em pauta os dois requerimentos do deputado César Pires.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Pela ordem, com a palavra, deputada Helena. Concedido.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - É o seguinte. Foi lido ontem um requerimento nosso que foi objeto, inclusive, de fala na sessão de terça-feira, quando eu manifestei que foi encaminhado à Mesa o requerimento. Mas, por questões técnicas, foi sugerido que fosse dirigido ao Plenário e, imediatamente, fizemos a substituição. Está publicado, está em pauta, mas dirigido ao Plenário. É aquele que eu, fazendo a defesa da tribuna, recebi inclusive o apoio verbal de V.Ex^a. de congratulações ao V Congresso do MST, que está se realizando e termina amanhã. Quero propor, em nome da democracia e da oportunidade, que esse requerimento, pela falta de quórum, até porque, se for na próxima semana, já estará prejudicado pelo sentido que é cumprimentar o V Congresso, então, que seja apreciado pela Mesa esse requerimento. É um requerimento verbal, como assegura o próprio Regimento, que eu submeto à apreciação de V.Ex^a. ou da própria Mesa.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Se o Regimento permitir, farei com o maior prazer para atender ao pedido de V.Ex^a. Vou consultar aqui a Secretaria Geral da Mesa para ver a forma regimental.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD – Presidente, pela ordem. Antes de terminar...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO – Deputado, só um instante. Em função de eu ter que dar logo uma resposta à deputada Helena. Infelizmente, o art. 156 do Regimento diz que essa matéria é competência do Plenário. Art. 156, inciso 8º. Seria uma honra muito grande. Eu voto com V. Ex^a., como deputado, mas, como presidente, tenho que fazer cumprir o Regimento Interno.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Claro, é por isso que eu submeti em requerimento verbal pela oportunidade porque, na próxima semana, já não existirá mais o Congresso. Obrigada, Excelência.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO – Lamentavelmente, o quórum depende de cada parlamentar. Só temos 17 deputados em Plenário, portanto, não temos quórum para deliberar a matéria da Ordem do Dia. Deputado Ricardo Murad, V. Exa. pediu pela Ordem. É um prazer ouvi-lo.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - Vossa Excelência ficou de explicar a posição da Mesa, mas eu não estava presente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Já expliquei, deputado, lamentavelmente.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - O Senhor não poderia repetir?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Vou fazê-lo por uma questão de deferência a V.Exa.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - Muito obrigado, até porque V.Exa. deveria explicar na minha presença, porque fui eu quem pediu a explicação.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Sim, eu dei a explicação e perguntei por V.Exa., mas V. Exa. não se encontrava em plenário.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD – Então, V. Exa. poderia ter deixado para depois.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Não, porque decidi fazê-lo naquela hora.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse de novo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Faço em consideração a V.Exa. Vou fazê-lo em uma deferência a V. Exa., mas quero dizer que, quando V.Exa. questionou, eu disse em seguida que, após o Pequeno Expediente, para não atrapalhar o tempo dos deputados inscritos, eu faria as explicações. Então, foi anunciado com antecedência que seria feito logo após o Pequeno Expediente e assim o fiz. Mas em deferência a V. Exa. vou fazer novamente. Quem conduziu em nome do Parlamento a intermediação das negociações entre o Governo e os representantes das entidades dos servidores foi pessoalmente o Presidente deste Parlamento, o deputado João Evangelista. Hoje ele está em uma missão institucional, está representando o Parlamento em um Congresso que está havendo aqui em São Luís de administradores e, por isso, não pode comparecer. E eu justifiquei aqui a ausência dele. Mas ele fará, com certeza, a V.Exa. as explicações, já que ele é que está conduzindo as negociações. Ele responderá a V.Exa. na próxima semana com certeza absoluta. Nos termos do Artigo nº. 107, do Regimento Interno, determino a inclusão na Ordem do Dia, na Sessão de segunda-feira, 18 de junho, do seguinte item: Requerimento nº. 37, de autoria do deputado Ricardo Murad (lê).

V - GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Deputada inscrita: deputada Helena Barros Heluy, V. Exa. dispõe de até 30 minutos com direito a apartes.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores da galeria, colegas da imprensa, funcionários da Casa, internautas que nos acompanham neste momento. Gostaria, Senhor Presidente, que esta minha fala no Grande Expediente, hoje e como sempre, vou fazer um esforço, vou tentar não precisar ocupar os 30 minutos. Quero ser breve e me dedicar a um tema, a uma questão, a uma causa, como muitas vezes sublinho, que é a questão da Defensoria Pública no Estado do Maranhão. Todos vivemos inquietos, deputados e deputadas, com a questão da segurança, deputado Cutrim, ou com a questão da própria violência que gera insegurança pública também. Todos estamos ou ficamos impactados e impactadas diante dos motins, das rebeliões e dos saldos das rebeliões nos presídios, com a questão nacional, claro, mas que aqui no Maranhão tem aspectos que merecem atenções espe-

cíficas para cada pedacinho que concorre para essas rebeliões, deputada Eliziane. A rigor, há uma unanimidade, deputada Maura, uma unanimidade no que diz respeito à superpopulação carcerária, isso é evidente, é visível, não há dúvida, é no Brasil todo, é em São Paulo, é no Rio de Janeiro e é também no Maranhão e é também em São Luís do Maranhão. Repito aquilo que digo sempre: o grande problema da prisão é a própria prisão, pois se contrapõe a tudo o quanto significam os outros direitos dos seres vivos e não é apenas do ser humano, dos seres vivos. O encarceramento, o ergastulamento e, sobretudo, para os fins a que se destina, que é a ressocialização ou a própria socialização, socializar ou ressocializar, ou seja, dar condições para as pessoas viverem em sociedade, salvo melhor juízo, é isto. E quando digo que o problema da prisão, deputado Arnaldo, é a própria prisão, eu não estou nem sequer sendo criativa, o mestre Heleno Cláudio Fragoso já dizia isto com muita propriedade. Então, a prisão é medida excepcional, quer dizer, é exatamente para aqueles, esgotados outros meios e a possibilidade de, por determinação legal, comportar penas alternativas, ser ergastulado, e, nesse seu ergastulamento, ser submetido ao tratamento especializado. É isto que deverá ser ou poderá ser ou seria o ideal para que pudessem existir presídios e esses presídios atingirem seu objetivos. Então, quando é dito o número de presos dentro dos presídios aqui no Maranhão, claro, como eu vivo aqui, tenho responsabilidades aqui e inclusive que me botaram aqui nesta Assembléia para representar este Maranhão todo, eu tenho que trabalhar e analisar contextualizando a realidade maranhense no que diz respeito aos presídios ou ao sistema carcerário ou a situação carcerária no Estado do Maranhão. É lamentável, é dolorosíssima e não há um meio, não há uma reportagem, não há um flash, que possa fazer com que compreendamos a gravidade desta situação se não for chegando até ali e não como deputados e não como Comissão de Direitos Humanos ou de Segurança ou uma comissão de deputados, é chegando ali como um cidadão qualquer para ver, sentir, analisar aquela realidade. Quero trabalhar em cima de um único aspecto desta realidade, talvez até o que se possa encontrar saídas imediatas e vou dizer por que Deputado Ricardo, é no que diz respeito à Defensoria Pública do Estado do Maranhão e porque escolho e eu pinço a Defensoria Pública? Para colocá-la em xeque? Não, ao contrário, para me unir mais uma vez e repetidas vezes a luta dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão, a luta da Exª. Senhora Defensora Pública Geral do Estado do Maranhão Dra. Ana Flávia como cidadã, como uma pessoa trabalhadora do mundo do direito, mas também pela tarefa específica que tenho aqui nesta Casa de integrando a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, e na sua presidência trabalhar essas questões e estas causas também. Quero destacar esta questão mais uma vez, por que ao longo do tempo nós temos insistido nisto nesta Assembléia, a Deputada Maura que eu já encontrei aqui, Deputado Arnaldo Melo também são testemunha disso, já pedi inclusive audiência pública e a exemplo das muitas audiências públicas Deputado Hélio, que nós autores dos requerimentos somos frustrados pela pouca presença dos colegas parlamentares, acredito que por muitas outras tarefas que tem ao longo do dia, mas no que diz respeito a esta Audiência Pública realizada, pena que o Deputado Ricardo Murad tenha saído, realizada inclusive sobre a presidência da Deputada Teresa Murad que dirigia a comissão e foi coordenadora da referida audiência, não só não existiu um número razoável de deputados, como a própria sociedade ficou indiferente, estavam os defensores públicos, aqueles homens e aquelas mulheres que têm, lhes digo, até mesmo por vocação e carisma, a tarefa extraordinária que lhes confere a Constituição Federal que diz que devem ser os defensores públicos os advogados, os representantes dos mais pobres em nosso país, para assegurar a esses mais pobres o direito de bater às portas do Judiciário, assegurar-lhes o acesso ao Poder Judiciário, diz a Constituição Federal, Art. 134: *a Defensoria Pública instituição essencial a função jurisdicional do Estado incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa em todos os graus, dos necessitados; atentem senhores deputados e senhoras deputadas, na forma do Art. 5º Inciso nº.74, e na forma da Emenda Constitucional nº. 045/004: ser o advogado dos mais necessitados. E quem são os mais necessitados ou quanto são os mais necessitados do Estado do Maranhão? Dizem as estatísticas deputado Marcos Caldas, que beiram os 68% da nossa população, são os mais*



pobres do Estado que precisam na reivindicação dos seus direitos, dos serviços, do trabalho e da abnegação dos defensores públicos. Defensoria Pública do Estado do Maranhão, a sua instituição vem da própria Instituição Constitucional Federal de 1988, no Estado do Maranhão entrou na nossa Constituição Estadual, teve lei própria, mas essa lei própria não assegura a imprescindível e necessária autonomia já assegurada pela emenda Constitucional nº. 45/2004 aqui no Estado do Maranhão, algumas conquistas já existem no que diz respeito à administração interna, os atos administrativos, inclusive assegurando certa independência no que diz respeito à possibilidade de escolha do defensor ou defensora pública geral através de lista tríplice. Mas é preciso muito mais, é preciso que seja efetivamente assegurada esta autonomia plena, inclusive a autonomia financeira e é esta luta que vem se arrastando há algum tempo, uma luta por essa autonomia que passa aos próprios defensores públicos do Estado do Maranhão, pensar em fazer e acontecer a ampliação do seu quadro, deputado Pavão Filho, nós temos no Estado do Maranhão, um defensor público, deputado Valdinar Barros para mais de 100 mil habitantes que precisam da defensoria pública e dá para entendermos um pouco a razão da superpopulação carcerária, quem é a grande parte dessa superpopulação carcerária? Os mais pobres do Estado do Maranhão, os que não tiveram possibilidades de terem assegurada à ampla defesa que na nossa compreensão ela tem que ser ampla e competente e os mais pobres estão aí, porque chegaram ali nessa via-crúcis ao longo de suas próprias vidas e até que um dia chegaram pela primeira vez a um xadrez, não teve a ampla defesa e ampla e competente defesa, porque o número de defensor público não é suficiente, chegaram à segunda vez, a terceira vez não foram tratados e muitos e muitos estão nos cárceres por tantos e tantos anos, sem ter se quer aquele que passa efetivamente vê direitos dos próprios presos, é mais no que diz respeito ao mérito de um processo a que foram submetidos. Existe no Maranhão deputado Ricardo Murad, até depois de um grande empenho do qual participou esta Assembléia para que fossem nomeados os concursados que ainda estavam aguardando e estava terminando o prazo de validade do concurso, existem no Maranhão 44 defensores públicos, deputado Pedro Veloso, constituem uns verdadeiros e abnegados heróis nesta luta, eu imagino a sensibilidade e a inquietação desses defensores públicos cuja maioria ou quase que totalidade apenas em São Luís do Maranhão e não é suficiente este número, ouvi, ouvi o clamor dos mais pobres e entre esses mais pobres, aqueles discriminados ao longo da nossa história, uma grande parte de negros e outra grande parte de mulheres, vítimas de toda a sorte de violência.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - V. Ex^a. me permita?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - É um prazer Deputado Ricardo.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD (aparte) - Deputada Helena eu quero me associar e dizer que concordo plenamente, eu mesmo tenho enviado, e recebemos no gabinete centenas de pessoas procurando guarida do Judiciário, e eles não tem advogado e justiça se faça, eu quero aqui publicamente reconhecer o trabalho eficiente, sabemos da pouca estrutura, como V. Ex^a. coloca de forma tão bem, mas de forma abnegada eles tem dentro naturalmente da capacidade física e material é correspondido àquilo que se espera da Defensoria e esperamos que o governo priorize, que se acresça o quadro muito mais defensores e que também se dê condições de trabalho com tecnologia apropriada para que eles possam desenvolver com bastante eficácia a sua função. Mas quero deixar aqui registrado os nossos reconhecimentos pelos serviços que prestam de forma brilhante ao povo maranhense.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Agradeço ao Deputado Ricardo Murad. Peço que a sua fala seja incorporada ao nosso pronunciamento, há algum tempo já me referia a Audiência Pública realizada aqui em final de 2004, até citei há pouco sobre a presidência da Deputada Teresa Murad as duas Comissões, a

de Direitos Humanos e a que ela presidia coordenaram essa audiência, mas passada essa Audiência nada aconteceu de novo, passados os dias, os meses e até anos a tenacidade daqueles que estão à frente e mais especificamente a Dr^a. Ana Flávia Vidigal tem batido as portas de todas as esferas de poder aqui em nosso Estado para que ouçam, imagine Deputado Chico Gomes para que ouçam não apenas o clamor dos mais pobres que estão precisando bater as portas do Judiciário com uma legítima e competente representação, mas para tentar ouvir o clamor dos próprios defensores públicos e a Dr^a Ana Flávia e os que a antecederam não tem parado no tempo, encaminharam proposta ao Poder Executivo proposta inclusive da adequação da Emenda Constitucional 45 à lei Estadual. A própria Procuradoria Geral do Estado, eu tenho em mãos pareceres emitidos no ano passado. Pareceres favoráveis para que o chefe do Poder Executivo encaminhe para esta Casa o projeto que assegure plenitude, autonomia administrativa e financeira à Defensoria Pública como quer efetivamente a esfera federal. Mas nada chega aqui! Eu tenho certeza de que outros deputados devem ter recebido um documento, um memorial da Defensora Geral do Estado do Maranhão. Eu recebi, eu acho, tenho quase certeza que o deputado Edivaldo Holanda, pena que ele não esteja no momento aqui, mas tenho certeza de que (ele retorna e deve está ouvindo) ele recebeu, como líder do governo, também um documento da lavra da Dr^a. Ana Flávia Melo e Vidigal Sampaio, defensora geral do Estado do Maranhão. Este documento, depois de várias análises e considerações, juntando inclusive, deputada Cleide, os pareceres da própria Procuradoria Geral do Estado, favoráveis aos pleitos anteriores da proposta apresentada pela Defensoria Pública Geral do Estado do Maranhão ainda em 2006, e um acórdão do Supremo Tribunal Federal que acolhe por completo esse pleito da Defensoria do Estado do Maranhão, reconhecendo que devem e é urgente ser assegurado às Defensorias Públicas dos Estados essa autonomia. Didaticamente, o documento diz, na sua parte final, última folha, o seguinte: "Do exposto requer de V. Ex^a. a intermediação, junto ao Exm^o. Senhor Governador do Estado". E eu perguntava a Dr^a. Ana Flávia por que Helena receber esta tarefa a mais. E ela foi clara: pelo fato de ser presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, e acrescentou que havia encaminhado documento idêntico ao deputado Edivaldo Holanda, enquanto líder do Governo, para que possa acontecer efetivamente essa intermediação, essa sensibilização de quem esteja eventualmente ou ao longo do mandato à frente do Poder Executivo. Digo isso porque a luta já vem de longe, já vem de antes. Então, eu partilho enquanto cidadã que recebeu este documento, mas também enquanto membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos desta Casa, atualmente na sua Presidência, deputado Pavão. O que a Defensoria pede? A desvinculação da Defensoria Pública Estadual da Governadoria face à inconstitucionalidade do artigo 17, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº. 85.559, de 28 de dezembro de 2006. É bem recente isto. No meio de todo o clamor dos defensores e da sociedade, ainda veio à luz esta lei diante da decisão preferida pelo Supremo Tribunal Federal na de 3.569 de Pernambuco.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO - Deputada Helena, V. Ex^a. me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Deputado Arnaldo, é um prazer muito grande.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO (aparte) - Deputada, eu quero cumprimentá-la pelo pronunciamento e julgo da maior importância esse tema que V.Ex^a. traz nesta manhã como sempre de forma brilhante, competente como condecorada que V.Ex^a. é. Quero me solidarizar e dizer que acho que seria um dos grandes passos sociais que o nosso Estado poderia dar para a regulamentação de toda essa parte estrutural da Defensoria Pública, até pela ineficiência do Poder Judiciário, pela falta de aparelhagem, de equipamentos e de pessoal. V.Ex^a. sabe bem o número de Comarcas que nós temos sem juízes e sem promotores. Então, eu acredito que o seu discurso hoje traz à luz uma tristeza e eu sei que V.Ex^a. fala, com uma tristeza, do número de presidiários e prisões que já deviam ter sido resolvidas, pessoas que já

merecem a liberdade, mas, infelizmente, o que se constata é o que foi dito por V.Ex^a., quer dizer, são aqueles na ponta do sistema social que não têm condição de contratar os trabalhos de um advogado particular e o Estado não lhe oferece essa condição mínima que é dar um defensor público. Eu reconheço, tenho conversado com alguns defensores públicos, a dificuldade imensa que eles atravessam no nosso Estado. Eu acho que é um assunto urgente, por isso, o Governo do Estado precisa tomar uma posição para ajudar a Defensoria Pública estruturando melhor e, inclusive, abrindo concursos para novos defensores, dando-lhe autonomia, porque nós sabemos que, infelizmente, no nosso Estado ficam encarcerados os mais pobres, aqueles que não têm como sair desta condição de moeda para justificar nossas ineficiências. Esses que ficam lá como prêmio de consolação para justificar o que nós não podemos fazer corretamente, esses que ficam lá nos municípios ou aqui mesmo na capital encarcerados para justificar uma ação ainda, e não sei até quando, ineficiente. Então, parabéns pelo brilhante pronunciamento e conte com a nossa solidariedade.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY -
Muito obrigada, deputado Arnaldo. O pronunciamento de V.Ex^a. enriquece a nossa modesta fala. Passo a palavra com muito prazer à deputada Eliziane e já preocupada, deputado, com esse relógio.

A SENHORA DEPUTADA ELIZIANE GAMA (aparte) -
Serei breve, deputada. Eu quero também apenas parabenizá-la por um assunto tão importante e tão pertinente para a nossa sociedade quando falam sobre a Defensoria e aí eu queria me deter ao primeiro momento do seu discurso quando V.Ex^a. tratava da sua preocupação com o Sistema Penitenciário. Uma frase sua que eu achei fundamental, deputada, foi a frase da prisão: "O problema da prisão é a própria prisão". A gente sabe que a questão da ressocialização é, sem dúvida nenhuma, um grande desafio do sistema público, é um desafio para o Governo, é um desafio também para nós aqui da Assembléia Legislativa do Maranhão, porque é exatamente isso que acontece. Lá no Sistema Penitenciário, já tive o privilégio, eu diria, até de visitar alguns presídios, a gente vê uma situação realmente degradante. As pessoas ali estão sem um pingo de possibilidade real de voltar ao convívio social. Algumas pessoas que estão ao lado de outras com crimes diferenciados, quer dizer, alguém que eventualmente roubou uma galinha, alguém que eventualmente fez um furto, crimes, diária, mais leves, ao lado de outras pessoas que cometem crimes, às vezes, bárbaros. Então, é uma situação que, sem dúvida nenhuma, nos preocupa e que precisa verdadeiramente ser revista. Eu sei que essa é uma consciência do Governo do Estado do Maranhão, eu vejo que a secretária Eurídice, quando decretou estado de emergência, foi porque tem essa consciência de que ações emergenciais e ações realmente efetivas precisam acontecer. Eu acredito que V.Ex^a. recebeu e eu estou aqui com um folder falando dos 171 anos da Polícia Militar do Maranhão. A Polícia Militar, e aí inventou até essa própria nomenclatura de militar, porque herda e veio herdado desse Regime Militar. Essa questão um tanto ostensiva necessariamente precisa acontecer, mas também essa questão da humanização é algo muito premente. Esse pensamento da Segurança Cidadã é muito forte, porque passa pela humanização, passa pela participação popular, passa por essa participação da sociedade civil organizada, das lutas de classe, da dona de casa, dos jovens, do estudante, dos profissionais liberais em emitir as suas opiniões e participar desse processo de segurança. Portanto, eu quero parabenizá-la. Todos almejamos uma sociedade muito mais justa, uma sociedade muito mais igualitária onde o povo excluído possa ter a sua alternativa e possa ter a sua oportunidade. Estão lá os pobres, os negros, as mulheres, aquelas pessoas que são discriminadas e são elas que precisam do nosso apoio e da nossa ajuda. Muito obrigada, deputada.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY -
Obrigada, deputada Eliziane. A exemplo do que foi a fala do deputado Arnaldo Melo, a fala de V.Ex^a. também enriquece o nosso modesto pronunciamento. Eu vou ousar pedir, deputado, três minutos. Geral-

mente peço meio minuto para concluir, lamentando profundamente, pois sempre me esforço para não ter que preencher o tempo todo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Eu sei que V.Ex^a. se esforçou, mas não deu, por isso, vou conceder mais três minutos para V.Ex^a. concluir.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY -
Pois não. Obrigada, deputado Pavão. Eu vou ler apenas o final dos pedidos da Dra. Ana Flávia. Segundo: "A participação da Defensoria Pública nas reuniões de discussões do Plano Plurianual, juntamente às demais entidades autônomas, os Poderes do Ministério Público, por exemplo." E o Ministério Público chegou onde está porque houve uma luta histórica, realmente, e fico feliz por haver podido fazer parte dessa luta e dessa história também. Terceiro: "O reconhecimento do Plano Plurianual na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, por fim, na Lei Orçamentária Anual da Defensoria Pública como unidade orçamentária autônoma". Quarto: "O acesso aos estudos e estimativas de receitas para possibilitar a elaboração da Proposta Orçamentária". Quinto: "A elaboração e o envio de proposta orçamentária própria com a previsão de orçamento autônomo". Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, colegas da imprensa, galeria, são pontos mínimos, mas que entendo como fundamentais, que estão pedindo e esperando os defensores públicos do Estado do Maranhão. Concluindo, efetivamente, uma das correspondências que recebemos da Dra. Ana Flávia, ressalta o seguinte: "O aporte orçamentário da Defensoria Pública do Estado do Maranhão é o quarto menor dentre as Defensorias Públicas do nosso País". E ela descreve, não vou descrever pela falta de tempo. E ela conclui esse documento que nos encaminhou, no final de dezembro do ano passado, deputado Pavão. Para cada defensor público neste Estado, para ficar bem claro, para que os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas anotem em suas agendas, para cada defensor público neste Estado tem-se 119.802 habitantes, sendo esta a pior relação defensor por número de habitantes do Brasil, sendo que o estado possui o menor número de Comarcas atendidas pela Defensoria, segundo o diagnóstico do Ministério da Justiça. O diagnóstico do Ministério da Justiça está à disposição de V. Ex^as., terei todo prazer se o deputado ou a deputada precisar desse diagnóstico. E esse diagnóstico ressalta, na página 66: Maranhão e Bahia são as outras duas Defensorias Públicas que apresentam as piores relações Defensor Público alvo, com mais de cem mil potenciais assistidos pelo Defensor. Este diagnóstico é feito e apresentado pelo Ministério da Justiça. Então Senhores Deputados, agradeço a tolerância da Mesa e quero tão somente partilhar esta minha inquietação, esta minha angústia com cada um dos senhores e cada uma das senhoras, vamos em frente. Eu digo sempre que no século XIX o Maranhão disputava com a Bahia, deputado Arnaldo, quem era o maior poeta, se Castro Alves ou Gonçalves Dias, eu continuo dizendo que os dois são os dois grandes poetas nacionais. Disputou também no século passado, qual o maior romancista, se o maranhense Josué Montello ou o baiano nosso Jorge Amado, falecido também recentemente, eu continuo dizendo que os dois foram os maiores romancistas do século passado. Eu não quero que o Maranhão fique nessa disputa em outras coisas e também nesta de ser a pior Defensoria Pública de nosso país. Obrigada pela paciência.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Tempo destinado aos Blocos Parlamentares. Bloco Parlamentar de Oposição. Concedo a palavra ao deputado Hélio Soares. Fica dividido o tempo da seguinte forma: segunda liderança do bloco, sete minutos para o deputado Hélio, sete minutos ao deputado Max e sete minutos ao deputado Chico. Quero registrar a presença do prefeito de Senador La Roque, João Oliveira Filho em nossa galeria, seja bem-vindo prefeito a pedido do deputado Max Barros, seja bem-vindo a este parlamento. E também do vereador Aldomiro, de Santa Inês, também seja bem-vindo a este parlamento. V.Ex^a. dispõe de até sete minutos, deputado Hélio Soares.



O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES (sem revisão do orador) - Nosso bloco é bem unido e disciplinado, se tivesse mais gente dividiríamos mais. A divisão faz a união também, às vezes. Senhor Presidente, Mesa Diretora, deputadas e deputados. Deputada Helena Heluy, eu queria tanto lhe apartear no seu brilhante pronunciamento, mas tenho o prazer de fazer aqui agora no meu tempo, o assunto que eu iria falar não era esse, mas eu só quero dizer que me adiciono neste momento com o seu espírito, que V.Ex^a. tem com a defesa dessas pessoas mais necessitadas, ou seja, em defesa dos descamisados, propriamente dito. Quero lhe parabenizar pelo trabalho que a senhora faz à frente dessa comissão que eu acho que na Assembléia que é a comissão mais bem entregue que tem dos direitos humanos que V. Ex^a. preside, por que aqui Presidente, nós temos que fazer uma reforma nessas comissões técnicas da Assembléia tem membros de Assembléia, por exemplo, de Comissão de Saúde que é dono de clínicas não pode! Tem fazendeiros aqui que faz parte da Comissão de Meio Ambiente. Não pode! A pessoa não pode legislar em causa própria, mas é um assunto que eu vou tocar mais a frente, isso aí para que a gente possa enquadrar nossas comissões com as pessoas identificadas com aquilo que defende, então não podemos, como é que um fazendeiro vai defender o meio ambiente se ele mesmo é encarregado de desmatar tudo que vê pela frente para plantar o capim, que industrializa, e fornecer ao gado. Então é um assunto que nós temos Deputado Max Barros, que rever essa situação aqui, não vamos deixar. O dono de clínica, como é que pode ser da Comissão de Saúde? Não pode de maneira nenhuma. Então essas coisas que nós temos que rever, mas vamos lá. Essa Assembléia tem um momento Deputada Helena ímpar, de contribuir para inclusão social propriamente dita com ampliação aqui dessa defensoria fazendo com que os defensores recebam salários dignos para que eles possam se dedicar exclusivamente a fazer essas defesas de quem não tem a sorte de se defender e pagar aqui os honorários. É importante que essa Assembléia se una num total geral, eu tenho certeza que todos os deputados aqui vão defender essa causa por que está se praticando uma verdadeira inclusão social, vocês já imaginaram essas famílias, por que pensamos nas famílias dessas pessoas que estão presas que já muitas vezes até, deputado Raimundo Cutrim, até já cumpriram suas penas, deputado Francisco Gomes, eu conheço um caso de uma pessoa que roubou uma pescada de um barco, foi pego, flagrante, tudo, então essa pessoa foi lá, ficou três anos presos, quer dizer, estava roubando comida. Esse é um retrato da sociedade brasileira, é um retrato da sociedade maranhense, uma pessoa que rouba comida, você está vendo o desespero da pessoa, o que aconteceu, passou três anos na penitenciária saiu de lá e se matou, desesperados e as crianças, os filhos é que pagam o pato, a família é quem paga realmente e que vai pagar pelo resto da vida uma perda dessas, de um pai de família. Então é importante que essa Assembléia deixe um pouco as questões extrapartidárias e se dedique a uma causa dessas, se dedique aqui à proteção verdadeira da população desassistida. Deputada Helena Heluy, eu estive em Peritoró semana passada no Seminário das Quebradeiras de Coco do Estado do Maranhão, tinhiam várias instituições de várias localidades e eu me lembrei de V. Ex^a., e até estranhei que a senhora não estivesse lá, mas eu tinha certeza que o seu espírito estava lá se congratulando com todas aquelas trabalhadoras rurais que vivem da extração do babaçu, e elas dando uma verdadeira lição de cidadania como podemos transformar a tristeza em alegria usando todo o coco babaçu, não se estraga nada da casca a amêndoas, todo aproveitamento até Nescau, deputado Chico, Nescau do babaçu, eu também sou de uma região onde tem bastante babaçu, eu não conhecia essa transformação que elas fazem com essa produção, eu fiquei emocionado de ver como se estraga tanto dinheiro nesse nosso país, no nosso Estado e uma agricultura dessas, que temos que investir maciçamente que vai fazer com que prenda essas pessoas no seu habitat de trabalho, e assim sucessivamente com outras fontes de enriquecimento da nossa população. Eu achei fantástico aquilo, disse que eu iria fazer as referências aqui na tribuna a elas, que faço aqui neste momento, dizer que nós estamos atentos apesar de todos os problemas que enfrentamos aqui dentro e as angústias que nós sofremos, de não poder resolver alguns problemas. Mas esse pronunciamento que a deputada Helena Heluy fez aqui nesse momento, essa Assembléia tem uma

oportunidade ímpar de fazer a verdadeira inclusão social, não é com o preso que está ali enjaulado, engaiolado como se diz, mas é com as famílias dele, aí vem um todo deputada Helena Heluy desde a escola comunitária como já fiz um seminário aqui com essas escolinhas que abriga essas famílias, essas crianças todas que são infelizmente oriundas de um desequilíbrio social causado pela nossa própria sociedade. Concedo o aparte deputada com muito prazer já vou antecipando a incorporação ao nosso pronunciamento aqui a taquigrafia.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY (aparte) - Obrigada deputado Hélio Soares, eu quero só me unir a esse entusiasmo de V. Ex^a. com relação ao trabalho das companheiras quebradeiras de coco, a verdadeira revolução que elas estão fazendo no que diz respeito na própria economia do Estado do Maranhão, elas estão exportando xampu, elas estão exportando sabonete, não é para os vizinhos Estados não, é para os Estados Unidos, é para a Europa também, num trabalho extraordinário e aí mexendo no meu entusiasmo e nas emoções, nós precisamos deputado passar aos deputados aos colegas deputados e quaisquer que sejam os blocos dos partidos, essas experiências que estão acontecendo, e eu mesma fui sacudida por essa grande experiência das companheiras quebradeiras de coco que formaram o MIQCB (Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu) e ali ao redor, ao redor eu digo outros municípios próximos, por exemplo; Lago do Junco. Estão mexendo inclusive na Legislação e na consciência política daquela região, foi através do estímulo delas que eu apresentei dois projetos, que se não tive êxito total, mas foi parcial no que diz respeito de assegurar o livre acesso das quebradeiras de coco, para colher o coco babaçu nas florestas de babaçu e também a proibição da destruição do coco babaçu ou do babaçual, lamentavelmente são leis não muito cumpridas a exemplo de outras aqui no Estado do Maranhão, obrigada.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES - Agradeço o aparte e peço que incorpore ao meu pronunciamento.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - O tempo de V.Ex^a. acabou.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES - O assunto é tão importante que nós esquecemos até do tempo, contamos com a sua benevolência, que sabemos que V.Ex^a. em um assunto desses jamais vai fazer com que o tempo possa se exaurir, mas eu queria somente três minutinhos, porque vou falar um assunto aqui.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Deputado lamentavelmente já foi dado três minutos para V. Ex^a., se não vai prejudicar os outros colegas.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES - O nosso grupo é bem unido e vai fazer com que um possa declinar, para que eu possa fazer a outra parte do nosso pronunciamento, mas vou me dirigir às deputadas e deputados, vou me solidarizar ao nosso querido Senador Cafeteira, deputado Valdinar Barros, que é um Senador que nos causa inveja pela sua fibra, pela sua energia; aos 84 anos o Cafeteira se elegeu no Maranhão, a sua terra natal, sem gastar um centavo, sem gastar um tostão. Então, é uma pessoa carismática que parabenizo e quero dizer deputado Valdinar, que ele está intermediando a greve do funcionalismo público federal do INCRA, já tem uma audiência marcada para quarta-feira, me ligou ontem que iria ter uma audiência com o ministro da Reforma Agrária com relação a essa greve do INCRA, para que ela não se estenda e não cause mais prejuízo a nossa cidade. Então, o Senador Cafeteira tem desempenhado um papel importante na sociedade brasileira, é o líder do PTB, uma bancada que tem mais de 50 deputados, vem desenvolvendo o seu trabalho com que esperávamos dele, então quero parabenizar pelo seu interesse, deputado Valdinar Barros, inclusive aqui no INCRA, já nos deu aqui uma contribuição valiosa que nós agradecemos nesse momento, obrigado deputado pela sua benevolência.



O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Deputado Max Barros. V.Ex^a. dispõe de até sete minutos.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Deputado Pavão Filho, senhores Membros da Mesa, senhoras deputadas, senhores deputados, jornalistas aqui presentes, galeria, senhores deputados eu gostaria de abordar um tema hoje que está na ordem do dia da política nacional, trata-se da reforma política que muitos entendem como a mãe de todas as reformas, eu acho que é um assunto muito importante e que embora nós não possamos interferir legalmente como deputados estaduais porque as leis que vão reger esta reforma política, estão sendo e serão elaboradas pelo Congresso Nacional, mas entendo Deputado Edivaldo Holanda que nós como agentes políticos podemos, temos a legitimidade para colocar nossas posições e para colocar também junto aos congressistas para que de fato saia uma reforma política que venha melhorar as condições do nosso país. E o grande tema que se coloca hoje Senhor Presidente, no que diz respeito à reforma política se diz a lista fechada e todos nós sabemos o que é a lista fechada, os eleitores não votaram mais em um candidato que pertence a um partido, mas eles votaram nas pessoas que estiverem relacionadas numa lista, cuja lista é elaborada pela cúpula do partido. Então Deputado Raimundo Cutrim para V. Ex^a. ser candidato a deputado estadual, na próxima eleição o diretório do partido tem que escolher seu nome, agora pode escolher, o número de candidatos é igual ao número de vagas existente, escolhe 42 candidatos a deputado estadual e se o presidente, o diretório do partido entender que V. Ex^a. foi o deputado mais votado do nosso partido, que V. Ex^a. deve ser o 42 na lista, então todos aqueles que tiveram menos votos do que V. Ex^a. serão eleitos e V. Ex^a. não participará da próxima Assembléia. Então essa é a questão principal que está sendo discutida e eu quero dizer que minha posição, é totalmente contrária a lista fechada, e isso é se formar elites partidárias, caciques no partido que vão escolher os futuros representantes do povo do Brasil. Portanto sou contrário, mesmo porque Deputada Helena Heluy eu acho, aliás, tenho certeza que alguns dos eleitores que votaram em V. Ex^a. talvez não votassem no Deputado Valdinar Barros. É uma questão de identidade e se o partido PT do Maranhão colocasse o Deputado Valdinar Barros na cabeça da lista os eleitores que queria votar na senhora, estariam votando é no Deputado Valdinar Barros. Então eu acho que isso ai, é tirar a ligação direta que a população, que o cidadão tem com o seu representante.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA - Me permite um aparte, Deputado?

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - Com maior prazer Deputado Edivaldo Holanda.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA (aparte) - Deputado Max Barros, V. Ex^a. leva a tribuna desta Casa um grande tema, o deputado Pavão Filho parece que já fez um pronunciamento sobre o mesmo assunto, tivemos a felicidade de ver hoje também a deputada Helena Barros nos 30 minutos, com um grande pronunciamento, isso é importante para este poder. As causas nacionais que devem ser também as nossas causas e parece brincadeira, veja que uma reforma política reclamada há tantos anos e que tem dentro dela itens da mais alta importância que devem ser discutidos, vimos ontem a fobia, a preocupação, a guerra travada para se votar o item "lista fechada". Parece assim que, determinado número de deputados dentro daquele Congresso que tem uma influência decide uma pauta, e vai até as últimas consequências para aprovar aquilo que se vê que é um casuísmo. Como é que os brasileiros vão votar numa lista fechada, basicamente ele vota no partido e os votos que ali tiverem devem formar um quociente eleitoral, vão fazer um deputado, dois deputados, três deputados, digamos três aí V.Ex^a. como deu um exemplo do deputado Raimundo Cutrim, a cúpula do partido resolveu não sei de

que forma colocar aquela ordem de 01 a 42, por exemplo; aí de 01 a 04, quem é que está lá de 01 a 04? Quem são os ungidos que vão estar naquela lista? Quem é o mais próximo da cúpula desse partido? Quem é o queridinho do partido? Quem é da panela do partido? É esse ou são esses que serão eleitos. Não é muitas vezes um cidadão que o povo gostaria de tê-lo no plenário de uma Casa desta. Então eu parabenizo a V. Ex^a., o deputado Pavão Filho, sugeriu a criação de uma comissão especial para se tratar disso. Vamos tratar disso, nós somos realmente menores nessa questão de decisão nacional, mas podemos influenciar, nós podemos aqui fazer um movimento com as outras assembléias do Brasil e marchar sobre o Congresso Nacional para que seja aprovada uma reforma política sem essa correria de ontem, estranha, macabra, duvidosa. Por quê? Se podemos então demorar, vamos discutir um mês, 30 dias, 40 dias a reforma e vamos aprová-la, mas não da forma como vimos ontem que foi levada na pauta do Congresso Nacional. Então parabéns a V. Ex^a. por essa preocupação, por esse grande tema que V. Ex^a. traz a todos nesta manhã.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - Eu agradeço V. Ex^a. é um parlamentar com larga experiência e sua voz sempre tem um peso muito grande, agradeço a contribuição de V. Ex^a. Então, minha posição é totalmente contrária a lista fechada. Eu acho que o eleitor tem que ter aquela vinculação com aquela pessoa que ele identifica, e que ele acha que possa representá-lo. Agora isso não obstrui que o candidato tem que estar dentro do programa do partido, do regimento do partido, do estatuto do partido e entramos na questão da fidelidade partidária que eu defendo de maneira radical. Acho que o parlamentar que não votar o que está no programa do seu partido, no estatuto do seu partido, o partido tem todo o direito de penalizá-lo, de puni-lo, até de excluí-lo do partido com a perda do mandato. Então, eu defendo a fidelidade partidária, mas entendo que tem que haver uma janela para que o deputado que está insatisfeito com o seu partido ele possa em determinado momento sem barganha, sem troca de favores, talvez no final do mandato e depois de três anos de deputado, de parlamentar, de senador, ele possa ter uma opção para mudar de partido. Porque existem alguns partidos que realmente são mais abertos, exercem mais a democracia partidária do que outros. Por exemplo; Eu estou no Partido Democrata, porque não gosto de mudar de partido. Entrei no PFL mudou agora para Partido Democrata. Agora, existem circunstâncias que nós não podemos concordar, o Partido Democrata da qual eu pertenço mudou o seu programa, mudou o seu estatuto, mudou até de nome, ai eu vou ser obrigado a permanecer em um partido dessa forma? Onde para escolher os diretórios estaduais e municipais não há participação dos filiados do partido, onde o diretório estadual é escolhido pelo diretório nacional, o diretório municipal é escolhido pelo diretório estadual. Onde não há participação dos militantes do partido, sou obrigado a participar desse partido? Não. Eu acho que tem que ter um espaço para que casos como esse, haja possibilidade do parlamentar mudar de partido, porque não foi ele que mudou quem está mudando é o partido. Por exemplo; No do Maranhão dos democratas está sob a presidência a do deputado Clóvis Fecury, com quem tenho a maior afinidade pessoal, gosto muito dele, mas não posso concordar da maneira como está o Diretório Regional. Dos 20 integrantes, 11 do Diretório Regional da cúpula do partido que vão escolher os diretórios municipais, dos vinte aproximadamente onze, são membros da família do deputado Clóvis Fecury que não fazem nem política. Então, nós não pudemos concordar com esse tipo de coisa, são alguns deputados e o resto é a família do deputado Clóvis Fecury. Nada contra a pessoa do deputado Clóvis Fecury ou contra a sua atuação como deputado federal, mas na condução partidária eu não posso concordar. Entendo, sou a favor da fidelidade partidária, mas que haja uma janela para que o parlamentar possa fazer uma mudança de partido sem barganha, sem troca de favores, mas por convicção.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Dez minutos, deputado. O deputado Max tinha sete e a Mesa deu mais três minutos para V.Exa., ficando dez minutos.



O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - Eu pensei que V.Exa. tinha me dado mais dez minutos?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Não pode porque o Bloco só tem 23. O deputado Hélio já usou e ainda tem o deputado Francisco Gomes. A Mesa lhe deu três minutos além do prazo de V.Exa.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Qual foi o tempo que foi dado a mais para ele? Já encerrou?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Já! Ele tinha sete minutos pela Liderança, a Mesa deu mais três minutos para ele, ficando dez.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Já terminou também?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Isso. Mas será dado mais meio minutos para ele concluir o raciocínio.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Por questão de disciplina.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - Deputado Francisco, o Senhor pode falar pela Liderança?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Deputado Francisco fala pela Liderança.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - É difícil falarmos aqui pelo Bloco, mas tudo bem! Então, Senhores Deputados, só para concluir, sou contra a lista fechada, sou a favor da fidelidade partidária, mas com a janela para que possa haver uma troca sem barganha. E a outra questão é que eu defendo uma idéia do ex-deputado Fernando Lira, ou seja, sou a favor do voto distrital, e o que é o voto distrital? Cada estado se transforma em um distrito e aí quem tiver mais voto se elege, deputado. Então, quem vão ser, por exemplo, os 40? No caso da Assembleia do Maranhão, quem são os 42 deputados estaduais a serem eleitos? São aqueles 42 deputados estaduais que foram mais votados. Isso é o voto distrital, que é uma proposta inclusiva do deputado Fernando Lira. Isso, Senhor Presidente, sem tirar nenhum mérito do processo anterior pelo qual nos elegemos, dentro de um critério que é legítimo, que é legal. Então, todos que somos deputados hoje temos toda a legitimidade e toda a legalidade. Agora, em uma mudança, eu defenderia o voto chamado de distrital, que corresponderia aos 42 mais votados e que seriam os deputados eleitos. Para finalizar, Senhor Presidente, também sou contra o financiamento público de campanha, sou a favor do financiamento privado, porque não concordo colocar dinheiro público em uma eleição, um bilhão e setecentos. O problema do dinheiro para a campanha é fiscalização, se não se fiscaliza direito agora, quando tiver o dinheiro público, vai ter o dinheiro público, a fiscalização será a mesma e os mesmos erros, os mesmos equívocos que ocorrem na eleição agora não serão evitados pelo financiamento público de campanha. O tema é muito grande, mas entendo a posição da Mesa e até agradeço o tempo adicional. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Para completar o tempo do Bloco, eu concedo a palavra ao deputado Francisco Gomes. Estão garantidos para V.Exa. sete minutos.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, obrigado pelo tempo. Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores da galeria e da imprensa. Nós estamos ocupando, Senhor Presidente, o tempo do nosso Bloco Parlamentar, o qual, raras vezes, ocupei. O assunto do Bloco Parlamentar que nós temos que tratar fundamentalmente é a

questão política. Eu fiz um relato, uma história da Legislatura passada para cá sobre como os fatos políticos aconteceram aqui no Estado do Maranhão, redundando na eleição do Dr. Jackson Lago a governador do Estado. Entramos aqui em 2003, eu eleito pelo PFL, apoiando o governador eleito pelo PFL, governador José Reinaldo, e, logo nos primeiros dias, eu passei a exercer uma posição de independência em relação ao governo José Reinaldo para, logo em seguida, assumir uma posição de oposição ao governador José Reinaldo, independente do meu partido, independente de bloco político, independente de tudo isso. O deputado Valdinar já fica apavorado aí porque ele sabe que as palavras, quando saem da minha boca, saem bem fundamentadas e é a expressão da verdade. Eu falo com argumentos sérios e concretos. Passei a votar aqui junto com a deputada Helena, com o deputado Dutra, com o deputado Aderson Lago e com a bancada do PDT, que era uma bancada aguerrida aqui dentro desta Casa. Todo mundo se lembra disso. Falaram que era o meu suicídio político, mas eu colocava ali a minha posição que sempre foi a mesma da minha vida, da minha história de vida, portanto, não poderia ficar apoiando aquele governo. Fiz essa análise, porque eu sei que ficou registrada aqui nos Anais da Casa, mas a imprensa não noticiou nada disto. O que aconteceu depois? O bloco e o PT se racharam; o deputado Dutra foi apoiar o governador José Reinaldo; o PSDB, que tinha um deputado que era contrário ainda ao governador, foi apoiar que foi o deputado Aderson Lago; a bancada do PTD toda foi apoiar o governador José Reinaldo e fizeram o pacto naquele ano de 2005, formando uma frente para vencer as eleições no Maranhão, até o ponto de aqui ninguém pode negar. Está aqui o deputado Pavão Filho que acompanhava o governador José Reinaldo junto com ele, no partido dele, foi para onde? Para o PDT, por que o deputado Pavão Filho foi para o PDT? Por que o deputado Pedro Veloso foi para o PDT? Por que a deputada Maura Jorge, que acompanhava também o governador José Reinaldo, foi para o PDT? Por que o deputado Antônio Bacelar foi para o PDT? Por que o deputado Camilo Figueiredo foi para o PDT? Então, estava, em 2005, formada esta aliança para eleger o Governo do Maranhão. Então, não se pode negar agora isso que aconteceu. Como que nós vamos negar isso? Como? Dizer que foi feito isso só no segundo turno? Não, não foi. Um aparte para a deputada Helena Heluy.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY (aparte) - Deputado, obrigada. Já que V.Exa. está rememorando fatos e a própria história, lembrando aquela oposição ou os membros daquela oposição, eu gostaria que V.Exa. incluísse a deputada Teresa Murad porque, naquele momento, também o PSB fazia oposição. É só para o registro da história. Obrigada.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES - Obrigado, deputada Helena, pela lembrança, mas eu estou apenas fazendo constatações, deputado, constatações...

O SENHOR DEPUTADO PEDRO VELOSO - Deputado, V.Exa. me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES - Nada mais do que isto. Não estou acusando ninguém ou dizendo que alguém errou por isso ou por aquilo. Eu estou fazendo constatações. O aparte a V.Exa.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO VELOSO (aparte) - Deputado Chico Gomes, V.Exa. tem toda razão, mas naquele momento não havia nenhuma candidatura desse nível. O que existia ali era a informação de uma frente, que foi chamada de Frente de Libertação do Maranhão, e dos partidos que formavam essa frente. Entre esses partidos estava o PDT e os deputados da base fizeram sua opção e escolheram um desses partidos da base. Eu fiz pelo PDT, outros pelo PSB, outros pelo PSDB. Não havia candidatura definida naquela época e isso só veio acontecer já no ano seguinte e surgiu não só uma candidatura. Quando se formou a frente, havia vários pretendentes candidatos e o acordo que melhor se colocasse perante a opinião pública seria o candidato da frente. Depois apareceu não só um candidato, não, foi mais

de um: o Dr. Jackson, o Vidigal e o Aderson Lago como candidatos da frente; o Dr. José Reinaldo ficou com o candidato do PSDB, era o seu partido e filiado, mas só aconteceu o apoio do José Reinaldo ao Dr. Jackson no segundo turno. Esta justificativa que o Senhor estar querendo dar não existia nada disso, não havia nenhuma ligação do Dr. Jackson com o Dr. José Reinaldo de que seria ele candidato e nem com ninguém. Inclusive o presidente da Assembléia era um dos candidatos também realmente pela Frente.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES – É, deputado, o seu argumento não me convence. Eu quero dizer que foi feita esta Frente, o Dr. Jackson era o candidato há muito tempo ao Governo do Estado, como foi e como se elegeu, e não foi só no segundo turno. As pesquisas, eu falei das pesquisas aqui nos anos anteriores, apontavam a senadora Roseana ao Governo do Estado. E o governador José Reinaldo eu ouvi falando ainda pela televisão dizendo que ele tinha contratado uma empresa pública e que ele ia seguir as determinações dessa empresa porque ele queria ganhar as eleições e que, portanto, tinha que buscar novos candidatos para tirar esse favoritismo da senadora Roseana Sarney. Foi isto que aconteceu. Nós podíamos verificar isto, foi publicado. E foi convencer o ex-ministro Vidigal para ser candidato. Ele disse que só aceitaria para ser candidato, está escrito em muitos jornais, se ele tivesse uma manifestação de apoio muito forte. Levaram para ele a assinatura de mais de 80 prefeitos apoiando a candidatura dele e ele aceitou, se apresentou, era presidente do Tribunal se aposentou e veio participar da eleição. E, por último, o deputado Aderson Lago entrou com a sua capacidade de impressionar, de falar, de dizer para argumentar e para destruir a imagem da senadora Roseana Sarney. Então, cada qual teve o seu papel. Quantos votos Vidigal tirou da candidatura de Roseana em muitos e muitos municípios! Eu acompanhei isto, então, foi uma estratégia correta feita pelo governador e aí ninguém pode negar e, com o uso da máquina administrativa, a máquina política e do dinheiro público ali empregado, se conseguiu fazer, deputado, V.Ex^a. tem razão, foi mais uma vez a máquina administrativa pública com o dinheiro público numa eleição no Maranhão. Mais uma vez, eu não estou dizendo isso, eu estou dizendo e eu estou fazendo uma argumentação, pois não adianta a gente vir com argumentos que não valem mais nada, negócio de 40 anos de oligarquia, nada disso, mas o que eu quero dizer hoje é que o governador Jackson Lago ganhou a eleição e tinha que fazer e cumprir todos esses compromissos, os secretários mais fortes continuam ainda da gestão passada, os compromissos com a Gautama continuaram a ser pagos e por isso que está levando o governador a ser provavelmente denunciado ao Tribunal de Justiça, tudo isto está existindo e o governador entrou nesse mar de lama, nesse mar que está aí, que eu não estou chamando que o governador Jackson Lago seja corrupto, que tenha sido ele quem patrocinou isso, mas ele está mergulhado nisso, pela vontade dele ou não, ele está mergulhado nisso, e vai ter que se defender e vai ter que dizer porque não está, mas que existe esse mar de lama, existe, e existe envolvimento do governador. Estão aí os sobrinhos dele, ele mesmo reconhece isso, ele vai ter que se defender. É por isso que ele está sendo acusado, e é por isso que nós estamos vivendo esse momento político tão trágico da história do Maranhão. Obrigado, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Tempo Parlamentar Progressista, quem vai usar o tempo do bloco? Com a palavra o deputado Valdinhar Barros?.

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados desta Assembléia, senhores e senhoras das galerias, senhores e senhoras da imprensa, eu queria iniciar a nossa fala aqui no tempo do Bloco Parlamentar Progressista colocando ainda a nossa preocupação no tema que abordamos aqui ainda há pouco com relação ao trem de passageiros da Companhia Vale do Rio Doce.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Deputado Valdinhar, só para informar a V. Ex^a. que

segundo a reformulação da liderança V. Ex^a. tem 27 minutos e a deputada Eliziane Gama terá 10 minutos no tempo do bloco.

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS – Muito obrigado pela informação. Hoje, Senhor Presidente, o trem da Companhia Vale do Rio Doce poderá servir não só Imperatriz ao Pequiá, mas poderá ampliar esse serviço social para os municípios de Davinópolis, Governador Edison Lobão, Ribamar Fiquene, Campestre do Maranhão, Porto Franco e Estreito, portanto nós queremos fazer essa reivindicação à Companhia Vale do Rio Doce por entender da necessidade desse transporte que volta a reafirmar, é seguro e é barato, deputada Cleide Coutinho. É seguro e é barato e a Companhia Vale do Rio Doce tem essa grande dívida com a Região Tocantina e agora ela pode ampliar os serviços do trem de passageiros atendendo esse maior número de municípios. Senhores essa reforma política tão badalada, a verdade o Congresso Nacional, Senhores Deputados, tem tido grande dificuldade para fazer essa reforma política porque os anseios, deputado Hélio Soares, da população não bate, não são os mesmos anseios dos deputados, dos senadores da República. Ora senhores, Senhor Presidente, fazer uma lista fechada de nomes de candidatos isso vai de encontro a democracia, fere os princípios da democracia brasileira conquistada pelo povo nas ruas, com sofrimento, com o massacre, fere frontalmente, deputado Pedro Veloso. Agora imagine deputada Helena Heluy, o nosso PT, que tem não sei quantas tendências, há uma guerra, uma disputa de eleição do Diretório Municipal, do Estadual, Nacional, há uma guerra interna, agora imagine para definir quem é que vai ser o primeiro da lista. Nossa partido como é um partido democrático, as tendências minoritárias serão expurgadas, serão extintas, não terão mais nenhuma possibilidade. Hoje como são formuladas as tendências do nosso partido, Presidente, só sairia candidatos quem fossem da tendência majoritária, quem fosse das outras tendências está fora do processo e isso vai de encontro, repito, a democracia. Os cidadãos, senhores, no Brasil 72% do eleitorado ainda vota no cidadão, não é no partido político, são pesquisas comprovadamente, cientificamente, o cidadão brasileiro, ainda vota o eleitorado, ainda vota no candidato, no cidadão, no Edivaldo Holanda, no Chico Gomes, não é ainda no partido, nós estamos num estágio de aprofundamento ideológico partidário para que o cidadão reconheça, programe e as diretrizes de cada partido, nós estamos longe desse patamar. Ora no Estado como o nosso Maranhão que o cidadão ainda se vê o eleitor ainda votar por um vidro de remédio, deputada Eliziane Gama, é uma situação deprimente, nós precisamos aprofundar isso para se alcançar esse estágio, com a lista fechada depõe contra a democracia, da mesma forma é o voto distrital, o cidadão de Santa Rita quer votar no candidato a deputado Pavão Filho, o cidadão lá em Imperatriz quer votar no deputado Pavão Filho, mas se definir o distrito ele não pode, barra direito democrático do cidadão, vai de encontro, vai totalmente de encontro. Uma outra questão absurda, financiamento de campanha pública, ora senhores, se o cidadão hoje paga imposto na hora que compra uma camisa, e uma sandália, uma calça, um vestido, uma saia, uma blusa, ele paga imposto, é distribuído o FPM para os estados, para os municípios e os cidadãos hoje já pagam o nosso mandato, como é Senhor Presidente que nós ainda queremos impor nesse sacrificado, ainda ter que bancar as campanhas eleitorais? Que absurdo, que absurdo meu líder Edivaldo Holanda, que absurdo senhores, já pagam o nosso salário, os deputados federais e os cidadãos já pagam o deputado federal para andar de avião, pagam o senador da república para andar de avião e ainda pagam os senadores para fazer a besteira que o Senador Cafeteira fez agora. Dizer que preferia está no Maranhão, na beira da praia, comendo caranguejo, peixe frito do que está levantando processo contra o Renan Calheiros e ele arquivou o processo. Meus senhores, vamos refletir sobre isso. Cidadão brasileiro ainda nós queremos os deputados federais, senadores ainda quererem que o cidadão pobre, lá da periferia da cidade, lá do interior do Estado que não tem estrada, não tem escola, não tem um posto de saúde, mas na hora em que ele compra uma camisa ele paga imposto, ainda querer que este cidadão banque...



O SENHOR DEPUTADO PEDRO VELOSO – Deputado, V.Ex^a. me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - As campanhas eleitorais, não senhores nós temos que ser contra isso, não podemos marginalizar o cidadão. Eu concedo o aparte a V. Ex^a.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO VELOSO (aparte) - Deputado Valdinar eu quero parabenizar V. Ex^a. pelo pronunciamento nesta manhã e eu quero lamentar aqui com V. Ex^a. Nós estamos muito bem servidos de senadores do Maranhão. Porque o senador quando é convocado para trabalhar ele disse que prefere comer camarão e peixe frito na beira da praia do Maranhão. Já não trabalha e quando é convocado ele diz para o Brasil inteiro ouvir que ele preferia estar na beira da praia comendo caranguejo e peixe frito convocado com armação, até para armação ele se... Veja a que ponto chegou o Maranhão e os representantes do Maranhão na Câmara Alta, pelo amor de Deus. E essa e tantas vezes nós precisamos dos nossos senadores em coisas muito sérias e eles tiveram sempre bem distantes dos interesses do povo do Maranhão.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - V. Ex^a. me concede um aparte, Deputado Valdinar?

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - Concedo um aparte a V. Ex^a.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD (aparte) - Muito bem. Nós dois nos entendemos maravilhosamente bem apesar...

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - Nós nos entendemos deputado Ricardo Murad no campo das idéias, agora eu gosto de V. Ex^a. pessoalmente, faço questão de dizer isso.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - V.Ex^a. também sabe da minha admiração.

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - Sou seu amigo, agora no campo das idéias nós vamos brigar até dentro do fogo.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - Mas veja bem Deputado Valdinar, duas observações apenas. V. Ex^a. trata de um assunto importante, mas eu vejo situações diversas, preocupantes e defende tudo aquilo que o partido de V. Ex^a... ontem defendeu de forma contrária ao que se discute hoje na Tribuna. Ontem o PT fechou questão pela lista fechada, pelo financiamento público, fechou questão na votação da Câmara Federal estou só colocando como eu entendo a diversidade é lógico, mas mesmo dentro do PT com essas divergências todos eles conseguiram chegar numa unidade, num pensamento uno, quando V. Ex^a. defende e advoga de forma contrária aquilo que o partido de V. Ex^a. decide, eu acho que exerce um direito democrático, agora eu também concordo lista fechada. Eu nem vislumbro a possibilidade num momento desses de amadurecimento político que se vive, nós termos lista fechada, é impossível. Agora eu acho que é um distrital misto ou financiamento público, a proibição de doação por empresas que trabalham para governos sócios dessas empresas nós daríamos uma boa moralização nessa história. Agora eu queria com a vênia devida a V. Ex^a. a respeito da opinião de V. Ex^a. em relação ao senador Cafeteira, mas discordar de forma radical e veemente o conceito que V. Ex^a. diz da tribuna do nosso senador, o senador foi prefeito, foi vereador, foi deputado federal, foi senador, foi governador tem uma história de trabalho, nós já fomos oposição, já fomos governo, já apoiamos ele, mas é uma pessoa decente, uma pessoa digna, uma pessoa que merece a consideração do Estado. Agora eu de forma bem didática quero dizer a V. Ex^a. que o Presidente da Comissão de Ética que está bem aqui na minha frente, o Corregedor da Casa que está bem aqui na frente. V. Ex^a. está acusando o senador de ter pedido o arquivamento do processo do senador Renan Calheiros, pelo convencimento que o

senador teve quando recebeu a denúncia apenas com recortes de jornal e de revista, segundo ele disse e ninguém disse que é contrário, não havia provas e pelo que o senador Renan e pelo que foi acostada autos, determinou no entendimento dele o fim do processo. O deputado Nonato Aragão fez exatamente a mesmíssima coisa, alegando as mesmíssimas razões em relação ao deputado Soliney e ao deputado Paulo Neto igualzinho, quando o deputado Cutrim juntou a representação, o deputado juntou o quê deputado Valdinar? Juntou recortes da imprensa e discursos, foi ainda mais grave porque teve um discurso do deputado da tribuna onde ele diz que trabalhou com cheque na Prefeitura de Presidente Vargas. Mas o nosso querido corregedor não achou e eu respeito à opinião dele, tanto que nós nem recorremos da opinião dele. Então, eu só queria deixar clara essa nossa posição, primeiro, de não concordar com V.Ex^a. na adjetivação que eu sei que não é lá do fundo que V.Ex^a. diz isso do senador Cafeteira V. Ex^a. no fundo admira seu trabalho. Muito obrigado pela sua paciência e pelo aparte.

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - Agradeço e quero dizer o seguinte, deputado Ricardo Murad, por isso é que eu estou colocando, porque o Partido dos Trabalhadores é um partido democrático, e eu como membro deste partido, posso concordar e também posso discordar, se o PT fechar a questão a nível nacional, estadual e no meu município, que é a favor da lista, se eu perder a minha idéia, a minha proposta, que sou contra a lista, eu sou partidário, eu vou a acatar, vou aceitar a decisão da maioria, é assim que nós agimos dentro do PT. Com relação ao Senador Cafeteira, tenho criticado dessa forma, é porque acho que pela experiência do Senador Cafeteira, pelo que ele já foi no Maranhão, os cargos que ele ocupou, ele não deveria ter debochado do nosso povo, ele fez um deboche. Em plena Rede Globo, ele fez um deboche, Deputado Ricardo Murad. A repórter perguntou: Senador quais as providências agora a serem tomadas no Processo do Presidente do Senado? Ele disse: Não. Eu nem queria pegar esse abacaxi, eu queria estar no Maranhão comendo caranguejo e peixe frito na beira da praia. Acho que ele não devia ter dito isso, ele foi infeliz, ele foi muito infeliz, em ter feito essas colocações. E um outro aspecto é que ele nem olhou a documentação, ele não investigou, ele não olhou nada, simplesmente pediu o arquivamento do processo, numa verdadeira armação. Eu o ouço, o deputado Hélio Soares. Com muito carinho.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES (aparte) - Obrigado pelo aparte deputado. Aqui nessa tribuna realmente V. Ex^a. realmente pratica o exercício da democracia. Essa reforma partidária que todos nós estamos enfatizando nesta Casa, é um verdadeiro retrocesso de amadurecimento a nossa democracia, ao invés de amadurecermos, de criarmos uma estrutura sólida para que o nosso país cresça politicamente, vem uma decisão dessas dos líderes dos partidos, ou seja, dos presidentes, no meu entender eles estão pensando que vão fazer a lista, sendo eles os primeiros, estão esquecendo que se todos se reunirem, também ninguém sair candidato, não vai fazer a legenda deles, pode ser um tiro no pé, como se diz costumeiramente. Acho que não vai passar, eu acho que eles vão refletir, vai ser votado no Congresso, não é medida interna entre os partidos, há um acordo de líderes, mas não vai dar certo, é realmente um retrocesso. Acho até deputado, que isso deve ser o espírito de Hugo Chávez. Porque o nosso Presidente não tem contestado muito as adversidades, os desacertos que têm tido entre Brasil e Bolívia, acho que tem um espírito no meio. Vou aqui ao aparte que eu lhe pedi, com relação ao início do seu pronunciamento com relação a Vale do Rio Doce. Desde o meu primeiro mandato eu venho batendo insistentemente, para que essas paradas sejam obrigatórias até São Pedro da Água Branca, que é a última parada, nem em São Pedro deputado, eles não queriam mais parar. Como nós fizemos reuniões e ameaçamos a paralisação do trem, eles voltaram a fazer a parada obrigatória lá em São Pedro da Água Branca. Mas eles não querem porque não interessa para eles esse pinga-pinga, mas a sociedade interessa, o que falta a essa Casa aqui interferir decisivamente nesse transporte que é uma concessão que eles têm, mas existe um compromisso de servir a sociedade além do pagamento, é um transporte mais barato? É. Mas está se tornando perigoso também, porque os

marginais pegam aqui o trem, porque não tem fiscalização, estão assaltando e matando no terminal, como ocorreu há uns 20 dias, lá em Santa Inês. O marginal pegou aqui, desceu junto, pegou a van, e matou uma pessoa lá de Centro Novo, deixando os filhos, e a coitada da família. Então, temos que disciplinar essa concessão da Vale, que, aliás, a Vale tem falhado muito com o nosso Estado. V. Ex^a. vê Paraopebas é uma cidade modelo que a Vale fez, V. Ex^a. sente que em outro país ali. E eles têm interferência até política, quem eles apóiam ganha a eleição lá de prefeito, é uma cidade modelo. Para finalizar quero e gostaria tanto que a declaração de amizade que V. Ex^a. fez ao nosso grande líder Ricardo Murad, fosse feita também ao senador Cafeteira, que é um exemplo de homem, de energia, um homem, .imaginem que aos 84 anos representar um Estado, é um negócio fantástico, eu queria chegar ao menos 60, 70, sei lá com essa energia toda. O Cafeteira, o que ele quis na entrevista dele, quis demonstrar o desejo, o sentimento que ele tem pelo o que nós temos de melhor que é a nossa arteculinária, a nossa cozinha, nossa comida, quem não gostaria de estar comendo um peixinho frito, um cuxá? Então, o que ele tentou passar foi o sentimento que ele...

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - Eu gostaria que V. Ex^a. concluísse, porque V. Ex^a. está esgotando o meu tempo.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES - Eu gostaria que V. Ex^a. mudasse essa imagem que tem. Quem é o deputado Pedro Veloso para falar dos senadores, não é gente? Agora mesmo, deputado, o Cafeteira foi ao Ministério das Cidades e interferiu para que fosse feito um convênio aqui para o Maranhão de mais de R\$ 30 milhões para serem investidos em habitação, tiveram participação decisiva colocando aí essas ações partidárias, está certo?

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - Não me convence, as besteiras que ele disse na televisão. Foi um absurdo. Eu queria, Senhor Presidente, eu queria...

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - Deputado Valdinar, eu pediria 30 segundos só para falar do caranguejo do Cafeteira, que eu acho importante, se V. Ex^a. me permite 30 segundos.

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - Pois não, deputado Ricardo.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD (aparte) - V. Ex^a. coloca a frase, nós conhecemos o senador Cafeteira, sabemos como ele é. Ele trabalha por imagens, por figuras. Veja V. Ex^a. que ontem a ministra do PT, Marta Suplicy, em uma entrevista que depois ela até disse, uma nota, ela disse: "Relaxa e goza", quando ela foi tratar do negócio dos atrasos dos aviões. Então se usam essas coisas, mas não com essa intenção negativa, pejorativa, só queria deixar este registro para que V. Ex^a. não seja injusto com o senador Cafeteira.

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS - Eu queria Senhor Presidente, dizer também, ontem nós tivemos um grande ato cívico lá no Multicenter Sebrae, no Centro de Convenções. O Maranhão recebeu mais uma vez o ministro do governo Lula, o melhor governo deste país nos últimos 50 anos. Lula está escrevendo uma história do Brasil: O Brasil antes de Lula e o Brasil depois de Lula. E ontem o ministro Fernando Haddad, um jovem fez o lançamento do Plano Nacional de Educação juntamente com o governador Jackson Lago aqui em nosso Estado. O plano que alimenta a esperança de todos nós, principalmente nós aqui do Maranhão, enfrentarmos o analfabetismo desse plano que vem senhor Presidente convocar a classe política, convocar toda sociedade para que a gente resgate, coloque o cidadão para que ele consiga ver o mundo, ver em torno dele, ver em torno do município dele, em torno do Brasil ele possa enxergar o mundo, o analfabeto é aquele da vista limpa, mas cego porque ele não consegue perceber em torno dele, nem em torno do município em que ele mora, então esse plano de nova educação no país convocando desde a família até o mais graduado professor nos anima e nos dá alegria, e ontem nós o vimos também participando e refletindo com relação aos professores

que estavam ali se manifestando e eu me lembrando deputado Chico Gomes anteriormente, os professores eram espancados, eram escorregados pela polícia, a polícia em nosso estado durante muitos anos servia de braço direito dos governos para massacrar trabalhadores, faziam greves e faziam manifestações, quantas vezes deputado Edivaldo Holanda nós aqui em frente ao Palácio dos Leões fomos barrados e não se conseguia sequer uma audiência com os governadores, anteriormente a gente era barrado, os professores lá em Imperatriz deputado Ricardo Murad no governo de Ribamar Fiquene em pleno 7 de setembro senhor Presidente, Coronel Ventura mandou baixar sola em todos os professores lá que estavam protestando contra o governador Fiquene naquela época, nesse absurdo e ontem se via ali, o cívismo de democracia, o governador Jackson Lago aceitou aquilo como cívismo democrático, foi importante senhor Presidente a posição do Governador Jackson Lago e ai nem esperava que ele reagisse diferente, estava o Ministro de Estado ali, se ele tivesse o rancor, o carrancismo dos governos anteriores ele iria barrar aquela movimentação aqui e não deixava participar, mas não, tiveram ali e o Ministro foi lá conversou com os professores, se acabou tudo tranquilo. Então eu quero parabenizar o Ministro Fernando Haddad pelo trabalho que ele vem fazendo no Ministério da Educação, foi um Ministro que veio do primeiro mandato do governo Lula e foi mantido, se consegue isso com capacidade política e técnica que ele está conseguindo montar o Ministério e está fazendo plano para que se possa resgatar a nossa educação brasileira, e o Governador Jackson Lago está com esse compromisso de resgatar a educação do nosso Estado. Nós tivemos também ontem senhores deputados, a deputada Telma Pinheiro Secretária das Cidades e da Infra-estrutura, visitando a nossa região senhor Presidente, eu quero aqui parabenizar a força de vontade da Secretária Telma Pinheiro, ontem ela visitou a nossa cidade de Imperatriz, o trabalho da ponte está sendo realizado, ali fez um levantamento que nós pedimos através de indicação dessa Casa para que ela possa fazer um trabalho de restauração e ampliação do Estádio Frei Epifânio D'Abadia a nossa única praça esportiva, e ela esteve lá visitando pessoalmente. Foi também visitar a estrada que liga Montes Altos a Sítio Novo para recuperar aquela estrada onde tem a Aldeia Indígena dos Krikatis que está intrafegável, e eu quero dizer ela visitou também *in loco* senhores deputados, a rodoviária que foi iniciada na época do governador Fiquene, que não pode concluir e ela está fazendo esse levantamento para ter uma real situação técnica daquele local e da estrutura ali colocada, então eu quero dizer assim da alegria da gente ver as coisas andando para frente e não regredindo, e eu queria ter a vontade e o desejo de que essa reforma política avançasse e não regredisse que a gente não impusesse mais sacrifício, mais penalidades ao nosso povo já tão sofrido, muito obrigado presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Para completar o tempo do Bloco concedo a palavra a deputada Eliziane Gama

A SENHORA DEPUTADA ELIZIANE GAMA (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, nós temos duas deputadas e três deputados aqui no plenário de maneira até democrática deputada Helena Helluy, nós estamos hoje num número realmente em termos comparativos e proporcionais realmente muito bons. Hoje a discussão nessa Casa é muito interessante, muito pertinente sobre a reforma política sem dúvida nenhuma a pauta do dia, a pauta da sociedade, a pauta da semana e ai agora há pouco ouvindo o deputado Valdinar que na verdade com grande discurso nessa tribuna ele falando nas frases deputado Ricardo Murad e deputado Ricardo fazendo referência a Marta Suplicy, a sexóloga Marta Suplicy que também ontem foi infeliz em algumas frases, e na verdade eu acredito que tanto o Senador Cafeteira quanto a Ministra Marta Suplicy foram realmente infelizes nas suas colocações, mas a Marta depois chegou na verdade a se retratar através de uma nota. Mas venho a esta Casa para tratar de um assunto que também é importante, o deputado Ricardo, ontem, inclusive nos colocou isso aqui de maneira muito fundamental e direcionou a nós acerca das manifestações que tem acontecido na região do Itaqui Bacanga, a cidade de São Luís, a



prefeitura Municipal de São Luís, a cidade de São Luís, os moradores da nossa capital têm vivenciado e acompanhado os grandes avanços que a nossa cidade tem vivido por conta de ações tão fundamentais em medidas tão importantes que têm sido feitas na nossa cidade pelo prefeito de São Luís Tadeu Palácio, que sem dúvida nenhuma tem feito uma grande administração desde o seu primeiro momento, logo quando assumiu a prefeitura no seu primeiro mandato e em seguida, agora, também quando foi reeleito no primeiro turno e continuou com grandes obras em São Luís que na verdade impactaram a nossa capital, São Luís que tem vivido praticamente, mensalmente o recebimento de uma escola e ai dando uma grande demonstração de investimento na área tão fundamental e decisiva para o desenvolvimento de uma sociedade que é a educação, o setor, a área da educação tem recebido grande investimento, são mais de 50 escolas construídas na sua administração e também é claro na área da saúde, são mais de 20 postos de saúde que já foram construídos na sua administração aqui em São Luís, sem falar de tantas outras ações na área da infra-estrutura, na limpeza pública e ai vocês sabem antes, você andava pelas ruas de São Luís, você as vezes até se sentia envergonhado pela não limpeza que havia, agora realmente uma cidade muito limpa, uma cidade urbanizada com uma infra-estrutura que tem sido um grande exemplo para outras capitais brasileiras, o movimento que tem feito na região Itaqui Bacanga, deputado Ricardo Murad que é MACAIB que tem feito algumas manifestações, é claro dentro do processo democrático está no seu direito de fazer as suas manifestações, mas eu só queria apenas esclarecer conforme informações que eu obtive, o Secretário de Serviços Urbanos chegou a receber a equipe, mas não foi passada uma pauta de reivindicações, mas a prefeitura de São Luís realmente está aberta para conversar sem ser necessário com o movimento porque não é intuito da prefeitura que manifestação que venham atrapalhar o crescimento e o desenvolvimento da nossa cidade e a rotatividade normal do trânsito, realmente venha acontecer, agora eu acredito que tenha sido infeliz o movimento em se manifestar em um momento tão importante e tão fundamental pra Região Itaqui Bacanga que foi no momento da entrega do Hospital da Mulher, esse grande investimento que sem dúvida nenhuma será uma referência no Estado do Maranhão, o hospital que vem com UTI, com 56 leitos, é para internação, e tantas outras ações e com uma capacidade para realizar por mês cerca de 9 mil e 500 consultas e 300 exames laboratoriais e 2.500 exames especializados além de 110 cirurgias é uma capacidade realmente muito grande e que vem dar um atendimento especial a nós mulheres, nós somos mais de quinhentas mil mulheres aqui na nossa cidade de São Luís, e que esse atendimento para nós será sem dúvida nenhuma um grande avanço, portanto, nesse mesmo dia que parece-me que no dia 26 último, dia 26 que foi o Dia Nacional de Combate à Mortalidade Materna, foi feito então uma manifestação, eu acho que essa manifestação não foi feliz pela sua data, uma data realmente tão fundamental para o desenvolvimento da região do Itaqui-Bacanga, e a região Itaqui-Bacanga diga-se de passagem deputado, o deputado Cutrim não está aqui, mas ele inclusive quando secretário e segurança fez várias ações na nossa cidade e na região do Itaqui-Bacanga os resultados foram positivos por causa da organização da comunidade, eu acredito que é uma das regiões de São Luís aonde o nível de organização dos movimentos de base, dos grupos organizados ele tem realmente um destaque na nossa cidade e por conta disso, as ações que são implementadas pelo Poder Executivo acabam trazendo grandes benefícios e um resultado realmente satisfatório. Então eu queria apenas relatar aqui nesta tribuna as ações que já foram desenvolvidas ao longo dos últimos 4 anos ali na região, como essa grande inauguração do Hospital da Mulher, que nós já fizemos aqui o destaque, a instalação CRASE na Vila Embratel, a inauguração do Centro de Saúde do Gapara que atende ai em média mais de duas mil e quatrocentas famílias, a inauguração da Unidade do Ensino Básico, professora Rosália Freire, o Tele Centro, Trabalho e Renda, que sem dúvida nenhuma é o grande trabalho de qualificação e de alternativa para a inclusão social e para a inserção no mercado de trabalho e outras obras como a ampliação e restauração do SAMU, estrada de acesso a Gapara, projetos na área de limpeza urbana, não é acordo do BIRD, projetos para a área do Itaqui-Bacanga, foram mais

de seis unidades de saúde na região do Itaqui-Bacanga, a instalação da Unidade... O Programa Saúde da Família na Vila Embratel, reforma e ampliação do Centro de Saúde Doutor Clodomir Pinheiro Costa, são várias outras que não dá para a gente relatar em detalhes a quantidade e ações desenvolvidas na área Itaqui-Bacanga, portanto numa demonstração da administração municipal de estar incentivando o fortalecimento dessas associações, dessas entidades, desses grupos organizados ali na região do Itaqui-Bacanga. Doutor Ricardo ontem, V.Ex^a. me perguntou sobre o funcionamento do Hospital da Mulher e nós obtivemos a informação de que o Hospital da Mulher realmente ainda não começou a funcionar, mas não por conta do próprio hospital, mas sim por conta da espera de instalações de corrente elétrica da CEMAR, ontem inclusive já era para ter sido iniciada, mas ainda não começou, está se esperando uma finalização de um atendimento por parte da CEMAR para que tenha corrente elétrica suficiente doutora Cleide Coutinho para o funcionamento de Raio X e outros instrumentos na área médica que V.Ex^a. deve conhecer com muita exatidão, como médica que é, que tem que se ter realmente uma corrente elétrica suficiente para que os equipamentos venham funcionar. E quero estender deputado Ricardo Murad o convite da doutora Teresinha Abreu para que V.Ex^a. possa visitar juntamente conosco ali o hospital e possa conhecer de maneira muito mais próxima aquela grande estrutura que foi construída ali como compromisso de ações do governo para a nossa cidade de São Luís, como compromisso de ações do governo para nossa Cidade de São Luís. Portanto, são essas as nossas palavras e só fazer aqui um pedido a cada um dos deputados e deputadas que estão aqui nesta Casa, eu acredito que conforme a tramitação interna da Casa, mas na semana que vem estará em tramitação aqui o nosso projeto para votação, o nosso projeto que trata da proibição da venda de bebida alcoólica em postos de combustíveis, bares e lanchonetes que estão dentro da área do posto de combustível, eu quero pedir a sensibilidade de cada um dos deputados na aprovação deste projeto, porque eu não tenho dúvida nenhuma que será muito fundamental para a nossa juventude, que será muito fundamental para as nossas famílias que tem essa preocupação com o jovem quando sai de casa, acima de tudo fazendo cumprir essa máxima que está na nossa sociedade se beber não dirija e se dirigir não beba. Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Eu quero só registrar a presença dos vereadores Zézinho, Presidente da Câmara Municipal de Alcântara, e o Vereador Goiabal, também da Câmara Municipal de Alcântara que se encontram na nossa galeria, tem um registro aqui da deputada Helena, mas o convidado não está mais na galeria, mas esteve, o registro da presença que esteve aqui na galeria a pedido da deputada Helena do Presidente Municipal do PT de São Luís, o senhor Fernando Magalhães, está registrado. Eu quero informar aos senhores que houve uma suscitação muito grande aqui do debate com relação a reforma política e foi aprovado um requerimento da nossa autoria nesta Casa juntamente com o Deputado César e o Bloco de Oposição já indicou os dois membros que têm direito, o Deputado Ricardo já fez a indicação dos dois membros que é o próprio Deputado César e o Deputado Max Barros, os dois integram a comissão, e falta o nosso bloco indicar os outros membros, aí tem que consultar a liderança, porque é competência da liderança indicar. E só para informar ao Deputado Ricardo que há uma confusão muito grande, o Deputado Valdinar Barros com muita honra é o vice-líder do governo nesta Casa, não é do Bloco, o Deputado Edivaldo Holanda não é líder de Bloco é líder do governo, tanto é que ele não indicou ninguém aqui não.

VI - EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Com a palavra a Deputada Helena Barros Heluy, desculpa, Deputada Helena, 10 minutos depois em nome da liderança do Bloco Deputado Ricardo. Deputada Helena V.Ex^a. dispõe de até 10 minutos com direito a apartes.



A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY (sem revisão da oradora) – Obrigada Deputado Ricardo o cavalheirismo de V.Ex^a. é exemplar, Deputado Pavão Presidente da Sessão, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, colegas da imprensa, senhoras e senhores da galeria. A rigor Deputado Pavão, eu me inscrevi apenas para dar voz a direção municipal de São Luís, do Partido dos Trabalhadores que veio aqui a esta Casa nos convidar e pedir, para transmitir este convite que é extensivo a todos e a todas filiados e filiadas, simpatizantes e partidos do Campo Democrático Popular para que? Para participarem da abertura ou para participarmos da abertura do Congresso Municipal do Partido dos Trabalhadores que acontecerá no auditório do SESC do Olho D’Água no dia 16 próximo às 9 horas, está feito o convite, quem se sentir Partido do Campo Democrático e Popular vai ser uma troca de experiência, um momento de encontro e de reencontro de pessoas de partidos para esse momento forte que é a abertura do Congresso Municipal do Partido dos Trabalhadores. Esse congresso está sendo realizado nos mais diversos municípios com vistas à realização do Congresso Estadual e o Congresso Nacional, o Congresso Nacional será realizado nos dias 31 de agosto e 1º de setembro próximo. Mas eu queria fazer aqui também algumas colocações Deputado Pavão, deputados que ainda estão no plenário, porque a questão da reforma política realmente Deputado Pavão, ela é instigante, ela provoca, ela suscita o debate, e eu quero trazer aqui retirado da internet Deputado Ricardo Murad e espero que este documento retirado da internet da página do Partido dos Trabalhadores reflita a realidade do que contém. Digo isso, tendo em vista o que aconteceu ontem. O portal do Bom Dia Brasil traz uma notícia, mas ao que se deduz não era ainda um fato ali devidamente noticiado. E estou colocando isso até porque houve um colega da imprensa que disse que eu me precipitei, mas eu não me precipitei, eu fiz referência dentro de uma casa política a um fato político e jurídico e colocando, inclusive, um significado daquilo que eu supunha ser verdadeiro o que estava ali noticiado. O que eu quero dizer é que o PT, companheiro e colega Valdinar, a Executiva Nacional fechou questão em torno da reforma política e vou apenas dar os pontos, deputado Pavão, embora eu ainda continue defendendo, isto é fundamental, o que nós queremos? É apenas uma reforma eleitoral ou uma verdadeira reforma política no sentido de exercício de poder, numa perspectiva democrática e é por isso que eu estou participando, ao lado de tantos e tantos companheiros, dos movimentos sociais que estão discutindo. Inclusive já coloquei aqui na tribuna uma frente parlamentar pela reforma política com a participação popular, é isto! É isto que, em minha opinião, não invalida a comissão proposta pelo deputado Pavão, mas amplia e faz este elo e esta ponte entre as causas parlamentares e a sociedade para que a gente possa ouvir realmente o que a sociedade quer, por quê? Reforma eleitoral é o que mais existe. Eu mesmo confesso aos Senhores e às Senhoras que eu não estudo legislação eleitoral, mas eu procuro olhar o que está valendo para aquela eleição, para aquele momento, para aquele dia, porque nós temos um Código Eleitoral, de 1965, mas na caminhada, saindo da ditadura e ainda ditadura, apareceu aquela conversa do voto vinculado, quer dizer, é reforma, é reforma política. Depois foi aparecendo aquela Reforma de 1990, que me pegou, passou uma rasteira que eu, já em campanha, tive cassado o Registro da Candidatura por questões previstas nesta alteração de 1990. Depois, o que mais? A questão das alianças que, quando se coliga em cima, tem que ir até a base. Depois, na eleição passada manteve, mas não manteve bem, não é bem assim. Então, modificações, mudanças e reformas simplesmente eleitorais, para mim, não motivam numa perspectiva de mudança do exercício do Poder. Esse que é o ponto central e é isto que os que estão envolvidos nesta Frente Parlamentar pela Reforma Política com a participação popular... Passei até uma cópia para o deputado Pavão. Está pronto, estamos apenas acertando algumas coisas para que essa Frente possa ser realmente uma Frente com a participação popular que quer primeiro: estimular a ampla participação popular, ou seja, estimular a ampla participação da sociedade civil nas discussões sobre as reformas políticas de acordo com os princípios e objetivos fundamentais declarados nos artigos 1º e 3º da Constituição Federal. Nós temos que ter esses artigos, deputada Cleide, 1º e 3º da Constituição Federal, como o nosso Catecismo em termos de possibi-

lidades de democracia para este País e que passa pela questão política em exercício da atividade política. Ampliar o debate sobre a Reforma Política, saindo simplesmente do aspecto da Reforma Eleitoral, em direção a uma reforma do próprio Poder e das formas de exercê-lo, abrangendo todos os Poderes do Estado. Há um elenco de outros itens compõe este elenco do que se pretende com essa Frente Parlamentar pela Reforma Política com a participação popular, mas aí vem o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, pelo qual eu tenho um profundo respeito por tudo quanto o animou a surgir, o fez nascer, o fez crescer e chegar à Presidência da República. O Partido dos Trabalhadores, a Comissão Executiva Nacional, após dois dias de debates com 62 deputados e dois senadores do partido, decidiu fechar a questão. Eu tenho dificuldade de achar esse negócio de fechar a questão, fechar a questão me atrapalha um pouco, atrapalha o meu raciocínio, mas um dia eu aprendo essas coisas. Fechar questão sobre os pontos da reforma política, considerados prioritários pelo Diretório Nacional. A Executiva entendeu que o partido irá votar favorável à fidelidade partidária, a fidelidade eu gosto, ao financiamento público exclusivo das campanhas. Eu me preocupo com isto também, dinheiro público, recursos públicos, eu tenho medo de ser mais uma saída para os desvios do dinheiro do povo, tenho medo, alguém poderá dizer que não, mas é criar uma sociedade onde tenham acabado a corrupção. Nós temos mecanismos para que não haja corrupção e eu fico imaginando se existem mecanismos maiores, além das leis já existentes, de combate à corrupção, inclusive da corrupção eleitoral. A Lei 9.840, que é fruto da participação do povo, querendo na lei barrar a corrupção que passa pela compra e venda do voto? Eu sei que mais de 400 agentes políticos já foram cassados no Brasil por conta da lei 9.840, mas eu tenho uma preocupação, Valdinar. Aqui no Maranhão ninguém foi atingido ainda pela lei 9.840, há momentos que eu fico empolgado, porque no Maranhão não existe compra e venda de votos, porque não é possível que não tenha eficácia esta lei aqui no Estado do Maranhão. Fica aí a interrogação, fica o libelo com relação a isso. Ao voto em lista preordenada e ao fim das coligações para as eleições proporcionais, o PT fechou questão em torno disso. A resolução ainda autoriza a bancada a fazer as mediações necessárias, ouvida a Executiva, para garantir, um minuto só, Senhor Presidente, para garantir no Congresso Nacional a aprovação do financiamento público e do voto em lista que são os pontos mais polêmicos. O companheiro Valdinar está dizendo que nós temos mecanismos para a democratização da lista pré-ordenada, haja vista e experiência do PET eleições diretas. Vamos acreditar nisso, eu acho que foi uma experiência extremamente saudável pode ser usada na questão da lista pré-ordenada. A decisão final sobre o ponto mais controverso dentro da bancada o voto em lista pré-ordenada levou em consideração as posições histórica do PT e a decisão do Diretório Nacional em sua reunião de abril e aí vem o teor da resolução sobre a reforma política. Eu não poderia deixar deputado, presidente, demais deputadas e deputados de trazer o que o Partido dos Trabalhadores em resolução está definindo para nós petistas e para a sociedade de um modo geral, mas eu continuo defendendo aquele ponto inicial, nós temos que ter uma ampla discussão com a sociedade, colher nos segmentos organizados, o que eles pretendem nesta caminhada de democratização de nosso país que passa pelo exercício do poder. Obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Em nome do Bloco de Oposição concedo a palavra ao deputado Ricardo Murad por cinco minutos, sem direitos a apartes. Deputada Aparecida seja bem vinda ai, deputada Aparecida é um prazer em revê-la seja bem vinda em nossa Casa.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD (sem revisão do orador) – Deputada querida um abraço. Senhor Presidente temos aqui uma comissão de professores de Chapadinha senhor presidente, que veio trazer uma denúncia, eu disse o líder Edivaldo Holanda que iria fazer, mas ele disse que o deputado Valdinar ficaria, receberia a informação e daria seqüência e também eu vou encaminhar aos dois deputados do bloco que fazem parte da Comissão de Educação deputado Fufuca e o deputado Victor Mendes para que providências sejam tomadas com relação a este absurdo que está acontecendo na Regional



de Chapadinha, também falei com o deputado Bacelar que é dá área e ele me disse que os professores já estiveram com ele, para que a Casa possa tomar providencias em relação a essas denúncias que estão aqui que eu vou ler dos professores do município de Chapadinha. Uma Comissão e professores: Roseana Maria de Sousa, Mariangela Gomes da Silva e Idioneide Lopes Laranjeiras, de Chapadinha, denunciaram que Ormani Fortes sobrinho do prefeito Isaias Fortes e Gestor Regional, novo nome dos antigos Gerentes Regionais, implantou um sistema de terror nos seis municípios do Baixo Parnaíba. Primeiro: denúncias contra este cidadão, que ele tem contra si vários processos criminais, um deles até por difamar o Pároco da cidade, Padre Manoel dos Santos Neves, o pagamento dos professores contratados estão suspensos desde março, que os professores contratados desses municípios não recebem, os contratos de 88 professores foram extraviados pelos correios e alegação, disse que é por isso que não paga, mas os correios afirmam que não houve desvio desses contracheques. Quando os professores vão reclamar alguma coisa a este cidadão, ele obriga a gravar a conversa, só conversa com ele com o gravador ligado, porque depois isso pode servir de ameaça, está perseguindo funcionários e professores antigos com mais de 10 anos e concursados, afastou por telefone sem qualquer portaria do órgão duas das professoras que estão cobrando seus direitos, e disse que levou para o tio dele o Isaias Fortes, a relação de todos os professores da regional para uma peneira e só vai ficar quem votou no atual governador Jackson Lago. São denúncias sérias dos professores de Chapadinha que eu vou passar a Liderança do Governo e vou passar aos deputados da Comissão de Educação para que se apure e se coloque termo a esse comportamento que é inadmissível e até eu creio que nem o governador vai aceitar esse tipo de comportamento de um gestor regional. Eu só queria senhor Presidente, para concluir, vou deixar a maioria dos assuntos que vinha tratar para a próxima segunda-feira, apenas deixar registrado algumas observações em relação aos pronunciamentos porque eu acho que algum contraditório deve ficar registrado, pena que nos Anais já não tenha registro, ao deputado Valdinar um brilhante discurso feito por V.Ex^a. hoje, brilhante discurso, com apenas um senão, aquele do Cafeteira, do caranguejo que aquilo é uma coisa, aquela coisa imaginária, como assim a nossa querida Marta Suplicy que eu quero dizer que não vi agressão na palavra da nossa querida Marta, eu não vi! Ela depois se desculpou não pelo que disse, mas pelo que entenderam que ela teria ofendido os turistas no tempo de demora, no desconforto, mas a palavra dela não foi absolutamente uma palavra para magoar nem deixar ninguém sentido e ferido, assim como a do Cafeteira também não. A única polícia que eu tenho notícia que tem, vamos dizer, baixado a taca nos professores foi agora recentemente a do Jackson que largou pau nos professores aqui na ponte, mas deputada Helena justificou o seu discurso deu a desculpa importante, V.Ex^a. não estava na cidade estava em Imperatriz, não soube do fato. Quero dizer também minha querida deputada Eliziane é que, pode o Presidente posso estar inscrito em Explicações Finais Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Vossa Excelência está falando em nome do bloco, cinco minutos sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO MURAD - O Presidente já foi tão benevolente hoje, é em relação, eu não me lembro, eu sinceramente depois Vossa Excelência me recorda, é só para terminar seu Presidente, a MACAIB vai fazer o protesto do dia 18, já que o prefeito alega que já começou e não teve sucesso, eles mantêm o protesto e segundo eles vão interditar ali a Barragem do Bacanga até que o prefeito receba para poder discutir a questão da área do Itaqui Bacanga, a questão deputada Eliziane quando eu critico certos aspectos da administração do PDT, um deles é esse, quer dizer construir o hospital da mulher, não é verdade, aquele prédio é um prédio antigo, aonde funcionou o Socorrão III, completamente desestruturado para ser Casa de Saúde, eu conheço o prédio. Ai! transformam em um Hospital da Mulher, inauguram, fazem a festa, tocam a banda, faz discurso, esta fechado diz que não tem corrente elétrica, é isso que eu critico o PDT, quer dizer, na hora que inaugura significa dizer que a coisa vai atender,

vai funcionar, não tem mais e ai as coisas não funcionam e não são atendidas e por fim, eu quero terminar a semana, é uma coisa hilária que eu estou assistindo, naquele negócio do caso Bertim, esta ficando hilário e eu e o deputado Cutrim, ficamos acompanhando porque a gente tem curiosidade para saber até que ponto a imaginação da polícia e imaginação do promotor e do Juiz, até aonde eles vão chegar, já tem me parece 12 presos, 3 assassinos em função do Pedro Pote ter reconhecido a voz e a fisionomia, o próprio Pedro Pote já está quase que virando também suspeito, é verdade! Estão para botar o Pedro Pote suspeito, só falta, só esta faltando o Pedro Pote e Josa, porque o Coronel Uchoa, aquele o Coqueiro e o ex-prefeito e os vereadores e são 12 que são mandantes e ai eu disse para o Cutrim: Cutrim, só tem um jeito para saber quem mandou matar, só se for tirar na porrinha, porque não tem cabimento, esse inquérito e essa solução Presidente, não há condição da gente entender como é que vereadores, ex-prefeitos, coronel da polícia, como é que essa turma toda se reuniu, mas não dá. Então, é só para deixar registrado que ainda vamos tratar desse assunto também na semana que vem. E o último registro Presidente, eu tenho perguntado ao líder do governo, veja como é difícil ser líder desse governo, difícil! Eu quero saber qual é o diário oficial? Qual é a empresa? Qual é o diário oficial que justifica a empresa deputada Helena, sem estar trabalhando. Eu disse assim, eu fui muito claro, ASCEM é uma empresa que deu 400 mil pra Jackson Lago na campanha, eu disse: isso é verdade, esta na prestação de contas dele. Esta empresa ganhou de graça a obra da barragem, só para deixar o registro Presidente, a obra da barragem, essa obra tem que ter uma dispensa, tem que ter um contrato, tem que estar publicado em algum lugar, eu estou perguntando aqui há uma semana, desde segunda-feira para o líder para que ele me diga qual é o Diário Oficial que isto está publicado, hoje ele fez até um gesto que me animou, está aqui! Levantou dois envelopes, aí o líder foi embora e não me mostrou o envelope. Eu só quero Deputado Valdinar que V.Ex^a. sobre dele segunda-feira e traga V.Ex^a. essa resposta, obrigado Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO PAVÃO FILHO - Como nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, a todos senhores e senhoras um bom final de semana.

Ata da Qüinquagésima Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada dezesseis de maio de dois mil e sete.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Pavão Filho.
 Primeiro Secretário, em exercício, Deputado Stênio Rezende.
 Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Penaldo Jorge.

Às nove horas e trinta minutos presentes os Senhores Deputados Alberto Franco, Antônio Pereira, Arnaldo Melo, Camilo Figueiredo, Carlos Filho, Edivaldo Holanda, Francisco Gomes, Fufuca, Graciete Lisboa, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, João Batista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Jura Filho, Marcos Caldas, Mauro Jorge, Pavão Filho, Pedro Veloso, Penaldo Jorge, Raimundo Cutrim, Ricardo Murad, Rigo Teles, Rubens Pereira Junior, Soliney Silva, Stênio Rezende, Valdinar Barros e Victor Mendes. Ausentes: Afonso Manoel, Antônio Bacelar (com justificativa - § 2º do artigo 69 do Regimento), Carlos Alberto Milhomem, César Pires, Cleide Coutinho, Eliziane Gama, Fátima Vieira, Graça Paz (com justificativa - § 2º do artigo 69 do Regimento), João Evangelista (em missão oficial deste Poder) Marcelo Tavares, Maura Jorge, Max Barros, Nonato Aragão e Paulo Neto. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão “Em nome do povo e invocando a proteção de Deus. Determinando a leitura do texto bíblico e da Ata da Sessão anterior que foi considerada aprovada e do seguinte Expediente: Requerimentos nº. 216/07, da Deputada Eliziane Gama, solicitando que seja discutido e votado, em regime de urgência, em Sessão Extraordinária, o Projeto de Lei nº. 069/07, de autoria do Deputado Edivaldo Holanda, que cria o Fundo e o Conselho Estadual de

Esportes; 217/07, do Deputado Victor Mendes, solicitando que seja ampliada a composição da Comissão de Representação Externa, criada através da Resolução Administrativa nº. 766/07, de (05) cinco para (07) sete membros; 218 a 224/07, da Deputada Fátima Vieira, aos Secretários de Estado: de Saúde, Doutor Edmundo Gomes, da Educação, Doutor Lourenço Vieira da Silva; ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Doutor Edmar Serra Cutrim; solicitando, cópias dos convênios celebrados entre as Secretarias e a Prefeitura Municipal de Bacabal; e também as prestações de contas anual e FUNDEF; aos Secretário de Estado de Saúde, Doutor Edmundo Costa Gomes, da Educação, Doutor Lourenço Vieira da Silva e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Doutor Edmar Cutrim, solicitando cópias dos convênios celebrados entre as Secretarias e a Prefeitura Municipal de Conceição do Lago-áçú, referente aos anos 2005 e 2006, com os respectivos planos de trabalhos. Indicações nº. 513, 514/07, do Deputado Jura Filho, ao Gerente das Relações Institucionais da TELEMAR Norte Leste S/A, Senhor Bernardino Temponi Campos, solicitando a implantação de telefones públicos, nos Povoados Arapiranga, Canadá, Caranandeu, Cearazinho, Estiva, Forquilha, Ilha de Fora, Maracacoeira, Murujá, Olho d'água, dos Marinhos, Iricuri, Pindoval, Santa Luzia e Timbotina, no Município de Carutapera; nos Povoados Catucá, Centrão e Prego, no Município de Bacabal; 515/07, do mesmo Deputado, ao Governador do Estado, Senhor Jackson Lago, no sentido de que, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, solicitando a construção de estrada vicinal no Município de Rosário, no Povoado de Itaipu; 516/07, do referido Parlamentar, ao Governador do Estado, Doutor Jackson Lago, no sentido de que seja incluído na grade curricular da rede pública estadual de ensino, um programa de orientação vocacional a todos os alunos a partir do 2º ano do ensino médio; 517/07, do Deputado Fufuca Dantas, ao Secretário de Educação do Maranhão, Senhor Lourenço Vieira da Silva, solicitando a ampliação no número de escolas indígenas no Estado do Maranhão; 518/07, do Deputado Edivaldo Holanda, ao Governador do Estado, Doutor Jackson Lago, no sentido de determinar a Secretaria de Desenvolvimento Social, proceder estudos de viabilidade objetivando a construção e implantação de um Centro Social Comunitário no Conjunto Residencial Orquídea, localizado na área da Cidade Operária; 519/07, do mesmo Deputado, ao Prefeito Municipal de São Luis, Doutor Tadeu Palácio, solicitando que determine a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, a mandar executar serviços de meio fio e asfaltamento nas ruas do Conjunto Residencial Orquídeas, localizado na área da Cidade Operária. Os serviços deverão atender todo o Bairro, especialmente, as Ruas 01, 02, 03, 04, 05, 06 e a Rua Projetada; 520, 521/07, do Deputado Raimundo Cutrim, ao Coordenador Estadual do Programa Luz Para todos no Maranhão, Senhor Luiz Adriel Neto, solicitando a implantação dos serviços de eletrificação dos Povoados Fôrro e Retiro, no Município de São Domingos do Azeitão; dos Povoados Alegre/Recreio, Luti-Olinda e Ponta da Capoeira/Ilha do Urubu, no Município de São João Batista; 522/07, do mesmo Deputado, ao Ministro da Justiça, Doutor Tarso Genro, solicitando que seja mantido, em pleno funcionamento, o Núcleo de Apoio Local de Kanela (NAL Kanela), órgão da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, na cidade de Barra do Corda, ou, mediante análise de conveniência e oportunidade, seja o mesmo transferido para o Município de Fernando Falcão; 523/07, da Deputada, Eliziane Gama, ao Governador do Estado do Maranhão, Doutor Jackson Lago, solicitando a instalação de um Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão na Cidade de Caxias; 524/, 525, 526, 527, 528, 529, 530/07, da Deputada Fátima Vieira, ao Coordenador do Comitê Gestor Estadual do Programa Luz Para Todos no Maranhão, o Senhor Luís Adriel Vieira Neto, solicitando a instalação da eletrificação nas Comunidades Rurais Duas Lagoas, Serra dos Montes, Jacu, Alto da Maricota, Juçaral do Bonfim, Três Olhos D'água, Brejo Grande, no Município de Paulo Ramos. Não havendo mais matéria sobre a Mesa para leitura, o Senhor Presidente deferiu as indicações acima mencionadas e encaminhou o Expediente à publicação. Inscrito neste turno dos trabalhos, fez-se ouvir o Senhor Deputado João Batista que comentou as citações feitas à sua pessoa pelo Deputado Jura Filho, quando este Parlamentar comentava a situação da CCPJ. O orador também afirmou que o Gover-

nador Jackson Lago deve buscar uma solução efetiva para o problema da superlotação daquela unidade prisional. No mesmo turno dos trabalhos, a Senhora Deputada Helena Barros Heluy registrou a realização da Audiência Pública, derivada de um Requerimento de sua autoria, que teve como tema a mortalidade materna e o parto humanizado. Ela afirmou ainda que o debate gerou grande reflexão; e que a Casa deverá proceder com as providências cabíveis, quando receber o relatório do evento. Ela também registrou a conclusão do relatório do Seminário sobre Acessibilidade dos Portadores de Necessidades Especiais, realizado no ano passado. Em seguida, o Senhor Deputado Valdinar Barros solicitou publicamente o apoio do Governo do Estado, na pessoa do Governador Jackson Lago às duas equipes maranhenses que disputam a série C do Campeonato Brasileiro de Futebol, Sampaio Correa e Imperatriz. Por fim, ele também ressaltou a necessidade de se abreviar a visita da Comissão de Saúde à cidade de Imperatriz. Ainda no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado Rigo Teles manifestou o seu lamento em relação os fatos ocorridos na BR-226, na região do Município de Jenipapo dos Vieiras, onde manifestantes indígenas interromperam o fluxo de veículos da rodovia. Segundo o orador, há necessidade do Governo Federal, através da FUNASA, FUNAI e do Ministério dos Transportes intermediarem um diálogo com os manifestantes para solucionar o problema. Logo após, o Senhor Deputado Victor Mendes sugeriu a instalação de um sistema de comunicação sem cabos, que permita o acesso à internet no Plenário na Casa. O orador também prestou uma homenagem à instituição da Defensoria Pública destacando a importância do papel dos defensores públicos, sobretudo, no Estado. Em seguida, o Senhor Deputado Raimundo Cutrim registrou a realização, no dia anterior, da Audiência Pública que tratou do tema referente à mortalidade materna e o parto humanizado. O Parlamentar também manifestou a sua insatisfação para com a Medida Provisória Estadual que pretende realizar a correção de distorções da nova política salarial dos servidores do Estado e afirmou que a mesma não beneficia os servidores. Posteriormente, o Senhor Deputado Ricardo Murad, no Pequeno Expediente e no Tempo da Liderança do Bloco Parlamentar de Oposição, também comentou a edição da Medida Provisória Estadual que pretende realizar a correção de distorções da nova política salarial dos servidores do Estado e manifestou sua insatisfação para com a mesma. Ele também afirmou que os sindicatos de servidores públicos estão revoltados e que seria necessário que o Governo revogasse as leis de política salarial que foram aprovadas. Além disso, o Parlamentar ressaltou a falta de razoabilidade por parte da liderança do Governo em afirmar que a responsabilidade pelos erros da referida Medida Provisória seriam de dois funcionários de “baixo escalão”. Por fim, o orador noticiou a realização da operação “navalha” da Polícia Federal que estaria realizando a prisão de diversos dirigentes do governo anterior. Pela Liderança do Bloco Parlamentar Progressista, o Senhor Deputado Edivaldo Holanda afirmou que, realmente, houve erros na edição da citada Medida Provisória, mas que tais erros teriam sido provocados por servidores que comprometidos em sabotar o Governo. Ele também afirmou que o Governo estaria buscando um diálogo com as categorias na intenção de resolver o impasse. Esgotado o tempo regimental destinado ao Pequeno expediente, o Senhor Presidente declarou aberta a Ordem do Dia anuncianto a votação, em segundo turno o Projeto de Lei nº. 085/07, capeado pela Mensagem 033/07, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual das Cidades, que foi aprovado e encaminhado à sanção Governamental. Em primeiro turno, foi aprovado o Projeto de Lei nº. 003/07, do Deputado Pavão Filho, que estabelece pagamento do IPVA em até 06 parcelas mensais; os Projetos de Decreto Legislativo nºs. 001/07, do Deputado Pavão Filho, que concede a Medalha do Mérito Legislativo “Manoel Bequimão” ao Doutor José Carlos Nunes Júnior e 007/07, oriundo da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, que dispõe sobre a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício de 2006. Em seguida, o plenário provou o Requerimento nº. 215/07, do Deputado Ricardo Murad, solicitando Mensagem de Congratulações aos ilustres Desembargadores Gerson de Oliveira Costa Filho e Márcia Andréa Farias, pela eleição, por unanimidade, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Foi discutido em 1ª sessão o Projeto de Lei nº. 072/07, continuando a discussão em 2ª



sessão. Por fim, a Mesa deferiu os Requerimentos nºs. 199/07, do Deputado Victor Mendes, solicitando que seja submetido a deliberação da Mesa, Parecer nº. 090/07, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, contrário ao Projeto de Lei nº. 037/07, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para obtenção de segunda via de documentos pessoais e 214/07, do Deputado Antônio Bacelar, solicitando que seja justificada a sua ausência das sessões plenárias realizadas entre os dias 02 e 16 de maio. Em seguida, foi retirado de pauta o Requerimento nº. 208/07, pela ausência do autor. Na forma do artigo 107 do Regimento, foram incluídos na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária: os Requerimentos nºs 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224 e 225/07. Não houve orador inscrito no primeiro horário do Grande Expediente. No tempo dos Blocos Parlamentares, falaram pelo Bloco Parlamentar Progressista os Senhores Deputados: José Lima que comentou a visita que fez, como Presidente da Comissão de Educação da Casa, à Câmara Federal, onde ocorreu um evento no qual se debateu a política de educação nacional e onde foram apresentados estudos. E o Deputado Penaldon Jorge para registrar a realização de um seminário no Município de Apicum-Açu, onde foi discutido o Meio Ambiente e Turismo na Região do Litoral Ocidental do Estado do Maranhão sobre o Turismo e o Meio Ambiente. Pelo Bloco Parlamentar de Oposição, o Senhor Deputado Max Barros afirmou que o argumento utilizado pelo Deputado Edivaldo Holanda, de que os erros da Medida Provisória citada teriam sido provocados por servidores que comprometidos em sabotar o Governo, seria carente de justificação. O orador afirmou que o dirigente principal do órgão é o responsável legal pelos atos administrativos por ele aditados. Igualmente ele ressaltou que dois funcionários subalternos não teriam a condição de criar o problema. Às dez horas e trinta minutos, o Senhor Presidente encerrou a Sessão em consequência da Sessão Especial para a entrega de Medalha Manoel Bequimão, para constar foi lavrada a presente Ata que, lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado "Gervásio Santos", do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 17 de maio de 2007. Deputado Pavão Filho - Presidente, em exercício. Deputado Stênio Rezende - 1º Secretário, em exercício. Deputado Penaldon Jorge - 2º Secretário, em exercício.

Ata da Quinquagésima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada vinte e um de maio de dois mil e sete.

Presidente Senhor Deputado João Evangelista.

Primeiro Secretário Senhor Deputado César Pires.

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Nonato Aragão.

As dezesseis horas presentes os Senhores Deputados Afonso Manoel, Alberto Franco, Antônio Pereira, Arnaldo Melo, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Filho, César Pires, Cleide Coutinho, Edivaldo Holanda, Eliziane Gama, Fátima Vieira, Francisco Gomes, Fufuca, Graciete Lisboa, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, João Batista, João Evangelista, José Lima, Jura Filho, Marcos Caldas, Mauro Jorge, Max Barros, Nonato Aragão, Paulo Neto, Pavão Filho, Pedro Veloso, Penaldon Jorge, Raimundo Cutrim, Ricardo Murad, Rigo Teles, Rubens Pereira Junior, Soliney Silva, Stênio Rezende, Valdinar Barros e Victor Mendes. Ausentes: Antônio Bacelar (com justificativa - § 2º do artigo 69 do Regimento), Graça Paz (com justificativa - § 2º do artigo 69 do Regimento), Joaquim Nagib Haickel, Marcelo Tavares e Maura Jorge. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão. "Em nome do povo e invocando a proteção de Deus." Determinou a leitura do texto bíblico e da Ata da Sessão anterior que foi considerada aprovada e do seguinte Expediente: Projeto de Lei nº. 101/07, do Deputado Alberto Franco, que considera de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba Flor do Samba, no Município de São Luis. Projeto de Decreto Legislativo nº. 009/07, do mesmo Deputado, que concede a Medalha do Mérito Legislativo "Manoel Bequimão", ao Doutor Natalino Salgado Filho. Requerimentos nºs. 226/07, do Deputado Pavão Filho, solicitando que seja considerada

prejudicado o Projeto de Lei nº. 022/07, que Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher – NCVCM, atendida em serviços de urgência e emergência de unidades de saúde públicas e privadas do Estado do Maranhão, de autoria do Deputado Jura Filho; 227/07, do Deputado Alberto Franco, parabenizando o "Jornal Pequeno" na pessoa do Diretor Geral, Jornalista Lourival Marques Bogéa, pela passagem dos 56º aniversário, a ser comemorado no dia 29 de maio do corrente ano. Indicações nºs. 531, 532/07, do Deputado Edivaldo Holanda, ao Prefeito Municipal de São Luis, Doutor Tadeu Palácio, solicitando que determine à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, através da Superintendência de Limpeza Pública a mandar executar serviços de Coleta de Lixo e serviços de meio fio e asfaltamento nas Ruas da Comunidade APACO, localizada na área da Cidade Operária, nas proximidades do Habitar Nice Lobão; 533/07, do mesmo Deputado, ao Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – CAEMA, Senhor Rubem Brito, solicitando providências no sentido de mandar estender rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto, às ruas da Comunidade APACO, localizada na área da Cidade Operária, nas proximidades do Habitar Nice Lobão; 534, 535/07, do Deputado Raimundo Cutrim, ao Coordenador Estadual do Programa Luz Para Todos, no Maranhão, Senhor Luiz Adriel Neto, solicitando a implantação dos serviços de eletrificação dos Povoados Cabeceira da Inhumas e Piquizeiro, no Município de Timon; dos Povoados Curimatá e Macacos, no Município de Timbiras; 536, 537/07, do Deputado Alberto Franco, ao Governador do Estado do Maranhão, Doutor Jackson Lago, solicitando providências no sentido de determinar à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura que autorize a recuperação, duplicação com a construção de ciclovias da Estrada que vai da MA 201, iniciando no Outeiro até a Praia de Panaquatira, no Município de São José de Ribamar; a construção de ciclovias, na Avenida Guajajara – Bairro São Cristóvão; 538/07, do Deputado Penaldon Jorge, ao Gerente das Relações Institucionais da TELEMAR Norte Leste S/A, Senhor Bernardino Temponi Campos, solicitando a instalação de três telefones públicos, no Povoado Portão, do Município de Governador Nunes Freire; 539/07, do mesmo Deputado, ao Assegurador do Programa Luz Para Todos do Setor de Engenharia/Divisão de Desenvolvimento de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Maranhão, Senhor Aroldo Castro Cruz, solicitando a implantação do Programa Luz para Todos, no Povoado Água Boa, do Município de Governador Nunes Freire; 540/07, do Deputado Mauro Jorge, ao Coordenador do Comitê Gestor Estadual, Senhor Luiz Adriel Vieira, solicitando a inclusão no programa Luz Para Todos, do Povoado Juçaral, no Município de Paulo Ramos; 541/07, do Deputado César Pires, ao Gerente de Relações Institucionais da TELEMAR Norte Leste S/A, Senhor Bernardino Temponi Campos, solicitando a instalação de telefones públicos, nos Povoados Caquena, Flores, Mato Grande, Rosário, São João da Mata, São Pedro, Sipaú e Teso do Bom Prazer, todos no Município de Anajatuba; 542/07, do Deputado Antônio Pereira, ao Governador do Estado, Doutor Jackson Lago, solicitando que encaminhe o Projeto de Lei dispondo sobre a doação do terreno com as edificações onde funcionou a antiga CIMEC, localizado no Bairro Vila Nova, na sede do Município de Imperatriz, para a Associação dos Moradores de Vila Nova; 543/07, do Deputado César Pires, ao Superintendente Regional do DNIT do Estado do Maranhão, Doutor Gerardo de Freitas Fernandes, solicitando a construção de quebra-molas no Entroncamento, na BR-135, que dá acesso ao Município de Itapecuru-Mirim. Não havendo mais matéria sobre a Mesa para leitura, o Senhor Presidente deferiu as indicações acima mencionadas e encaminho o Expediente à publicação. Inscrito neste turno dos trabalhos, o Senhor Deputado Francisco Gomes comentou as atividades da operação "Navalha" da Polícia Federal que culminou com a prisão de diversas autoridades maranhenses. Segundo o orador, não há conotação política na referida operação, visto que foram presas pessoas de diversos partidos. Por fim, ele afirmou ser necessário que todos os fatos sejam devidamente apurados. Ainda no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado José Lima comentou a visita que fez a Brasília, onde ocorreram diversos eventos sobre Educação. O Deputado também destacou a importância do INDEB – índice de desenvolvimento da educação, o qual tem sido usado como

parâmetro de avaliação do desenvolvimento dos municípios brasileiros no que se refere à área da educação. Em seguida, o Senhor Deputado Penaldon Jorge registrou a ida da Comissão de Meio Ambiente da Casa ao Município de Apicum-Açú, onde foi realizado um seminário sobre meio ambiente e turismo. O orador também destacou a importância do Litoral Ocidental e sua atividade pesqueira. No mesmo turno dos trabalhos, o Senhor Deputado Rubens Pereira Júnior enfatizou a importância da criação de uma comissão destinada a analisar e propor a reforma do Regimento Interno da Casa e da Constituição do Estado. Ele também citou diversos dispositivos do referido Regimento que, segundo ele, deveriam ser reformulados. Posteriormente, o Senhor Deputado João Batista comentou a realização do simpósio que terá como tema a discussão a favor da criação dos estados de Tapajós e Carajás. Segundo o orador, na região do Estado Pará, a proposta de criação daqueles estados já se encontra em turno avançado. Por fim, o Deputado citou diversos problemas que, segundo ele, apesar de serem simples, parecem ter grande dificuldades de serem resolvidos pelo Governo do Estado. Logo após, o Senhor Deputado Jura Filho comentou as atividades da operação "Navalha" da Polícia Federal que culminou com a prisão de diversas autoridades maranhenses, dentre estes o ex-Governador do Estado, o Senhor José Reinaldo Tavares. O orador também comentou o fato de as denúncias também apontarem para o envolvimento do atual Governador, Jackson Lago e as tentativas dos aliados do Governo em atribuírem ao Senador José Sarney a iniciativa da operação. No mesmo Expediente, a Senhora Deputada Helena Barros Heluy registrou destaque um Projeto de Lei, de sua autoria, contra o desmatamento; e a comemoração dos 15 anos de criação do CDPAE - Centro Dialético dos Pais e Amigos dos Especiais. Ela também leu uma nota da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de São Luís em repúdio à corrupção no Estado. Na Ordem do Dia foi aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei nº. 060/07, capeado pela Mensagem nº. 025/07, do Poder Executivo, que concede pensão especial vitalícia à viúva de Jeremias Pereira da Silva "o Gerô". Sendo discutido em segunda sessão o Projeto de Lei nº. 072/07. O Requerimento nº. 208/07, do Deputado Afonso Manoel, solicitando mensagem de congratulações a Vossa Reverência o Padre Primo Silvestre, pároco da Igreja de São João Batista, pelos 150 anos de existência da referida igreja, completados em 10 de maio do corrente ano, foi aprovado por unanimidade dos presentes. Foram deferidos pela Mesa Diretora os Requerimentos nºs. 199/07, do Deputado Victor Mendes, solicitando que seja deliberação do Parecer nº. 090/07, da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final, contrário ao Projeto de Lei nº. 037/07, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para obtenção de segunda via de documentos pessoais. Foram indeferidos os Requerimentos nºs: 218, 219, 220, 221, 222, 223 e 224/07, da Deputada Fátima Vieira. A pedido da autora foi transferido para a próxima Sessão Ordinária o Requerimento nº. 216/07. Na forma do artigo 107 do Regimento, foram incluídos na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária: Projetos de Lei nºs. 003, 021 e 025/07 e o Requerimento nº. 227/07. No primeiro horário do Grande Expediente e durante o Expediente Final, o Senhor Deputado Victor Mendes comentou as atividades da operação "Navalha" da Polícia Federal que culminou com a prisão de diversas autoridades maranhenses, dentre estes o ex-Governador do Estado, o Senhor José Reinaldo Tavares. O orador também comentou o fato de as denúncias também apontarem o envolvimento do atual governador, Doutor Jackson Lago e as tentativas dos aliados do Governo em atribuírem ao Senador José Sarney a iniciativa da operação. O orador também ressaltou a situação vexatória por que passa o Estado com os acontecimentos e comentou o erro que, segundo ele, o Governo cometeu ao extinguir a Comissão Central de Licitações. Por fim, ele afirmou que o TCU alertou desde 2002 para possíveis irregularidades da empresa GAUTAMA. Em apartes, os Senhores Deputados Pedro Veloso e Carlos Filho manifestaram suas opiniões a respeito do assunto. Pelo Bloco Parlamentar de Oposição, os Senhores Deputados Max Barros e Ricardo Murad, este também pela liderança do Bloco, comentaram as atividades da operação "Navalha" da Polícia Federal que culminou com a prisão do ex-Governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares. Os oradores também comentaram o fato de as denúncias apontarem

para a possibilidade do envolvimento do atual Governador, Doutor Jackson Lago. O Senhor Deputado Max Barros ressaltou a necessidade de se apurar todos os fatos e comentou possíveis irregularidades no pagamento de obras da GAUTAMA pelo Governo do Estado. Igualmente, o Senhor Deputado Ricardo Murad, lembrou o papel fiscalizador da Assembléia Legislativa e afirmou que o Bloco de Oposição irá aguardar os depoimentos dos acusados para tomar as medidas cabíveis. Ele também afirmou que a Oposição não iria usar a Tribuna da Casa como palanque eleitoral na discussão do caso. Em Aparte, o Senhor Deputado Camilo Figueiredo fez considerações pessoais a respeito do assunto discorrido. Pelo Bloco Parlamentar Progressista, o Senhor Deputado Edivaldo Holanda comentou as atividades da operação "Navalha" da Polícia Federal. Segundo o orador, a oposição ao Governo estaria tentando imputar ao Governador Jackson Lago a responsabilidade sobre as irregularidades investigadas. Tal estratégia política, na opinião do orador, seria destinada a criar um ambiente propício para a cassação do mandato do Governador em uma ação que tramita junto à justiça eleitoral. Em apartes, os Senhores Deputados Mauro Jorge, Rubens Pereira Júnior, Pedro Veloso, Arnaldo Melo e Helena Barros Heluy manifestaram suas opiniões a respeito do assunto. Ainda durante o Expediente Final, os Senhores Deputados César Pires, Victor Mendes, Valdinar Barros e Pedro Veloso, também comentaram as atividades da operação "Navalha" da Polícia Federal e prisão do ex-Governador do Estado, José Reinaldo Tavares, dois sobrinho do Governador Jackson Lago. Segundo o Deputado César Pires a Casa não deve se silenciar e tem o dever de tomar atitudes na busca da apuração dos fatos. O Senhor Deputado Valdinar Barros afirmou que o acontecido é ato de perseguição em consequência do rompimento político do Senhor José Reinaldo Tavares para com o grupo político liderado pelo Senador Sarney. Já o Deputado Pedro Veloso ressaltou a Rede Globo de Televisão e o Sistema Mirante estariam distorcendo os fatos para comprometer o Governador Jackson Lago e que o Ministro Gilmar Mendes, em sua decisão, afirmou não existir nenhuma justificativa para a prisão do ex-Governador José Reinaldo Tavares. Nada mais havendo tratar, a Sessão foi encerrada e lavra a presente Ata que, lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado "Gervásio Santos", do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 21 de maio de 2007. Deputado João Evangelista - Presidente. Deputado César Pires - 1º Secretário. Deputado Nonato Aragão - 2º Secretário, em exercício.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N° 879 / 07

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Resolução Legislativa nº 450/04, que dispõe sobre a apreciação, pela Assembléia Legislativa do Estado, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 42 da Constituição do Estado e dá outras providências;

RESOLVE:

NOMEAR uma Comissão Especial composta pelos Deputados Arnaldo Melo, Rubens Pereira Jr. e Valdinar Barros (BPP); Max Barros e Maura Jorge (BPO) com o objetivo de examinar e emitir Parecer à Medida Provisória nº 023/07, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado das Cidades e da Infra-Estrutura – SECINFRA, e dá outras providências.

Publique-se e Cumpra-se.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 14 de junho de 2007.

Dep. João Evangelista - Presidente.

Dep. Antonio Bacelar -
Primeiro Secretário, em exercício.

Dep. Nonato Aragão -
Segundo Secretário, em exercício.



RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REALIZADA AOS 12 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2007, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

ARNALDO MELO – PRESIDENTE
EDIVALDO HOLANDA
VICTOR MENDES

PAUTA DA REUNIÃO:

PARECERES:

PARECER Nº 151/2007 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 108/2007 – que CONSIDERA de Utilidade Pública a Liga Independente do Bumba Meu Boi do Maranhão – LIBMA, com sede e foro no Município de São Luís-Ma.

AUTORIA: Deputado RICARDO MURAD

RELATOR: Deputado VICTOR MENDES

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, o referido Projeto de Lei, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 153/2007 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 112/2007 – que CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação Folclórica e Cultural Bumba-Meu-Boi de Matracá do Pericumã, Município de Pinheiro, com sede e foro na sede do Município de Pinheiro-Ma.

AUTORIA: Deputado VICTOR MENDES

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, o referido Projeto de Lei, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 154/2007 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 111/2007 – que CONSIDERA de Utilidade Pública o Grupo Amigos Solidários – GAS, com sede e foro no Município de São Luís-Ma.

AUTORIA: Deputada MAURA JORGE

RELATOR: Deputado VICTOR MENDES

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, o referido Projeto de Lei, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 153/2007 - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2007 – que visa INSTITUIR no âmbito do Poder Legislativo Estadual a Frente Parlamentar de Apoio a Região da Estrada de Ferro Carajás e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado FUFUCA MENDES

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, o referido Projeto de Resolução, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 156/2007 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 075/2007 – que DISPÕE sobre a criação da Bolsa de Assistência ao Idoso no Estado do Maranhão e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado ALBERTO FRANCO

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

DECISÃO: Rejeitado por unanimidade, o referido Projeto de Lei, nos termos do voto do Relator.

PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS:

PROJETO DE Nº 110/2007 - CRIA o Selo de Responsabilidade Social Estadual.

AUTORIA: Deputado JOÃO BATISTA

RELATOR: Deputado VICTOR MENDES

PROJETO DE Nº 113/2007 - DENOMINA José Ribamar de Oliveira – Canhoteiro, o Complexo Esportivo do Outeiro da Cruz, localizado no Bairro da Vila Palmeira.

AUTORIA: Deputado AFONSO MANOEL

RELATOR: Deputado VICTOR MENDES

PROJETO DE Nº 114/2007 - ESTABELECE o Dia do Terapeuta Ocupacional no calendário de eventos do Estado do Maranhão e dá outras providências

AUTOR: Deputado JOSÉ LIMA DOS SANTOS

RELATOR: Deputado VICTOR MENDES

PROJETO DE Nº 115/2007 - DISPÕE sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.

AUTOR: Deputado FUFUCA DANTAS

RELATOR: Deputado VICTOR MENDES

PROJETO DE LEI Nº 117/2007 – (MENS. GOV. Nº 041/2007) - DISPÕE sobre o parcelamento de débitos fiscais de que trata o art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que INSTITUI o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

PROJETO DE LEI Nº 118/2007 – (MENS. GOV. Nº 042/2007) - DISPÕE sobre a adesão do Estado do Maranhão ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

PROJETO DE LEI Nº 119/2007 – (MENS. GOV. Nº 043/2007) - DISPÕE sobre a ratificação de protocolo de intenções que envolve consórcio público para a criação da Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável-ADRS.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

PROJETO DE LEI Nº 120/2007 – (MENS. GOV. Nº 045/2007) - ALTERA Disposições da Lei nº 8.541, de 26 de dezembro de 2006, que DISPÕE sobre a criação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado PAULO NETO

VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI Nº 017/2007 – que INSTITUI a Semana Estadual de Incentivo à Saúde Mamária, a ser realizada anualmente, no âmbito do Estado do Maranhão

AUTORIA: PODER EXECUTIVO (MENS. GOV. Nº 040/2007)

RELATOR: Deputado VICTOR MENDES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2007 – SUSPENDE todos os atos de dispensa licitação, e os contratos deles decorrentes, dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, referente ao exercício de 2007.

AUTORIA: Deputado RICARDO MURAD

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2007 – SUSPENDE as licitações e os contratos de obras e serviços firmados entre o Governo do Estado do Maranhão e as Empresas que especifica.

AUTORIA: Deputado RICARDO MURAD

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/2007 – INSTITUI a Frente Parlamentar de Apoio à promoção do Saneamento na Região Metropolitana de São Luís

AUTORIA: MESA DIRETORA

RELATOR: Deputado VICTOR MENDES

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN”
“DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 12 de junho de 2007.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO

Secretária da CCJ



RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, CONJUNTAMENTE COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA AOS 11 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2007, ÀS 17 HORAS NO PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

ARNALDO MELO – PRESIDENTE
EDIVALDO HOLANDA
VICTOR MENDES
RUBENS JÚNIOR (Suplente)
GRAÇA PAZ
RIGO TELES
FRANCISCO GOMES
WALDINAR BARROS
MAURO JORGE

PAUTA DA REUNIÃO:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 004/2007 - Encaminhado pelo Ofício nº 284/07-GPGJ – Que ALTERA dispositivos da Lei Complementar nº 013/91 e dá outras providências.

AUTORIA: PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
RELATOR: Deputado ARNALDO MELO

PARECER VERBAL - Favorável

DECISÃO: Aprovado por unanimidade o referido Projeto de Lei Complementar, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 11 de junho de 2007.

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
Secretária da CCJ

COMISSÃO ESPECIAL

OFÍCIO N° 01/2007.

São Luís, 14 de junho de 2007.

Senhor Presidente,

Dirijo-me à Vossa Excelência para comunicar da reunião de instalação da Comissão Especial, criada através da Resolução Administrativa nº 879/2007, datada de 14 de junho do ano em curso, para examinar e apresentar o competente parecer a Medida Provisória nº 023/2007, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infra-Estrutura - SECID, e dá outras providências, em cuja reunião foi procedida a eleição para Presidente, Vice - Presidente e Relator que apresentou o seguinte resultado:

PRESIDENTE – DEPUTADO – ARNALDO MELO
VICE-PRESIDENTE – DEPUTADO MAX BARROS
RELATOR – DEPUTADO – VALDINAR BARROS

Atenciosamente,

Deputado ARNALDO MELO
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Deputado JOÃO EVANGELISTA SERRA DOS SANTOS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

JOÃO EVANGELISTA
Presidente

JORGE VIEIRA
Diretor de Comunicação

MINISTÉRIO DA SAÚDE
MAIS ATENÇÃO A VOCÊ

DOE LEITE
MATERNO

O SEU LEITE PODE AJUDAR
A SALVAR A VIDA
DE UM RECÉM-NASCIDO



A atriz Heloisa Perissé não cobrou cachê.

Banco de Leite Humano:

www.redeblh.fiocruz.br



Ministério
da Saúde

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL